

QUANDO O MST É NOTÍCIA

Isabela Schwengber

QUANDO O MST É NOTÍCIA

Editora UFGD
DOURADOS-MS, 2008

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

Adáuto de Oliveira Souza

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

Capa

Editora da UFGD

Criação e Design: Alex Sandro Junior de Oliveira

Créditos da Charge

Jorge Silva

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

333.3181 Schwengber, Isabela

S398q Quando o MST é notícia. / Isabela de Fátima Schwengber. –
Dourados, MS : Editora da UFGD, 2008.
180p.

Originalmente apresentada como dissertação ao Programa de
Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul, 2005.

ISBN 978-85-61228-26-2

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra . 2. Reforma
agrária 3. Imprensa. – Mato Grosso do Sul. 4. Representações
sociais. I. Título.

Direitos reservados à
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso – Caixa Postal 322
CEP – 79825-070 Dourados-MS
Fone: (67) 3411-3622
edufgd@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

*À minha mãe Salete e ao meu pai Darci,
figuras sempre em pauta no meu cotidiano.*

AGRADECIMENTOS

Esta obra é resultado de minha pesquisa de mestrado, que se concretizou a partir da colaboração de inúmeras pessoas.

Destaco o apoio do corpo docente do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em especial ao meu competente orientador, professor Damião Duque de Farias.

Também aos professores Paulo Roberto Cimó Queiroz, por ter gentilmente franqueado o acesso aos arquivos do Centro de Documentação Regional da UFGD, e Jérri Roberto Marin, pelo incentivo, pelas primeiras leituras e pela amizade.

Agradeço as valiosas sugestões dos professores da banca examinadora, Paulo Pinheiro Machado (UFSC) e João Carlos de Souza (UFGD), cujas contribuições espero ter atendido nesta publicação.

À Adiles do Amaral Torres e ao Antonio João Hugo Rodrigues, proprietários dos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*, respectivamente, pelo acesso aos arquivos, aos editores e ao cotidiano dos periódicos.

E ao Antonio Carlos Machado da Rosa, grande companheiro, pelas contribuições metodológicas e por todo o seu esforço de me deixar mais tranqüila com a vida.

S U M Á R I O

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO DE PAULO PINHEIRO MACHADO	15
INTRODUÇÃO	19
O MST NA IMPRENSA.....	23
CENSURA E MODERNIZAÇÃO.....	27
VINCULAÇÕES POLÍTICAS	37
ATRAÍDOS PELA TERRA	53
MUITOS SÃO EXCLUÍDOS.....	59
A LUTA GANHA AS RUAS	69
O MST SE POPULARIZA	73
DO CONTRA OU A FAVOR: NÃO HÁ ALTERNATIVA	85
O CIDADÃO ILEGAL	89
JUSTIÇA SOCIAL E CORRUPÇÃO.....	115
O COMUNISMO AINDA ASSUSTA	125
A MANIPULAÇÃO DOS POBRES.....	143
E ASSIM SE CONSTRÓI UMA IMAGEM.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
SIGLAS	177
FIGURAS	179
TABELA	179

PREFÁCIO

LUTA PELA TERRA, LUTA PELA VIDA!

Paulo Pinheiro Machado

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

Desde o início dos anos 1980, quem cruza o país por diferentes estradas acostumou-se a ver uma imagem recorrente. Ao lado das pistas asfaltadas das BRs, na chamada área pública de domínio, começaram a aparecer acampamentos improvisados, freqüentemente utilizando as conhecidas lonas pretas, provenientes de bobinas de plástico que precariamente protegem das intempéries estas famílias de agricultores sem terras. As lonas não são colocadas por gente da cidade, como militantes urbanos de partidos políticos.

O plástico preto foi colocado por agricultores pobres cobrindo estruturas de bambu amarradas com arames e barbantes, em barracas apertadas, onde famílias grandes aglomeram-se em diminuto espaço. Ali vivem homens, mulheres, crianças, velhos e pequenos animais domésticos. Apesar da precariedade material, os visitantes sempre são bem recebidos por estas pessoas. O cheiro de lenha queimando, para aquecer a água para o chimarrão amigo ou para um café ralo, mas bem doce, revela as almas generosas e o olhar esperançoso destes que procuram construir um futuro diferente para seus filhos e para toda a nossa nação. Nestes locais, eles dormem, comem, rezam, lutam, planejam, estudam e aguardam por dias melhores.

O movimento parecia um fenômeno localizado no sul, em Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, a partir de 1978 e na ocupação da fazenda Burro Branco, em Campo Erê, oeste de Santa Catarina, em 1981. Mas nestes anos pipocaram acampamentos em beira de estradas e ocupações de latifúndios improdutivos em todos os Estados da Federação. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) só se formaria como entidade organizada mais tarde, no ano de 1984.

De norte a sul do Brasil parecia que o campo vivia uma ressaca. A fase final da Ditadura Militar assistiu ao forte revigoramento dos movimentos

sociais. O movimento estudantil passa a ganhar as ruas a partir de 1977, os trabalhadores urbanos passam a retomar suas lutas e greves a partir do movimento dos operários do ABC, em 1978. Em 1979, além do movimento de Encruzilhada Natalino, os trabalhadores rurais resistem ao processo de grilagem e concentração da terra na região do Bico de Papagaio (norte de Goiás, atual estado de Tocantins), ao longo do vale do rio São Francisco, na Bahia, passam a lutar os sertanejos que foram compulsoriamente deslocados pela inundação provocada pela represa da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

O Regime Militar, em seus últimos momentos, teimava em chamar de Reforma Agrária o processo de colonização oficialmente organizado ao longo da estrada Transamazônica, onde agricultores de outras regiões do país eram assentados em agrovilas e deixados à própria sorte, sem recursos, transportes, sementes ou assistência. Vivemos, nos anos 1980, as consequências predatórias do crescimento agrícola “modernizador” da década anterior. O financiamento público, a implementação dos pacotes tecnológicos, o crescimento da extensão rural com o fim de criar uma mentalidade “empresarial” no campesinato, o esgotamento das fronteiras agrícolas nas regiões do centro-sul do Brasil, a mecanização das lavouras e o aumento do êxodo rural acionaram no campo uma grande bomba de efeito retardado. Sua explosão vem ocorrendo desde o início dos anos 1980.

Muitos intelectuais já consideravam a luta pela terra como um movimento social ultrapassado, por entender que as crescentes transformações capitalistas no meio agrário acabariam por criar uma classe de trabalhadores assalariados rurais que, tal como o operariado urbano, teria como alvo a luta por melhores salários e condições de vida, assimilando sua condição de expropriado da terra. No entanto, a realidade é mais complexa, e a luta pela terra continua sendo um objetivo social e político almejado pelos sertanejos, não só do Brasil, mas de vários países Latino-Americanos.

A luta pela terra não nasceu neste período. Desde o início da colonização portuguesa na América algumas tendências se mostraram características de longa duração dentro da formação social brasileira. Principalmente a tendência à concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos. O regime de sesmarias, criado pelo Rei de Portugal no século XIII, para a colonização em médias ocupações no sul da península, em território reconquistado aos árabes que por séculos estiveram presentes na região, previa o direito hereditário ao usufruto do solo, como concessão real, para que a terra fosse efetivamente lavrada e tornada produtiva.

Transplantado ao Brasil, o regime de sesmarias apenas serviu de

coroamento jurídico para a ocupação de longas faixas de terras, frequentemente maiores que 10 mil hectares, onde se organizaram as lavouras de cana-de-açúcar, grandes fazendas de criação de gado e, mais tarde, latifúndios cafeicultores. A grande parte da força de trabalho destes estabelecimentos, desde o início da colonização, foram trabalhadores africanos escravizados e indígenas reduzidos ao cativo. Na sociedade brasileira, a propriedade sobre extensas parcelas de terra tornou-se um ícone de riqueza, prestígio e poder, verdadeiro traço distintivo de pertencimento às elites dominantes.

A luta de quilombolas, em diferentes períodos, além de ser uma óbvia resistência à violência do cativo, era também início de um longo processo de luta pela terra. Episódios importantes desta luta, com significados e linguagens próprios a cada período, encontramos na Cabanagem (Pará e Amazonas, 1834-1840), na Balaiada (Maranhão, 1838-1840), em Canudos (Bahia, 1894-97), no Contestado (Santa Catarina e Paraná, 1912-1916), no Caldeirão (Ceará, 1926-1937), no movimento dos monges barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-1937), nas Ligas Camponesas fundadas a partir de Pernambuco, na década de 1950, no MASTER do Rio Grande do Sul, em 1960, e no grande crescimento do sindicalismo rural antes de 1964. Nesta obra, fica evidente parte importante desta trajetória, particularmente pelo estudo da “Marcha para o Oeste”, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e do esgotamento da fronteira agrícola ao sul do Mato Grosso.

Este livro de Isabela de Fátima Schwengber revela aspectos importantes da repercussão pública da luta pela terra. Como a imprensa sul-matogrossense, através de suas empresas de comunicação, seus profissionais e sua mentalidade jornalística representou em suas páginas este movimento? Como, em uma conjuntura mais recente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, os movimentos sociais, a imprensa e as forças políticas do Mato Grosso do Sul encararam a crise social no campo? Qual a possibilidade real de Reforma Agrária neste contexto? Quais as imagens, charges e demais estratégias subliminares de comunicação foram empregadas para desqualificar e deslegitimar os sem terra? Questões importantes como estas são discutidas pela autora que, em texto de narrativa fluente sem perder em profundidade de análise, oferece ao público leitor uma obra original, que ajuda a avaliar a força e os limites da democracia brasileira – numa área muito sensível, o jornalismo - e as promessas de uma vida melhor aos que nascem, vivem e morrem sob as lonas de plástico.

Florianópolis, setembro de 2008.

INTRODUÇÃO

Os anos de 1995 a 2000 foram marcados pela grande popularidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na área urbana e foram os mais representativos no país no que se referem ao número de assentamentos, muitas vezes concretizados, pelo governo, como uma forma de atender às demandas dos principais movimentos sociais organizados em defesa da reforma agrária.

O MST percebeu a importância da imprensa para divulgar as suas propostas e, a partir de meados da década de 1990, passou a direcionar as suas ações para conquistar destaque nos meios de comunicação. Seu intuito era informar à sociedade que a reforma agrária não deveria se restringir à luta do trabalhador rural por terra para garantir a sobrevivência de sua família, mas sim que ela era a condição fundamental para o desenvolvimento do país e para a qualidade de vida todos os brasileiros.

A intenção do MST de procurar desenvolver uma relação com o público por meio da imprensa é uma estratégia facilmente compreendida tendo em vista a forte presença que os meios de comunicação têm no cotidiano social contemporâneo. Os anos 90 foram marcados por um grande avanço das tecnologias e das informações globalizadas – a população brasileira teve acesso à *internet* em 1995 – e a mídia passou a ser, cada vez mais, a principal responsável pelo conhecimento que cada cidadão tinha do seu mundo externo.

Portanto, para atingir os cidadãos de forma rápida e certa, era preciso estar na imprensa e essa foi a prática à qual muitos movimentos sociais aderiram para anunciar as suas propostas e encontrar mais aliados. Alguns, inclusive, criaram os seus próprios meios de comunicação: no caso do MST, este possui o seu jornal, a sua revista, os seus informativos eletrônicos, o seu programa de rádio e o seu *site* na *internet*.

A imprensa de Mato Grosso do Sul também está inserida neste contexto. Este livro se propõe a identificar e a analisar as representações sociais construídas sobre o MST nas páginas dos jornais mais antigos deste estado: *O Progresso* e *Correio do Estado*, no período de 1995 a 2000. Esses periódicos – sediados nos municípios de Dourados e Campo Grande, respectivamente – apesar de favoráveis à reforma agrária, imprimiram em

suas páginas os interesses sociais que buscavam desmobilizar a organização popular que reivindicava a socialização das terras, por meio da construção de representações que deslegitimavam a sua luta e fragilizavam as suas organizações.

O período marcou mudanças na realidade brasileira, que cada vez mais globalizava sua economia e dava centralidade às políticas neoliberais. Com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Brasil ganhou uma nova moeda – o Real, cujas políticas para sua estabilização geraram desemprego, aumentaram o custo de vida e deixaram setores como a agricultura, a saúde e a educação exigindo mais investimentos.

Fernando Henrique enfrentou forte oposição popular, que para muitos ficou materializada na Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que o MST iniciou em várias cidades, em fevereiro de 1997, e terminou dois meses depois com ato público dos sem-terra em Brasília, no dia 17 de abril. Outros movimentos sociais lhe deram apoio e se juntaram no Distrito Federal, contribuindo para reunir cerca de trinta mil pessoas. A imprensa foi fator chave para divulgar o ato para a população não apenas do país, mas do mundo todo, que direcionou suas atenções para a capital brasileira, naquele momento.

Gohn (2000, p. 137) assinala, inclusive, que o protesto do MST ganhou notoriedade e se tornou um marco referencial significativo para a mobilização popular. Devido à crise econômica e, por conseguinte, política – devido à queda da popularidade de FHC, principalmente depois da desvalorização da moeda em seu segundo governo – novos protestos foram se agregando: caminhoneiros; pequenos, médios e grandes ruralistas; marcha do cem mil; etc.:

As marchas, caminhadas, atos públicos, acampamentos, vigílias, etc., e que criaram a bandeira de construir uma identidade a partir de uma ausência – ser “sem” alguma coisa – passaram a ser o exemplo, o modelo por excelência, para todos os outros movimentos e ondas de protestos que lentamente surgiram no Brasil urbano, a partir de 1999 (GOHN, 2000, p. 137).

Essa notoriedade à qual a autora se referiu foi construída essencialmente pela mediação da imprensa. Na zona urbana, o MST criou uma identidade fortemente reconhecida em que a maioria da população o identifica ao visualizar aqueles trabalhadores com foices e enxadas em punho, carregando a bandeira e usando os bonés vermelhos com o emblema do movimento.

Os jornais sul-mato-grossenses também não passaram despercebidos aos diversos protestos populares que foram se agregando no final daquela década para reivindicar por novas políticas públicas. Na ilustração a seguir (figura 1), publicada na edição dos dias 10 e 11 de setembro de 1999 de *O Progresso*, percebemos o avanço dos grupos em Brasília (DF) e a reação do presidente, que se sentia acuado diante da organização popular:



Figura 1 – Charge de movimentos populares em Brasília em 1999. Autor: Jorge Silva

Mas os anos de Fernando Henrique também apresentaram o maior número de assentamentos de famílias sem-terra – comparados com os dos governos anteriores – e a criação de uma nova política para os agricultores familiares (FARIAS, 2002; MENEGAT, 2003). Porém, os números oficiais foram desconhecidos com os do MST, que também discordava da política agrária federal. A oposição do movimento ao governo foi dura e a relação conflituosa entre ambos esteve constantemente na imprensa.

No âmbito estadual, o período abrange o mandato de Wilson Barbosa Martins (1995-1998), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e os dois primeiros anos do governador José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002), do Partido dos Trabalhadores (PT), popularmente conhecido como Zeca do PT. Foi uma época significativa para a luta do

MST, que tomou maior vulto no sul de Mato Grosso do Sul em 1997, quando liderou o maior acampamento do Brasil no município de Itaquiraí, com cerca de 2.500 famílias.

Ainda em 1997, as conquistas e a popularidade do MST estimularam o ressurgimento da União Democrática Ruralista (UDR) e a criação do Movimento Nacional de Produtores Rurais (MNP), que exerceram um trabalho político para deslegitimar a luta e impedir a mobilização dos sem-terra. Já nos últimos anos do recorte temporal de nossa pesquisa, dois fatos foram significativos para deixar o MST em evidência na mídia: em 1999 a imprensa nacional teve acesso aos seus cadernos de formação de base e interpretaram o seu conteúdo como estratégias de guerrilha; em 2000 o governo federal recebeu denúncias de extorsão de assentados, por parte do movimento dos sem-terra.

Para a análise que esta pesquisa se propõe, vamos conhecer os diversos aspectos do MST e da imprensa, bem como a conjuntura social que lhes permitiram desenvolver suas práticas. Esta obra vai discutir, ainda, as relações que permeiam a produção de um jornal, o valor simbólico da terra e da propriedade privada na sociedade capitalista, as políticas públicas para a terra no Brasil e o discurso social ideológico instituído que ganhou força na imprensa.

Foram selecionados todos os documentos dos periódicos *O Progresso* e *Correio do Estado* que fizeram referência ao MST – notícias, anúncios, artigos, cartas de leitores, charges, editoriais, ilustrações, fotografias e notas de coluna – e, por meio da discussão dos elementos neles presentes, visualizaremos que aspectos do movimento foram fortalecidos ou esquecidos nos relatos de fatos que o envolveram e que configuração imaginária se construiu sobre o MST nos dois maiores jornais de Mato Grosso do Sul.

O MST NA IMPRENSA

Conquistar um público para si é o objetivo de todo jornal. Com essa intenção, os seus produtores preocupam-se e têm o cuidado desde a escolha à melhor maneira de apresentar o seu conteúdo. Ao analisar todos os documentos presentes na imprensa – anúncios, artigos, cartas de leitores, charges, editoriais, notas de colunas, ilustrações, fotografias –, visualizamos a sociedade em ação e em interação, e conseguimos compreender como um determinado fato foi percebido bem como quais dos seus elementos foram reforçados ou esquecidos no registro transmitido à população.

No caso do MST, o período de 1995 a 2000 foi muito significativo no que se refere à sua presença na imprensa de Mato Grosso do Sul. Em números, foram 646 referências feitas a ele, contabilizando os jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*. Esses periódicos reforçaram aspectos negativos do movimento: em *O Progresso*, 57% dos 394 documentos registraram características negativas, ou seja, 225; no *Correio do Estado*, foram 74% dos 252, ou seja, 186 referências. Somando os dois jornais, temos 64% dos documentos expressando antipatia ao movimento.

No jornal *O Progresso*, a maioria das notícias sobre o MST foi publicada no primeiro caderno, junto às referentes ao cotidiano da cidade, à política, à economia, aos assuntos da capital do estado e do país ou na página policial; outras figuraram no caderno Municípios, onde estavam localizados os assuntos externos a Dourados (sede do jornal); e outras foram impressas no suplemento rural. Em 1996, foi criado um caderno específico para o esporte, porém contendo assuntos diversos, como política nacional, agricultura e crime, também incluindo o movimento. Em 1999 foi criado o caderno Dia-a-Dia, que como o nome já diz, passou a ser editado com notícias do dia-a-dia de Dourados e ali também encontramos registros de fatos relacionados ao MST.

Já no *Correio do Estado*, a maioria das notícias sobre o movimento foi publicada no caderno A, junto às classificadas como “geral”. Em proporção bem menor, algumas ocuparam as páginas: economia, entrevista, Brasil e política. Por duas vezes apareceram no caderno B e uma vez no C que, apesar de ser destinado aos classificados, eventualmente trazia notícias¹.

1 O três cadernos foram publicados durante os seis anos sempre com os mesmos conteúdos. Em 1998 sofreram modificações no *layout* e na nomenclatura das páginas, passando a identificá-las como de economia, geral, política, polícia, etc.

Na leitura dos documentos percebemos que as ações do MST recebiam juízos de valor, ora de forma positiva, ora negativa: baderneiro, comunista, corrupto, criminoso, guerrilheiro, ilegal, ilegítimo, justo, ladrão, organizado, pacífico, perigoso, político, revolucionário, socialista e violento.

Segundo as normas de redação jornalística, a notícia é o principal e o único produto da imprensa que não tem o objetivo de expressar opiniões. Os demais já não têm este compromisso. A notícia deve priorizar a divulgação de fatos de interesse público e apresentar uma redação descritiva e rigorosa no sentido de não expressar juízo ou valor. Adjetivos e substantivos cujos significados podem sofrer diversas interpretações devem ser evitados.

As notícias não devem transmitir opinião do jornalista e este deve ouvir todos os lados envolvidos no acontecimento para deixar que o leitor tire suas próprias conclusões (LAGE, 1987, 34-46). Essa ideia da imparcialidade surgiu nos Estados Unidos no começo do século XX para contrapor ao modelo sensacionalista, que dava ênfase às histórias sentimentais e de crime que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias da população. O modelo passou a ser adotado no Brasil a partir dos últimos anos da década de 1950 e permanece até hoje.

O que dizer das notícias sobre o MST nos jornais sul-mato-grossenses, que apresentavam juízos de valor? Estariam os jornais descumprindo as normas de seu ofício? Seriam as notícias um espelho que reflete a realidade social? Ou os jornalistas que as escrevem assim o fazem por pressão da organização na qual trabalham? Ou ainda: seria a imprensa um mero instrumento de certos interesses políticos na projeção da sua visão de mundo?

Entendemos que a imparcialidade é um paradigma perseguido pela imprensa, mas não existe de fato: as notícias são construções sociais e as reconhecemos como narrativas marcadas pela cultura dos membros da rede noticiosa e da sociedade em que os jornalistas estão inseridos. Também defendemos a opinião de que os meios de comunicação estruturam a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores da organização do trabalho jornalístico, às limitações orçamentárias e à própria maneira como a rede noticiosa é posta para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Também acreditamos que os valores-notícia dos jornalistas têm um papel central na reprodução da ideologia dominante. Hall et. al (1994) acreditam que as pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade combinam-se

para produzir um exagerado acesso aos meios de comunicação por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas: as fontes “oficiais” que detêm o discurso autorizado e que levam os jornais a reproduzirem as suas definições².

Não podemos esquecer, ainda, que a contrução das notícias é um processo interativo, no qual diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de negociação constante. Os jornalistas, diariamente confrontados com abundância de acontecimentos e escassez de tempo, e lutando para impor ordem no espaço e no tempo, criam rotina de “previsibilidade” até para conseguir cobrir os principais fatos considerados noticiáveis para a edição do dia. Além disso, Traquina (2005) pontua que o ritmo do trabalho jornalístico, o valor do imediatismo e a definição do jornalismo como relatos atuais têm como consequência a ênfase nos acontecimentos, e não nas problemáticas.

Portanto, são vários os fatores que interferem na produção das notícias. O próprio Traquina (2005, p 204) reforça isso ao afirmar que as notícias são uma construção social, onde a realidade é uma das condições que ajuda a moldá-las. As notícias também refletem: 1) os aspectos manifestos no acontecimento; 2) as narrativas daqueles que governam o que os jornalistas escrevem; 3) a influência do dono do jornal e o imperativo econômico; 4) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda atividade jornalística; 5) os valores-notícia dos jornalistas; e 6) as identidades das fontes de informação com quem falam.

Desta forma, para entender porque o conteúdo noticioso referente ao MST construiu imagens negativas sobre ele, precisamos conhecer os vários elementos que participam dessas representações, como o valor simbólico que a terra tem na nossa sociedade, a origem da sua luta por ela, os fatos produzidos pelo movimento, sua relação com o governo, as narrativas dos governos, o pensamento dos donos dos jornais, as rotinas do fazer jornalístico, as fontes de informação jornalística e sua ideologia, entre outros aspectos, que veremos no decorrer desta obra.

2 Temos aqui o que Bourdieu (1998) chama de “discurso de autoridade” e Chauí (2001) denomina “discurso competente”, que é proferido por quem Traquina (2005) nomeia como “definidores primários”.

CENSURA E MODERNIZAÇÃO

As técnicas de construção das notícias e do fazer jornalístico presentes na imprensa de 1995 a 2000 passaram a ser adotadas no Brasil na década de 1950, quando o jornalismo de influência francesa – que era baseado em textos com posturas combativas, de crítica e de opinião – foi substituído pelo modelo norte-americano, que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação (ABREU, 1996, p. 15). As inovações foram introduzidas no país por meio de alguns dos jornalistas que viveram nos Estados Unidos durante os anos de 1940, como Pompeu de Souza e Danton Jobim – que trouxeram sua experiência para o *Diário Carioca*, e Samuel Wainer – que introduziu novas idéias no *Jornal do Brasil* (LINS DA SILVA, 1991)³.

Essas transformações também foram registradas nos jornais sul-mato-grossenses *O Progresso* e *Correio do Estado*. Porém, ao estudarmos as trajetórias desses periódicos, percebemos que as vinculações políticas, partidárias e ideológicas não foram abandonadas: apenas passaram a se mostrar menos explícitas.

Como é comum na imprensa brasileira, ambos os jornais sul-mato-grossenses pertencem a grupos familiares. *O Progresso*, sediado em Dourados, é o mais antigo do estado em circulação ininterrupta, dirigido por Adiles do Amaral Torres, com colaboração de sua filha Blanche Torres. Antes havia passado pela direção do fundador, finado marido de Adiles, Weimar Gonçalves Torres (1951-1969), e de seu pai, Vlademiro do Amaral (1969-1985). Já o *Correio do Estado* é dirigido pela família Rodrigues.

Foram nos anos de censura militar que *O Progresso* começou a se modernizar tanto no que se refere a equipamento, quanto à contratação de jornalistas. Era dirigido por Vlademiro e foi sob sua direção que o jornal se tornou diário, em 1976. Na verdade, isso aconteceu muito mais devido à disputa pelos leitores que se travou naquele ano com a *Folha de Dourados*⁴:

3 É importante ressaltar, ainda, que cada jornal possui normas técnicas específicas – que vão desde a maneira de redigir o texto até as expressões vetadas. É comum, principalmente nas grandes empresas, que essas técnicas sejam consolidadas em um manual de redação. Nele estão orientações sobre o sistema de trabalho como normas morais, regras ortográficas, formas de abordagens de problemas da cidade, aportuguesamento de palavras estrangeiras de uso corrente, entre outras.

4 A *Folha de Dourados* não conseguiu se manter muito tempo como diário por problemas financeiros. Permaneceu no mercado com edições sem periodicidade definida e com um público leitor reduzido até começo de 2000. Em julho de 2005 voltou a ser editada semanalmente na cidade,

este periódico foi o primeiro no município a implantar edições diárias, prática reproduzida por *O Progresso* um mês depois e que se mantém até hoje.

Segundo Abreu (2002, p. 15-17), a relação dos militares com a imprensa teve uma outra face, além da censura. Ao mesmo tempo em que interferia na publicação das informações, aquele governo financiou e modernizou os meios de comunicação e estimulou a formação de grandes redes e oligopólios da informação, entregando a estes a sua publicidade, já que eram os que tinham maior capacidade de circulação. O contraponto da tendência à concentração dos meios de comunicação foi o desaparecimento de vários jornais, pois naquele período a imprensa ainda era grande dependente das publicidades governamentais⁵.

De acordo com Adiles, *O Progresso* nunca teve benefício dos militares para se modernizar e a impressora que seu pai comprou em 1978 e que revolucionou a produção do jornal foi paga pela empresa. Porém, pela própria lei de mercado que se iniciava no período, se o periódico não se modernizasse não teria permanecido em atividade.

Em 1985, com a morte de seu pai, Adiles passou a dirigir o jornal. Até então, ela se envolvia apenas com a produção de sua coluna social, que permanece e é a mais lida pela sociedade douradense. Em 1993, suas duas filhas, June e Blanche Torres, integraram-se à direção de *O Progresso*, porém um ano depois June se afastou das atividades no periódico.

Adiles, que não tinha nenhuma experiência administrativa, assumiu a empresa da família e tentou dar continuidade ao trabalho já começado, ao mesmo tempo em que passou a desenvolver novas práticas empresariais para adequar *O Progresso* à nova economia que se iniciava com a abertura política do Brasil e aos grandes avanços tecnológicos que se impuseram na mídia, notadamente a partir da década de 1990.

O período de 1995 a 2000 foi marcado no jornal pela modernização de sua redação. Assessorado pelo jornalista Eron Brum, professor da área de comunicação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *O Progresso* iniciou um projeto que o reformulou editorialmente e graficamente. A partir dele, os repórteres, que aprenderam o ofício no dia-a-dia do trabalho, participaram de cursos de técnicas jornalísticas; o periódico criou seu manual de redação e em 1997 teve seu parque gráfico ampliado, passando a imprimir as capas e as contracapas em cores.

sob direção de Valfrido Silva, mas em 2006 foi novamente fechada. A partir de 2007 retornou com edições semanais, dirigida por José Henrique Marques.

⁵ Em sua obra, Arakaki (2007) cita alguns jornais douradenses que desapareceram no período.

A diferença de *O Progresso* entre os primeiros exemplares e os da década de 1990 é grande: a primeira edição imprimiu 200 exemplares com quatro páginas em preto e em formato tablóide (24 cm X 38 cm), comprados basicamente pelos amigos de Weimar – muitas vezes distribuído gratuitamente. No período de nossa análise era *standart* (48 cm X 76 cm) e editava uma média de 24 páginas (número que podia variar conforme o número de notícias), dividida nos cadernos Primeiro, B, Municípios, Esportes, Dia-a-Dia e Classificados, além dos suplementos semanais Força Rural, Saúde e Progressinho.

Em 1995, *O Progresso* contava com uma tiragem diária estimada em três mil exemplares e terminou o ano de 2000 com cinco mil, distribuídas em 36 cidades sul-mato-grossenses (na época o estado era dividido em 77 cidades). Dizemos “estimada” porque variava de acordo com os contratos comerciais para divulgação dos atos oficiais das prefeituras. Se este contrato existia, o veículo aumentava o número de seus exemplares e circulava no município durante a sua vigência. Ou seja, a tiragem poderia até diminuir de um ano para outro ou até no mesmo ano⁶. No período, o setor público representava mais da metade da verba publicitária do jornal, entre atos oficiais e anúncios publicitários.

Sua periodicidade diária apenas era quebrada aos domingos e feriados. O argumento da direção sobre o fato de não publicar nesses dias é porque a maioria de seu público não se interessava em lê-lo. No período de 1995 a 2000, as assinaturas representavam 70% das vendas e seus assinantes eram majoritariamente empresas comerciais e do setor público, que funcionam apenas nos dias úteis. Já os assinantes pessoas físicas – segundo alegação do editor-chefe Vander da Silva Verão⁷ –, “viajam, vão para a fazenda, vão pescar, não lêem o jornal” (Vander, 7 nov. 2004)⁸.

Adiles investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação, descrita em seu nome e *slogan*: *O PROGRESSO: pensamento e ação por uma vida melhor*. Esta frase revela uma característica militante que vai muito além de informar. Porém, o caráter militante presente no jornal sob direção de Adiles não é

6 A prioridade é circular nos municípios onde o setor público tenha contrato firmado com o jornal. Como os jornais são enviados pelos mesmos ônibus de transporte de passageiros, a empresa não tem interesse em firmar contrato com as cidades muito distantes de Dourados, pois lá o exemplar diário só estaria disponível no final da manhã.

7 Vander entrou em *O Progresso* ainda adolescente, em 1971, como entregador do jornal. Logo passou para a redação e no final daquela década foi promovido a editor. É a pessoa de confiança de Adiles.

8 Esse dado confirma a observação de Erbolato (2003, p. 22) de que muitos jornais de domingo são vistos, à tarde, diante das portas das residências, porque seus assinantes não se interessaram por ele.

político-partidário como o de seu fundador, como veremos à frente, mas sim de direcionar ações e emitir opiniões em função das idéias que ela defende.

Um exemplo está nas ações relacionadas ao desenvolvimento da cidade, para a qual o jornal levantou várias bandeiras reivindicatórias, a maioria relacionada com a educação. O envolvimento da família com esses projetos resultou na doação das áreas onde foram implantadas: a Escola Estadual, que hoje se chama Presidente Vargas; a Escola Imaculada Conceição; e o câmpus da UFMS, em Dourados, atual Universidade Federal da Grande Dourados⁹ (SANTOS, 2003). Em 1998, o jornal implantou o projeto “O Progresso na educação ensinando a ler o mundo”, pioneiro em Mato Grosso do Sul¹⁰.

Por essas e outras iniciativas, o jornal assumiu características que poderiam ser consideradas mais progressistas em comparação às posições do diário campo-grandense. Porém, é o argumento de possuir uma tradição conservadora que Adiles utiliza para conquistar novos leitores e anunciantes, como também para permanecer com os que já possui. O fato de *O Progresso* ser o mais antigo de Dourados e pertencer a uma família antiga na região faz com que Adiles o defenda como o verdadeiro representante dos douradenses e o indispensável no cotidiano da cidade.

Durante seus mais de cinquenta anos de circulação, *O Progresso* se tornou um dos principais abastecedores de noticiário impresso para leitores que vivem majoritariamente na região sul do estado. Porém, o predomínio que deteve no passado já não era o mesmo na década de 1990. Além de disputar leitores e anunciantes com outros meios de comunicação modernos que surgiram no período – como a *internet* –, disputou também com os jornais de referência nacional que passaram a circular no município, bem como com o concorrente local, o *Diário MS*, fundado em 1993.

Com exceção de uma sucursal mantida em Campo Grande por nove meses em 1995, até o ano de 2000 os jornalistas de *O Progresso* sempre se

9 A família de Adiles é proprietária de diversos terrenos em Dourados, conquistados em meados do século XX, período em que, conforme relata Moreno (1993), a transferência de terras do domínio público para o privado era facilmente realizada em benefício de grupos influentes. O pai da diretora de *O Progresso* foi chefe do departamento estadual de terras na década de 1960. Para saber mais sobre a apropriação de terras em Mato Grosso, ver Moreno (1993).

10 O projeto consiste na doação de edições de *O Progresso* para algumas escolas das redes municipal e privada para a prática da leitura e uso do jornal em sala de aula, na educação infantil e fundamental. Profissionais de outras instituições participam por meio da capacitação de professores e alunos quanto às práticas metodológicas para o trabalho de leitura de jornal nas disciplinas escolares, que objetivam formar leitores críticos. No Brasil, aproximadamente 40 jornais desenvolvem projeto similar, incentivados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), entidade representativa das empresas brasileiras editoras de jornais.

concentraram em Dourados e a maioria das matérias por eles produzidas era sobre o cotidiano local. Em outros municípios, o jornal possuía apenas colaboradores, geralmente radialistas que aproveitavam para divulgar as informações que apuravam para seus próprios programas, porém não tinham nenhum vínculo empregatício com o periódico douradense. Com isso a qualidade jornalística saía prejudicada, já que as técnicas de redação eram deficientes ou ausentes naqueles textos. Mas a prática de publicá-los era mantida porque significava poucos gastos para o jornal e atendia aos contratos firmados com as prefeituras do interior de publicar textos referentes àquelas cidades no caderno Municípios.

Quanto às notícias que eram produzidas pela equipe da redação do jornal e que não tinham relação com os anunciantes, o critério adotado por *O Progresso*, entre 1995 e 2000, era o de priorizar as pautas que viessem a despertar interesse do maior número possível de pessoas. Para Vander, “[...] sem-terra, por exemplo, é um assunto que interessa pouca gente, ao contrário de uma greve de bancários, que atinge muita gente [...] Policial dá ibope. Chamadas policiais de impacto esgotam as edições” (Vander, 7 nov. 2004). Na maioria das edições daquele período, matérias de crime receberam manchete principal nas capas do periódico. Quando os conflitos agrários se transformaram em notícia policial, o tema passou a ser bem explorado.

Aliás, esse destaque para os temas policiais é comum em muitos jornais do Brasil. Abreu (2002, p. 31) considera que, a partir da década de 1980, a busca pela audiência em camadas mais pobres da população – que constituem a maioria dos brasileiros – levou “[...] a imprensa a fazer concessões ao mau gosto e à vulgaridade, através da exploração de histórias dramáticas, escândalos e do grande destaque para o acidente ou crime”. Porém, o que mais impressionou a autora e que acreditamos ser comum em todo o país foi o resultado de uma pesquisa entre os assinantes dos grandes jornais de referência – em tese leitores mais qualificados –, que revelou que as notícias relativas à polícia tinham grande índice de leitura. Daí se explica a afirmação de Vander sobre as notícias de polícia interessarem a um grande número de pessoas.

Abreu (2002, p. 31) ainda destaca que agradar ao leitor deve ter limites, pois ao tentar satisfazer o gosto do público, o jornal pode baixar a qualidade da informação e contribuir para a permanência de tendências e de valores retrógrados da sociedade. Interessar-se pela a questão agrária e dar-lhe destaque apenas quando ela se transforma em caso de polícia é um exemplo.

Outra prática de *O Progresso* foi publicar suas notícias sem identificação do autor, apesar deste comportamento não ser uma regra imposta pela direção do jornal. Na verdade, ele apenas reproduz um comportamento que teve origem em restrições criadas pelo próprio jornalismo, que normatiza o uso de uma linguagem impessoal e uma distância dos receptores da mensagem. Segundo LAGE (1987, p.23), “O redator de uma notícia não é conhecido de quem a irá consumir; mesmo quando assina o seu texto, o que é raro, o nome significará pouco ou nada para quem lê ou ouve o noticiário [...]”.

Um dos fatores que somou a favor da concorrência de *O Progresso* foi o fato deste ter investido muito mais nos aspectos visual e tecnológico do que na qualidade de seu conteúdo. Isso se deve, em parte, à prática de dedicar grandes espaços aos anúncios e *releases*¹¹ governamentais e de empresas privadas, como o comércio local e as multinacionais do agronegócio instaladas no município e na região.

O agronegócio foi um dos setores que se expandiu em Mato Grosso do Sul a partir do governo militar. Adiles soube aproveitar disso para garantir lucros para a sua empresa, investindo, em 1996, na criação de um suplemento de circulação semanal somente com notícias da área. O enfoque do caderno sempre foi a economia, pois conforme disse seu editor em entrevista ao jornal da Rede Alfredo de Carvalho, “[...] o produtor [rural], hoje, não está interessado somente na notícia, ele quer saber do mercado, onde ele vai investir” (*Jornal da Rede ALCAR*, 11 set. 2002).

Ou seja, o público alvo do suplemento era o grande e o médio proprietário rural, que apesar de ser a minoria se comparado ao número de pequenos produtores, constituem o grupo que pode investir em publicidade no jornal e que compra os produtos por ele anunciados. Esse foi o maior exemplo que encontramos em *O Progresso* de como os acordos da imprensa com o setor privado interferem na sua linha editorial.

Mas além dessa abordagem direta do jornal a respeito dos interesses e assuntos ligados ao agronegócio, as vinculações com o setor são mais amplas e disseminadas. Elas se realizam não de modo imediato e direto, mas por meio indireto e mediato. Ao contrário do período anterior que caracteriza a imprensa pelo combate e interesse explícito, a imprensa moderna possui como sua natureza a idéia da dissimulação dos interesses,

11 *Release* é um texto distribuído à imprensa por instituições oficiais, políticas ou órgãos e empresas particulares, para divulgação gratuita de fatos positivos relacionados a eles. As assessorias de imprensa são responsáveis pela redação desses noticiários, que deveriam servir apenas como possível pauta para notícia produzida pelo próprio jornal com a obtenção de mais informações e depoimentos de outras fontes.

por meio de uma postulação ética da notícia.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a produção de matérias de *O Progresso* é influenciada pelas relações comerciais da empresa, utiliza normas de redação jornalística para se apresentar ao leitor como observador imparcial. Esta é uma das práticas utilizadas pela imprensa para ocultar tanto as interpretações que ela faz dos fatos como os vínculos comerciais, políticos ou ideológicos que ela possui com determinados grupos. Apresentando-se desta forma os jornais procuram se autodenominar independentes editorialmente.

Em 21 de abril de 1995, uma matéria comemorativa do 45º aniversário do jornal se referia à independência econômica da empresa, afirmando que *O Progresso* possuía independência editorial:

Desafios como manter a linha editorial estão diretamente ligados ao grau de independência econômica que o jornal consiga manter com relação ao poder público. A busca dessa independência é uma das prioridades da nova proposta de *O Progresso*, e vem se tornando realidade na medida em que o jornal consegue sobreviver e se modernizar sem ficar “devendo favores” a qualquer governo [...] dirigir um jornal é uma responsabilidade muito grande (*OP*, 21 abr. 1995).

Neste mesmo texto, Adiles disse que o jornal vendia espaços e não se vendia a qualquer ideologia:

A ética é uma das coisas mais importantes nesse trabalho. Temos contrato com prefeituras e com o governo do Estado, é claro, mas o que nós vendemos são espaços no jornal, sem nunca nos vendermos a qualquer ideologia. O segredo é ser comido (*OP*, 21 abr. 1995).

Com relação à influência do setor privado, Adiles não considerava um fator negativo na produção jornalística de *O Progresso*. Nós discordamos; porque direcionar pautas de acordo com interesses dos anunciantes ou publicar seus *releases* na íntegra significa abrir grandes espaços para empresas e políticos para divulgar idéias favoráveis a eles, em prejuízo à publicação de informações de interesse da população. Analisando as páginas do jornal douradense, nele percebemos a prática da publicação de *releases* inteiros provenientes das assessorias de seus anunciantes públicos e privados.

Vander também julga que o *release* não atrapalha a qualidade jornalística de *O Progresso*, pois para ele os textos são bem produzidos

e o assunto sempre interessa ao público, desde que se dê a eles o teor jornalístico (Vander, 7 nov. 2004). As notícias do governo, mesmo, sempre foram redigidas em forma de *releases* e representando receita para o periódico. Em função disso, Adiles decidiu não priorizar a cobertura de pautas político-partidárias, optando por publicar os textos das assessorias na íntegra.

A experiência de *O Correio do Estado* não difere muito do diário douradense. O fim da ditadura em 1985 foi fator político importante para as escolhas do diário campo-grandense. Se para a imprensa nacional o fim do regime significava liberdade de criticar as iniciativas governamentais, por outro representava menos favores do governo federal, a exemplo de isenções fiscais, publicidades e concessões. Mas a empresa privada que cresceu durante o regime se tornou a outra importante fonte de receita para os meios de comunicação.

O setor privado também priorizou investir nos veículos de comunicação de maior circulação. Em função disso, os jornais brasileiros começaram a se preocupar em se tornar mais atrativos para conquistar um público maior. Uma das formas encontradas foi pautar assuntos que despertassem o interesse do leitor para incentivá-lo a comprar suas edições. A imprensa passou então a se adequar como um “produto” e o público consumidor leitor, ouvinte ou telespectador como “cliente” (ABREU, 2002, p. 28-29).

No caso do *Correio do Estado*, que tem como público principal a população da capital, os assuntos referentes à política estadual passaram a ser a sua prioridade, seguidos por temas do cotidiano e do agronegócio. Outro fator que o periódico encontrou para se tornar mais atraente para o leitor foi a reforma gráfica, por meio da qual passou a imprimir todas as suas páginas em cores. O fato de ser colorido também passou a atrair mais publicidade, que se tornou 30% mais cara. Essa modernização foi necessária à imprensa de todo o país para criar o seu auto-sustento e caracterizou uma nova fase do jornalismo, em que o marketing tornou-se fundamental: o jornal, agora, se caracterizava como uma mercadoria que discursava sobre outras mercadorias.

Abreu (2002) entrevistou vários jovens jornalistas brasileiros que chamaram a atenção para o fato de que, sem o marketing, sem a preocupação comercial e sem a participação de todos na vendagem, o jornal desaparecerá:

Alguns consideram que fazer um bom jornal que não vende, ou porque a empresa e os jornalistas não têm a visão adequada de seu público, ou porque não se preocupam com a gestão administrativa, significa uma incapacidade de acompanhar as mudanças. Ficar de costas para o mercado significaria, no fim das contas, a morte do jornal e do próprio jornalismo (ABREU, 2002, p. 32).

Nesse aspecto, o *Correio do Estado* foi privilegiado em Mato Grosso do Sul por estar sediado na cidade onde está localizado o comércio de maior expressão do estado. No período de nossa análise (1995-2000), a iniciativa privada passou a representar a maior parte dos anunciantes – uma média de 80%. Eventualmente a empresa passava por fases em que esse setor representava 100% da publicidade. O usual, porém, era o setor público ter participação de 15 a 20% na receita publicitária do periódico.

Segundo o departamento comercial do jornal, entre 1995 e 2000 o periódico circulava em 58 municípios do estado e sua tiragem variava de 18 a 20 mil exemplares diários. Sua venda se fazia 48% nas bancas e 52% por assinatura. Porém, a venda avulsa conseguia superar a assinatura nos dias em que a manchete principal era de grande impacto na população¹².

Em 1995, o *Correio do Estado* já possuía uma estrutura e funcionamento de um grande jornal: contava com mais de 100 funcionários e correspondentes em Brasília (DF), quando apenas os periódicos de referência nacional contavam com jornalistas na capital brasileira. Além da sucursal em Dourados, também contava com correspondentes nos municípios de Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas, Aquidauana e Corumbá.

Seu formato era *standart* (48 cm X 76 cm) e era impresso com uma média de 24 páginas e três cadernos: A (opinião, geral, política, economia, política), B (cultura), C (classificados), além do suplemento semanal chamado *Correio Infantil*. No período de 1995 a 2000, foi o periódico que registrou a maior circulação no estado dentre os demais existentes.

Como em *O Progresso*, o *Correio do Estado* também priorizava assuntos que pautassem conflitos. Segundo o editor Dante Filho, essa escolha se refletia nas vendas, pois dependendo do impacto que a manchete de capa exercesse sobre a população, o “consumo” poderia aumentar ou diminuir (9 dez. 2004). Quando o assunto foi o MST, percebemos que aquela prática era comum: as notícias receberam destaque de acordo com

12 A edição do dia 27 de setembro de 1976 é um exemplo dessa afirmação. Naquele dia, o jornal divulgou a prisão dos seqüestradores que mataram o jovem Lúdio Martins Coelho Filho, de família tradicional e politicamente influente no Estado, e teve que fazer duas impressões extras para atender a demanda dos leitores. Foram impressos 23.575 exemplares, um recorde para a época.

o conflito gerado.

Um importante fator a comentar sobre o *Correio do Estado* é o hábito dele anunciar sobre si mesmo, em suas páginas, como um jornal com independência editorial. O periódico afirma que nenhum anunciante, nenhuma empresa, nenhuma consideração de ordem comercial interfere em suas notícias, artigos, colunas, ensaios, charges e fotos que o jornal publica: “O jornal faz questão de veicular as idéias de todas as correntes de opinião que existem na sociedade” (VICTÓRIO, 2004). Dante Filho disse que esta afirmação tem origem no fato do jornal ser sustentado pelos anúncios da iniciativa privada e não depender da publicidade estatal.

Vejamos, no próximo capítulo, alguns aspectos históricos de vinculações políticas, partidárias e ideológicas de ambos os jornais que permanecem desde sua criação e contradizem a afirmação de seus diretores. Esses dados serão imprescindíveis para a posterior análise de sua influência na produção jornalística e nas posturas dos periódicos mediante os fatos relacionados à luta pela terra empreendida pelo MST.

VINCULAÇÕES POLÍTICAS

Weimar Gonçalves Torres, fundador de *O Progresso*, nasceu em Ponta Porã em 1922 e, em 1948, após graduar-se em Direito no Rio de Janeiro, instalou-se em Dourados, sendo o primeiro advogado do município. Era um ativo militante político do Partido Social Democrático (PSD), sigla partidária que representou nos cargos de vereador em Dourados e de deputado estadual e federal. *O Progresso* surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas¹³.

Em 1951 Dourados era o centro das atenções das autoridades em sintonia com o poder: era o exemplo de sucesso da política de ocupação ordenada delineada pela *Marcha para o Oeste*; era o modelo de projeto de colonização iniciada em 1943 por Getúlio Vargas com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Desde a implantação da Colônia, que era a *menina dos olhos* daquele presidente, o local despontou para o roteiro político nacional. Nesse contexto, Arakaki (2007, p. 37) observa que, na região, “[...] verifica-se a formação de novas lideranças, até então concentradas na área urbana. A elite local descobre, na Colônia, o foco da atenção do governo federal, um canal potencial de poder”. O fundador de *O Progresso* soube aproveitar o momento político para se instalar na cidade e lá lançar um jornal: Weimar chegou em Dourados quando a CAND ainda estava se instalando e fundou seu periódico exatamente no ano em que Vargas – muito popular na região da colônia e aliado do PSD – voltou ao poder.

Os primeiros anos de *O Progresso* coincidem com um período marcado na imprensa brasileira pela paixão política. Segundo Abreu (2002, p. 9-12), o debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional – de um lado o PSD e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); de outro, a União Democrática Nacional (UDN) – dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação do período. No antigo sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), essa realidade se repetiu e teve como maiores

13 Adiles, porém, comenta que Weimar “[...] não tinha pretensões políticas e a idéia de fazer o jornal era mais para ter uma ocupação e porque era um homem apaixonado pelas letras”, já que Weimar Torres também era poeta. Em *OP*, 20 e 21 abr. 1998.

expressões os jornais *O Progresso* (PSD) e o *Correio do Estado* (UDN).

Os três partidos políticos foram fundados em 1945 com a finalidade de participar do processo democrático que se apontava devido ao desgaste do regime autoritário do Estado Novo (1930-45). Como os demais em funcionamento no país, foram extintos em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº. 2, no regime militar. O PSD foi criado pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o seu governo e congregava tanto grandes proprietários rurais e elementos da burguesia urbana, como industriais, comerciantes e banqueiros. A UDN foi fundada por lideranças alijadas do poder no período estadonovista, reunindo principalmente grandes proprietários rurais e tornando-se a principal agremiação de direita do país, com idéias conservadoras, defensoras do liberalismo tradicional. O PTB foi criado por estímulo de Getúlio Vargas, tinha como base os sindicatos controlados pelo governo e uma atuação de cunho populista, porém manteve-se em várias posições ambíguas: ao mesmo tempo em que avançava em proposta da esquerda para a classe operária, era contido por lideranças liberais.

O PSD foi majoritário na Câmara dos Deputados durante toda a sua história, elegeu dois presidentes da República (Eurico Gaspar Dutra em 1945 e Juscelino Kubitschek em 1955) e contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas (PTB), em 1950. Na política nacional, seu aliado mais constante foi o PTB, embora tenha realizado alianças também com a UDN, considerada sua tradicional “adversária”.

Em Mato Grosso, o partido forte na Assembleia Legislativa foi a UDN. Já o Executivo teve representação igual entre a UDN e o PSD, que se alternaram nos governos. A UDN mato-grossense assumiu posição de destaque após 1964, dentro do governo militar, já que foi um dos grandes apoiadores do golpe.

E foi no período anterior ao golpe militar que Weimar usou seu jornal para defender as posições de seu partido e contrapor a UDN. Uma equipe jornalística nos moldes que conhecemos hoje – com redatores, fotógrafos e editores – o periódico implantou no final da década de 1970, já sob o comando de Vlademiro. Até então, funcionava com colaboradores e publicava muito mais crônicas e textos opinativos do que notícias (Valfrido, 31 ago. 2005)¹⁴.

14 Valfrido Silva é jornalista em Dourados e trabalhou em *O Progresso* entre 1976 e 1979, quando participou do início da modernização do jornal, que se deu por meio da implantação da primeira equipe de redação e da aquisição de uma impressora *off set*, em 1978. Aquela máquina permitiu ao periódico ampliar a sua capacidade de impressão para mil exemplares por hora.

Mesmo morando em Cuiabá ou Brasília durante seus cargos eletivos, Weimar manteve a circulação de *O Progresso* com a colaboração de amigos em Dourados. Em 1969, quando morreu em um acidente aéreo, exercia o mandato de deputado federal. A direção do jornal passou para seu sogro Vlademiro, gaúcho e filho de fazendeiro no Rio Grande do Sul. Segundo Dal Bosco (1995), Vlademiro conheceu a região de Dourados quando atuava como capitão na Revolução de 1932, comandando tropas junto ao general Klinger, chefe da Revolução na Cabeceira do Apa.

A formação em engenharia agrônômica permitia Vlademiro a atuar como agrimensor, e assim ele veio para o município mato-grossense para trabalhar na medição e na demarcação dos lotes da CAND e da Colônia Agrícola Municipal de Dourados, hoje município de Itaporã. Foi diretor do Departamento de Terras do Estado, na década de 1960, e vereador em Dourados, em 1947, pela UDN, mas por influência de seu genro, na década de 1950, filiou-se ao PSD.

Os anos de Vlademiro à frente de *O Progresso* coincidiram com o regime militar, governo que teve um comportamento de censura ao conteúdo noticioso da imprensa brasileira. Segundo Adiles, a relação do jornal com o militares nunca teve problemas, já que a autocensura foi uma prática do periódico que o permitiu circular sem grandes embates com o regime:

Como meu pai sempre foi uma pessoa austera, muito correta, meu pai nunca foi esquerda, nunca. Ele era centro. Mais pra direita do que para a esquerda. Então os militares passaram a confiar nele. E começou a sair. Só que eles falaram: qualquer deslize corta o jornal, hein? (Adiles, 17 nov. 2004).

No depoimento acima percebemos que o conceito de “austero” e “correto”, para Adiles, era pertencer ao grupo político “mais para a direita”. Esta é uma importante concepção ideológica da proprietária de *O Progresso* a considerar na análise das posições assumidas pelo jornal, principalmente no que se refere aos movimentos sociais rurais, o objeto de nossa análise que comporá os próximos capítulos.

Quanto ao jornal *Correio do Estado*, este é integrante do grupo de comunicação de mesmo nome, que controla boa parte da informação veiculada em Campo Grande. No período de nosso recorte temporal, o grupo era proprietário da Rádio Cultura AM e da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão: Rádio Canarinho FM, TV Guanandi (filiada à Rede Bandeirantes, vendida no final de 2000), TV Campo Grande e TV Dourados

(ambas repetidoras do SBT , a segunda vendida no final de 2000), além de uma produtora de vídeo e uma fundação denominada Barbosa Rodrigues¹⁵. Até o segundo semestre de 1998, também era proprietário do jornal *Diário da Serra*, que foi extinto no referido ano.

O grupo Correio do Estado é de propriedade da família Rodrigues, administrado até 2003 por José Barbosa Rodrigues. Entre 1995 a 2000, o jornal também era dirigido por Antônio João Hugo Rodrigues (que passou a administrar as empresas desde o falecimento do pai) e por Éster Figueiredo Gameiro¹⁶, que possui uma cota de participação da empresa por ter sido casada com Antônio João.

Desde sua fundação, em 7 de fevereiro de 1954, a linha editorial do *Correio do Estado* priorizou a política. Inclusive sua origem está relacionada a ela: o jornal foi lançado por um grupo do sul de Mato Grosso ligado à UDN com o objetivo de disseminar as idéias do partido. Seus mentores foram Fernando Corrêa da Costa (na época governador), José Manuel Fontanillas Fragelli (o primeiro diretor-presidente do periódico, atualmente ex-senador, ex-deputado e ex-governador) e José Inácio da Costa Moraes (principal acionista do referido veículo de comunicação). O periódico nasceu com mais de duas mil edições diárias vespertinas, tablóide, com oito páginas, no ano em que Campo Grande contava com 50 mil habitantes.

Também participavam do jornal outros políticos, empresários e profissionais liberais ligados à UDN, entre eles Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-governador) (HILCAR, 2004).

O ex-governador Wilson Barbosa Martins afirmou que “[...] a intenção [do grupo que criou o Correio do Estado] era fazer proselitismo político e contrapor ao jornal ‘O Matogrossense’, dirigido pelo PSD” (HILCAR, 2004). Como já dissemos, o quadro partidário existente de 1945 a 1964 era de dualismo entre UDN e PSD em todo o país. Cada partido tinha seus instrumentos de divulgação para propagar suas idéias e seus instrumentos de ação. O *Correio do Estado*, portanto, representou uma grande força política para a UDN estadual, que tinha muitos partidários em Campo Grande.

15 A Fundação foi criada em 1982 e sempre foi mantida administrativamente pelo grupo Correio do Estado. Desde lá, vem desenvolvendo projetos voltados para a área social e para o resgate da memória histórica e documental de Mato Grosso do Sul, em parceria com instituições públicas e privadas.

16 Éster Figueiredo Gameiro entrou no *Correio do Estado* em 1969 para editar o Suplemento Feminino, extinto um ano depois. No período de 1995 a 2000, já era diretora do jornal.

Aliás, quando criado, este jornal não escondeu suas intenções e anunciou que era produto e esforço das contribuições espontâneas de políticos e de militantes da UDN. Sua função era defender bandeiras políticas, mas também anunciava que não seria um órgão estritamente partidário, mas que lutaria pelas causas de interesse social.

O editorial da edição inaugural dizia: “O Correio do Estado quer também fazer eco das reivindicações populares, das nossas classes trabalhadoras, médias e classes produtoras” (CE, 7 fev. 2004), mostrando o interesse do jornal em se tornar porta-voz das reivindicações da população daquele que já era, então, o mais importante município do sul de Mato Grosso. O periódico sempre encampou lutas, como na década de 1960 pela implantação de infra-estrutura energética no sul de Mato Grosso; na de 1970 pela separação de Mato Grosso em duas unidades da federação, fato que resultou na criação de Mato Grosso do Sul e na oficialização do poder de muitos políticos do sul.

De acordo com a direção do periódico, ele “[...] só foi jornal político na época de sua fundação, nos idos de 1954, porque, naquela época, os jornais nasciam assim: para servir os interesses desta ou daquela agremiação” (CE, 7 fev. 2004). Na verdade, depois que passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, o periódico não abandonou seu caráter conservador, mas começou a acompanhar as mudanças tecnológicas e de conteúdo que ocorreram na imprensa nacional.

A participação de José Barbosa Rodrigues (de agora em diante José Barbosa) no *Correio do Estado* data de 1957, quando foi contratado para substituir o editor Arani Souto, que era proveniente do Paraná e foi desligado da empresa sob a alegação de não conhecer nada da cidade, seus costumes, sua história ou seu vocabulário. José Barbosa era redator com passagem pelo *Jornal do Comércio*, a mais importante publicação diária do sul de Mato Grosso, na década de 1950.

O *Correio do Estado* permaneceu por pouco tempo sob propriedade do grupo que o formou. Após a eleição para o segundo mandato de Fernando Corrêa da Costa para governador, em 1960, este político e os deputados e partidários da UDN responsáveis pela sustentação econômica do jornal deixaram de financiá-lo. José Barbosa, então gerente, decidiu continuar editando-o ao lado do ainda acionista José Inácio. Alguns anos depois, José Barbosa adquiriu a parte do jornal que não era sua e tornou-se o único proprietário (ROCHA, 2004).

José Barbosa chegou em Campo Grande em 1943, vindo de Poços

de Caldas (MG). Filho de carpinteiro e mãe lavadeira, chegou em Campo Grande já casado com a professora Henedina Hugo Rodrigues e com o primeiro de seus quatro filhos, José Maria. Os outros três nasceram em Campo Grande: Paulo de Tarso, Marcos Fernando e Antônio João.

A intenção inicial era morar em Ponta Porã. Em sua dissertação, Silva (2006) indica a possibilidade de existirem relações entre José Barbosa e políticos interventores do governo do presidente Getúlio Vargas, configurando-se num forte indício de que sua vinda para Ponta Porã poderia ter sido de natureza político-partidária, mas por algum motivo, os planos foram modificados e o casal se fixou em Campo Grande¹⁷. Naquela época, esta cidade atravessava um período de expansão econômica crescente, impulsionado pela implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Segundo Bittar (1997, p. 151), na década de 1940, Campo Grande possuía uma arrecadação tributária superior à da capital Cuiabá, era a cidade mais populosa do estado e já ocupava a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso.

Desempregado no início, José Barbosa Rodrigues logo começou a lecionar, mas em pouco tempo foi trabalhar no *Jornal do Comércio*, ocupando a única vaga existente, que era de faxineiro. Ao mesmo tempo começou a publicar artigos para o periódico, o que resultou em um convite para trabalhar na redação e dois anos depois para assumir o cargo de chefia do setor.

Naquela época, em todo o país era comum aprender a profissão de jornalista no interior dos jornais. O aspirante a qualquer cargo entrava na empresa com atividades diversas e se revelasse vocação, passava a colaborar nos setores da redação. Geralmente acumulavam várias atribuições, porque os periódicos eram pequenos e não exigiam técnica (ERBOLATO, 2003, p. 17-18). O curso de graduação em jornalismo surgiu no Brasil em 1947, em São Paulo. Em Mato Grosso do Sul, apenas na década de 1980.

Foi no *Jornal do Comércio*, então, que José Barbosa se projetou como jornalista, o que lhe rendeu o convite para trabalhar no *Correio do Estado*, em 1957. O memorialista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), Hildebrando Campestrini, lembra os primeiros anos de José Barbosa à frente do *Correio do Estado*, quando

17 As suposições de Silva baseiam-se, principalmente, no relato da escritora Maria da Glória Sá Rosa, em sua obra “Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história”, quando esta afirma que José Barbosa chegou ao estado com uma carta ao governador de Ponta Porã, a cujo território se destinava. Como a oposição ao Estado Novo ganhava forças em Minas Gerais, o referido historiador construiu a hipótese de que o jornalista poderia estar enfrentando alguma dificuldade de ordem política em Minas e estava seguindo a Ponta Porã por indicação de simpatizantes do governo getulista.

[...] fazia praticamente tudo no jornal: selecionava, escrevia, compunha, revisava, acompanhava a impressão, controlava a circulação, além das compras, funcionários (pouquíssimos). Lembro-me dele (na década de 60) na redação da Rua 14, escondido atrás de pilhas de papel, anotações, recortes de jornal – atento a tudo (CAMPESTRINI, 2004).

Quando José Barbosa foi trabalhar no *Correio do Estado*, este era editado apenas por colaboradores ligados aos políticos que o fundaram. Foi depois que assumiu a direção que os primeiros jornalistas foram contratados e os seus filhos foram envolvidos no jornal. José Maria e Marcos Fernando já são falecidos, mas Antônio João e Paulo de Tarso permanecem na empresa. Este último é gerente da gráfica do periódico.

Foi por meio da participação administrativa de Antônio João que o jornal investiu pesado na modernização. O *Correio do Estado* foi pioneiro dentre os periódicos do antigo sul de Mato Grosso e também do já criado Mato Grosso do Sul a implantar algumas tecnologias, a exemplo das máquinas que agilizaram o processo impressão. Em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas.

O investimento em tecnologia foi uma tendência da grande imprensa brasileira a partir da década de 1950, a qual o *Correio do Estado* acompanhou. As inovações que se implantavam nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo logo chegavam ao periódico campo-grandense, que sempre teve *O Estado de São Paulo* como seu paradigma.

Sob o comando da família Rodrigues, as pautas do *Correio do Estado* priorizavam os acontecimentos locais, mas sempre os sintonizando com os assuntos de repercussão nacional que recebiam destaque nos grandes jornais, principalmente a economia e a política. Também seguindo uma tendência de boa parte da imprensa na época do golpe de 1964, o periódico campo-grandense foi favorável à instalação do regime militar autoritário. Aliás, a boa relação de José Barbosa com os militares rendeu a ele, em 1976, a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão, quando o *Correio do Estado* deixou de ser apenas um jornal e passou a ser um grupo.

Na década de 1970, boa parte do país recebeu investimentos do governo em infra-estrutura. Foi o período conhecido como “milagre econômico”. Campo Grande foi uma das cidades do centro-oeste brasileiro que mais cresceu no governo militar, fato que repercutiu no crescimento do *Correio do Estado*, afinal, tanto o número de leitores como o de

anunciante aumentou. Naquele período, influenciado pela censura que impedia a publicação de qualquer tema que pudesse representar crítica ao governo, o jornal passou a desenvolver uma prática comum na imprensa brasileira: pautava assuntos que levassem ao conhecimento do público as transformações econômicas positivas da região.

Naquela década nascia, no Brasil, o jornalismo econômico tal como conhecemos hoje. No regime militar, ele foi um instrumento da política econômica do governo e, para os jornais, era mais conveniente substituir o noticiário político pelo econômico, já que assim corriam menos riscos diante da censura (ABREU, 2002, p. 20-22). Foram naqueles anos, também, que a expansão agrícola começou a se tornar assunto importante para a imprensa sul-mato-grossense. O agronegócio que se fortalecia foi decisivo para que o *Correio do Estado* contratasse um correspondente em Dourados, em 1976, e posteriormente instalasse uma sucursal naquela cidade.

O final dos anos de 1970 também teve outro importante fato que influenciou o jornal a pautar assuntos que ressaltassem a pujança de Campo Grande e do sul de Mato Grosso: a divisão do estado. Essa prática reforçava a campanha do periódico e dos segmentos sociais que buscavam tirar proveitos políticos e econômicos com a montagem do aparelho de estado, liderados pelo influente advogado e pecuarista Paulo Coelho Machado. O resultado dessa conquista era visível: o *Correio do Estado* se transformaria no maior veículo de comunicação impresso de Mato Grosso do Sul e estaria totalmente alinhado com o grupo político que sempre dominara na região, o que lhe renderia importantes investimentos governamentais em publicidade.

Após a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, a prática de divulgar aspectos positivos da economia local permaneceu no *Correio do Estado* e se estendeu para outros aspectos da sociedade. Acreditamos que foi a partir de uma política estabelecida por José Barbosa, pois o jornalista imprimiu essa mesma postura na sua atividade de “pesquisador” da história regional, que resultou na publicação dos livros “Campo Grande, meu amor”, “História de Campo Grande” e “Isto é Mato Grosso do Sul”. Suas obras se caracterizaram como textos de natureza memorialística, pois nelas os elementos recuperados do passado foram apenas os bons, os desejados; o oposto da escrita de um historiador, que executa seu ofício com rigor científico e com as preocupações metodológicas.

José Barbosa integrou a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, o Conselho Estadual de Cultura, o IHG-MS e o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro (IHGB)¹⁸. Suas obras foram escritas em conformidade com as demais produzidas pelos escritores das entidades citadas, que se voltaram a construir uma numerosa historiografia para constituir a memória de Mato Grosso do Sul, assim que ele se tornou uma nova unidade da federação. Inclusive aquela historiografia passou a ser utilizada como referência por diversos formadores de opinião da sociedade, como profissionais das áreas de educação, comunicação e da política, assim como também passou a servir de base para a elaboração de livros didáticos, concursos públicos e como guia para as propagandas privadas e governamentais locais.

Nas páginas do jornal a postura se repetia, inclusive engrandecendo as personalidades envolvidas na luta pela divisão de Mato Grosso e que assumiram o poder no novo estado. Para os memorialistas de Mato Grosso do Sul, o periódico foi um dos responsáveis pela construção da identidade da nova unidade da federação. José Couto Vieira Ponte, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, afirma que José Barbosa Rodrigues “[...] ajudou a consolidar a identidade sul-mato-grossense, antes inexistente, de direito, e, por outro prisma, apenas esboçada em esparsas pintalgadas aqui e acolá na talagarda de nosso destino” (PONTES, 2004).

Percebemos que a vinculação política do *Correio do Estado* sempre foi demonstrada em suas páginas, apesar do jornal afirmar sobre si mesmo que só manteve essa postura quando foi criado e que nos anos de 1990 já havia alcançado a sua independência editorial:

[...] tanto é que nós temos, assim, cada vez mais uma certa independência editorial. Eu estou fazendo aqui, no caso, especificamente no editorial, uma crítica ao governador. Não tem uma determinação ‘não, vamos só falar bem’. A gente conclui em função do assunto. [...] Está mais arejado, cada vez mais. Mudou muito esse jornal. [No editorial] raramente há uma orientação no sentido de poupar alguém ou não criticar determinado assunto ou deixar de comentar determinando assunto (Dante Filho, 7 dez. 2004).

O trecho supracitado da entrevista com o editor do *Correio do Estado* chama a atenção para um suposto distanciamento partidário e ideológico do jornal, que o diferenciava daquele período anterior, de instrumento direto de combate. Mas identificamos um episódio que contradiz esta auto-afirmação: a diferença de tratamento dispensado ao Wilson Barbosa Martins e Zeca do PT, os dois governadores que exerceram mandatos no

18 Sua participação na Academia de Letras foi importante para muitos escritores do Estado, que começaram suas atividades nas páginas do *Correio do Estado*, no Suplemento Literário, criado em 1972, dirigido pela Academia e que circulava aos sábados (CE, 7 fev. 2004).

período estudado nesta obra.

Naquele período, fatores ideológicos e políticos influenciaram, de modo mais explícito, as escolhas do *Correio do Estado*; e, em um grau menor, também as de *O Progresso*. Com relação a este segundo jornal, também percebemos diferença no espaço e no apoio dado aos governos de Wilson e Zeca do PT. Mas elas são explicadas muito mais por fatores financeiros, como percebemos no depoimento de Adiles:

[...] no segundo mandato do Zeca, nós estávamos sem contrato com o governo. Aí eles chamaram lá. [...] Marcamos com o secretário de comunicação. ‘É o seguinte, vamos fazer uma parceria, a gente paga um valor X por mês, a senhora divulga os atos do governo...’ Tudo bem. Quanto? É pouco. Porque há quatro, cinco anos atrás, o Dr. Wilson pagava mais do que isso (17 nov. 2004)

Durante o mandato de Wilson, a maior fonte de receita de *O Progresso* veio do governo do estado. Já no governo de Zeca do PT, os gastos publicitários não foram satisfatórios, na avaliação de Adiles.

A prática dos jornais sobreviverem por meio de vultosas verbas publicitárias governamentais foi mais comum no Brasil até 2000, quando entrou em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que estabeleceu normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e para o equilíbrio das contas públicas. A partir dela, as finanças do governo passaram a ser planejadas de acordo com regras e a ser mais controladas pelos tribunais de contas, bem como a sociedade passou a ter acesso aos dados e os desvios passaram a ser punidos. A destinação de recursos públicos para o setor privado – que é o caso dos jornais – passou a ser autorizada pelas condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, tornando mais difícil os gastos exagerados.

Antes de a LRF vigorar, muitos jornais se valeram do princípio informativo da administração pública para negociar valores que lhe convinham em troca da publicação de interesse do governo. Esse princípio informativo obriga o setor público a dar conhecimento de seus atos por meio da publicação dos mesmos em imprensa oficial. A Lei nº 8.666/93 define como imprensa oficial o veículo de divulgação da administração pública, sendo para a União o Diário Oficial da União e, para os estados, o Distrito Federal e os municípios, os jornais contratados por eles. Esse princípio ainda é válido, mas os gastos que os governos passaram ter com os meios de comunicação passaram a ser controlados. Os periódicos do

interior do Brasil, que não encontram uma fonte de receita suficiente para seu sustento por meio da publicidade privada, geralmente sobrevivem do setor público. *O Progresso*, mesmo, no período de 1995 a 2000, era órgão oficial de 36 municípios sul-mato-grossenses.

O segundo ano do mandato de Zeca do PT, portanto, teve que se adequar à LRF. Porém, antes disso, sua relação com *O Progresso* foi conturbada porque a equipe de comunicação do estado propôs destinar uma verba publicitária que não foi aceita inicialmente pelo jornal. A diferença dos investimentos entre os dois governos refletiu nas páginas do periódico: o espaço dedicado aos *releases* do Executivo Estadual, que era de uma página inteira, foi reduzido à metade. Os elogios que antes visualizávamos nas charges, coluna da Adiles e no quadro *In Vino Veritas*¹⁹ desapareceram na administração petista. Identificamos apenas ausências de elogios, mas não críticas contundentes.

Já com relação ao *Correio do Estado*, fatores ideológicos e políticos influenciaram as escolhas do jornal. Wilson, político antigo e de família tradicional e conservadora de Mato Grosso do Sul, além de ser um dos ex-udenistas fundadores do *Correio do Estado*, sempre se mostrou alinhado ideologicamente a José Barbosa: um exemplo foi a luta comum pela divisão do estado, na década de 1970²⁰. Zeca, ao contrário, era sindicalista, surgira há pouco na política estadual, tomou posse representando as diversas esquerdas e fazendo oposição à classe política de que até então esteve no poder, apesar de ter contado com o apoio de alguns daqueles grupos em sua campanha.

No governo de Wilson, este dispensou grandes verbas publicitárias na imprensa já consolidada; Zeca, ao contrário, logo que assumiu procurou criar espaços próprios para divulgação de seu mandato na capital, apoiando financeiramente o lançamento de um novo diário em Campo Grande, a *Folha do Povo*, que se propôs a concorrer com o *Correio do Estado*, que até então não tinha concorrência naquela cidade²¹.

Não identificamos fatos noticiados no jornal que fizeram referência

19 O referido quadro traz, diariamente na página 3 do Primeiro Caderno, um diálogo entre os personagens Zé Pinga e Colono, criados nos primeiros anos de *O Progresso* para representar o colono da CAND. A proposta inicial do quadro era satirizar fatos do cotidiano da cidade, mas hoje o assunto principal é a política.

20 Vale lembrar que, na obra já citada de Maria da Glória Sá Rosa, esta relata que o *Correio do Estado* “elegeu” Barbosa Martins para governador, em 1983. O que demonstra, inclusive, que o jornal ainda praticava o antigo “proselitismo político-patidário”.

21 Como o outro periódico que circulava em Campo Grande até a metade de 1998 era do grupo Correio do Estado, consideramos que este o jornal não tinha, de fato, concorrência na capital. Na verdade, ele continuou liderando, pois a *Folha do Povo* não chegou a alcançar o número de leitores igual ao seu e logo foi preterido pelo governo do estado, entrando em decadência.

negativa ao mandato de Wilson. Já as relacionadas ao Zeca do PT, em 1999 e em 2000 o *Correio do Estado* priorizou divulgar dados que demonstravam as fragilidades da administração estadual, como a contratação de parentes do governador, o déficit nas finanças públicas e o atraso do pagamento aos servidores. Também foram alvo de crítica o projeto de Zeca em mudar o nome do estado para Pantanal e os desentendimentos do governador com outros políticos, notícias que criaram uma imagem de um governante agressivo.

Vamos expor resumidamente alguns fatos ocorridos em 2000 para demonstrar como foi a relação do Zeca do PT com o *Correio do Estado*, começando pela primeira manifestação do governador às críticas que vinha recebendo da imprensa. Em maio ele afirmou que “[...] os jornais de Campo Grande fazem muito fuxico. São jornalecos. Por que não tiveram o mesmo comportamento nos Governos anteriores?” (CE, 5 mai. 2000) O *Correio do Estado* não publicou nenhuma resposta, apenas permaneceu pautando assuntos que destacavam os aspectos negativos da administração petista.

Em 24 de setembro, o *Correio do Estado* publicou uma notícia referindo-se a uma caminhada de campanha eleitoral ocorrida no dia anterior, quando o governador teria usado um adesivo no peito onde estava escrito: “Correio do Estado Mente”. A matéria também comentou que no evento Zeca teria defendido o jornal *Folha do Povo* e afirmado que ordenaria ao secretário de Fazenda do estado, Paulo Bernardo, fazer uma devassa no *Correio do Estado* para saber se os impostos estavam sendo pagos corretamente.

Aquele pronunciamento foi a oportunidade para o jornal responder com uma matéria de uma página ironizando o “comportamento agressivo e o linguajar destemperado do governador” a partir de análises de psiquiatras e psicanalistas, cujas identidades foram preservadas. O diagnóstico era de que Zeca do PT sofria de disforia, “um comportamento contrário à euforia, demonstrado por meio da alteração crônica de humor devido ao estresse” (CE, 24 set. 2000).

A matéria dizia ainda que a conclusão daqueles profissionais da saúde sobre o comportamento agressivo do governador nada mais era do que “processo de infantilização do indivíduo para chamar a atenção” e que

“O problema todo é que ele foi eleito por pessoas das quais não gosta. Então, ele vive um eterno dilema: não consegue se identificar com alguns grupos sociais à direita que lhe deram apoio, pois se isso ocorrer ele se descaracteriza. Ao mesmo tempo, ele sabe que sem esse apoio não governa.

Daí nasce uma crise de identidade e, em consequência, a depressão e a agressividade”, comenta o profissional (CE, 24 set. 2000)

E o jornal também emitiu o seu juízo, afirmando que o comportamento de Zeca era encarado de maneira folclórica pela população sul-mato-grossense. A resposta do governador veio com um processo contra o jornal por calúnia e difamação, fato que não interferiu na postura do *Correio do Estado*. Essa somente se alterou quando Zeca do PT se aproximou dos grupos aos quais o *Correio do Estado* sempre esteve vinculado e, possivelmente, quando acordos publicitários foram firmados entre o governo e o jornal.

Explicando melhor: a eleição de Zeca em 1998 construiu um marco divisório na política sul-mato-grossense, que até então fora liderada por grupos conservadores representantes dos ruralistas. A vitória de um governador de esquerda ao mesmo tempo em que foi inesperada – as bases ainda eram fracas, o número de prefeituras comandadas pelo partido eram pouquíssimas – representou a insatisfação de diversos segmentos da sociedade que lutavam por mudança, a exemplo dos movimentos sociais (inclui-se aí o MST), que foram fundamentais para levar Zeca ao poder.

Este iniciou sua administração, então, preso às forças sociais que o elegeram e procurou representar os interesses daquelas classes. Porém, nos dois últimos anos de seu mandato, em nome da governabilidade, Zeca foi aos poucos assumindo compromissos e se aproximando de parlamentares tradicionais que sempre comandaram a política estadual. Tais alianças se justificavam pela necessidade de conduzir propostas governamentais para que elas não fossem bloqueadas pelos opositores ao PT, já que os grupos sociais representados pelos partidos de oposição ao governo ainda permaneciam com forte poder de influência na sociedade sul-mato-grossense.

Isso explica a postura do *Correio do Estado* com o governo petista: nos dois primeiros anos, a relação foi conflituosa; nos dois últimos, de apoio. Nos dois primeiros anos do mandato de Zeca, os embates verbais foram fortes; já em 2002, a aproximação do governador com o periódico era tanta que o empresário Antônio João se candidatou para suplente do senador eleito Delcídio do Amaral (PT). Naquelas eleições, Zeca se candidatou à reeleição e recebeu todo o apoio do *Correio do Estado* no que diz respeito à publicação de fatos positivos de seu mandato.

O episódio Zeca do PT revela, por um lado, a representação da imparcialidade da imprensa e os seus vínculos econômicos com o poder público e, por outro lado, a capacidade do *status quo* em manter seu

predomínio político e seus privilégios, já que fica claro, no caso, a invasão que os interesses privados exercem sobre a esfera pública. E o que dizer das representações sobre o MST, que questiona o acesso à propriedade privada justamente em uma sociedade capitalista?

Uma característica a considerar é que a imprensa, mesmo exercendo uma função pública e social ao difundir informações, pertence a empresas que precisam sobreviver e ter lucros. A maior fonte de suas receitas é o anunciante. Quanto a isso, Capelato (1988) alerta que é preciso ter atenção aos compromissos que os jornais estabelecem na esfera privada, pois na maioria das vezes os acordos não desaparecem quando atuam na esfera pública. Mesmo que os veículos de comunicação se autodenominem independentes editorialmente – principalmente quando possuem certa estrutura financeira que o permite decidir pela exclusão de textos comerciais que ferem o princípio ético da informação – são tantos os fatores que interferem na produção e publicação das notícias que podemos afirmar que eles podem se aproximar do conceito de independência, mas nunca chegaram a exercê-la, de fato.

Também não podemos pensar os meios de comunicação como fiéis e totais representantes da sociedade em que atuam. É preciso pensá-los inseridos em uma estrutura industrial, não só de propriedade, mas de produção de notícias (que consideramos bens simbólicos). Porém, temos que ter o cuidado de não construir uma visão simplista de que eles reforçam os valores capitalistas simplesmente por serem propriedades capitalistas. A relação é mais sutil e se dá por meio da influência dos valores fortes da sociedade da qual os jornais fazem parte.

A reprodução desses valores está presente na própria rotina jornalística: a busca pela imparcialidade no fundo contribui para que os meios de comunicação transmitam o pensamento que predomina naquela sociedade, ainda que os jornais não se considerem a serviço de grupos específicos. Já a forma como os jornais atuam determinando valores se dá por meio do critério da seletividade, pois nessa prática eles impõem seus próprios critérios às matérias-primas (os fatos), apropriando-se delas, interrogando-as, transformando-as e selecionando o que é importante no que as fontes dizem.

Percebe-se, então, que a imparcialidade dos dois periódicos sul-mato-grossenses era uma forma de representação sobre si mesmos, mas não uma realidade concreta, pois os vínculos comerciais, políticos e ideológicos das empresas jornalísticas influenciavam na produção de suas notícias. Porém,

apesar de várias características comuns entre os veículos de comunicação – como a aproximação de ambos a grupos conservadores –, *O Progresso* e o *Correio do Estado* também possuíam algumas diferenças ideológicas.

O Progresso se mostrava um pouco mais progressista (ou menos conservador) em suas opiniões sobre a sociedade e as posições que assumia refletiram nos julgamentos que ele emitiu sobre a organização do MST, como veremos adiante. Avaliamos que isso se construiu em função de outros vínculos estabelecidos pela proprietária do jornal durante sua história de vida em Dourados. A região da qual esta cidade pertence é a mais urbanizada e populosa de Mato Grosso do Sul e possui uma maior diferenciação em seus extratos sociais e uma densa história política, onde o trabalhismo nasceu com força junto à CAND e permaneceu com os herdeiros da colônia.

As idéias de Adiles mais alinhadas à classe trabalhadora ficaram refletidas no seu comportamento em relação ao governo petista, pois o seu periódico não saiu para o ataque daquela administração pública, como fez o *Correio do Estado*: sua ação foi apenas de silêncio. Outro aspecto a considerar sobre essa postura é que o referido político recebeu sua expressiva votação na cidade de Dourados (o maior percentual de todo MS) tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições de 1998, o que de certo modo refletia uma configuração eleitoral e de correlação das forças políticas que se conformaria na eleição da prefeitura em 2000, com a vitória do PT.

Deve-se salientar para o caso, também, que em função da estratégia interiorana do jornal *O Progresso*, os assuntos relativos ao governo sediado na capital interessavam menos enquanto pauta, ao contrário do diário de Campo Grande. Mas, insistimos: o trabalhismo tem limites, como veremos ao analisar o tratamento que *O Progresso* deu à presença política do MST na região, quando este movimento colocou em risco ou ameaçou os interesses rurais e os valores sociais e políticos conservadores.

Já o *Correio do Estado* se mostrou extremamente conservador em várias de suas posições e acreditamos que essa característica vem desde sua fundação, nos tempos da UDN. O jornal foi criado por grupos pertencentes à classe política mais conservadora do estado que sempre esteve no poder, articulada aos ruralistas de grande influência regional. Essas pessoas são provenientes das famílias mais tradicionais de Campo Grande, cidade onde o *Correio do Estado* está sediado e que se constituiu por meio de grandes propriedades de terras.

Entre 1995 a 2000, percebemos que *O Correio do Estado* continuava preso a esses grupos e que seus vínculos ideológicos também refletiram nas opiniões que ele emitiu sobre o governo petista, quando este ainda estava articulado às forças sociais de esquerda que o elegeram. Identificamos esse comportamento também com relação ao MST, que vamos apresentar por meio da análise de todos os textos publicados no periódico que fizeram referência ao Movimento, explorando não apenas o que o jornal disse, mas também como ele disse e o que não disse, mas deixou transparecer sobre como pensavam, o que desejavam, como viam o mundo os responsáveis pela sua produção.

ATRAÍDOS PELA TERRA

A terra sempre foi uma importante norteadora de políticas públicas no Brasil, bem como alvo de disputas pelo poder. Os fatos relacionados a ela que interessam para esta pesquisa iniciam no Estado Novo (1930-1945), quando o então presidente Getúlio Vargas incentivou a *Marcha para o Oeste* e implantou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no sul de Mato Grosso, junto a outras quatro colônias agrícolas no país, seguindo o projeto de colonização do interior.

As colônias foram uma das estratégias do governo Vargas para incentivar o povoamento da parte oeste brasileira e integrar as regiões, objetivando a criação de um Estado forte, coeso, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico. Vargas queria fazer o país crescer dentro de suas fronteiras, o que significava o desbravamento e a colonização das áreas consideradas “desertas”, bem como a nacionalização das fronteiras e o desenvolvimento do capitalismo no campo (OLIVEIRA 1, 1999). O projeto também se caracterizou em um recurso para resolver as tensões no campo do nordeste brasileiro, pois distribuiu lotes de 30 a 50 hectares aos brasileiros sem terra, principalmente daquela região.

No extremo sul de Mato Grosso, a política de Vargas pôs fim ao monopólio de meio século da Companhia Erva Mate Laranjeira, que não teve seus contratos de arrendamento renovados. Em 1943, na área onde se concentravam a sede e grande parte dos ervais da companhia, foi instalado o território federal de Ponta Porã, submetendo os domínios da empresa à fiscalização federal. Já o projeto civilizador colocado em prática – seguindo a meta do trabalho e objetivando quebrar o poder dos grandes proprietários de terra – foi a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que estabeleceu a demarcação de 300 mil hectares pertencentes ao Território Federal de Ponta Porã. O Território foi extinto em 1946, após o fim do Estado Novo.

A fartura de terras divulgada pelas propagandas da CAND atraiu, para a região, nordestinos, mineiros, paulistas e imigrantes japoneses, que se juntaram à população já existente. Segundo Moreno (1993), a política de colônias agrícolas foi bem recebida pelos grandes proprietários de terras em Mato Grosso, “[...] uma vez que suas propriedades foram protegidas de

invasões pelos sem terra, além de terem à sua disposição uma mão-de-obra ordeira e produtiva” (p. 179).

O sistema de pequena propriedade implantado nas colônias agrícolas objetivava a diversificação da agricultura, modelo que o governo federal incentivava como complementaridade do desenvolvimento industrial e por meio do qual prometia acabar com a velha ordem latifundiária. O país passava, naquela época, pela crise do café, que para muitos autores significava um golpe mortal ao latifúndio e, desta forma, a política nacional implantada por Vargas teria êxito.

Para Prado Júnior (1944)²², porém, bastaria um novo surto agrícola, uma nova conjuntura favorável, e a grande propriedade se restauraria. Para Lenharo (1985, p. 57), ficou visível “[...] a manutenção de um processo de colonização que sempre se manteve no leito dos conflitos sociais, apesar da pretensão ideológica do regime em contê-los. O que se passaria anos depois da queda de Vargas ilustraria as tendências latentes há muito tempo”.

Lenharo (1986) também chama a atenção para o mapeamento de extensos territórios em Mato Grosso por grupos capitalistas, que fecharam as portas para as populações trabalhadoras que buscavam no estado terra para plantar; para as famílias trabalhadoras que estavam sendo expropriadas de seus lugares de origem e se puseram a caminho do oeste, onde existiam “[...] extensos territórios, aparentemente sem dono, despovoados e sem plantação[...]”, que esperavam pelo seu trabalho. “Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas para trabalhar para os outros, e continuar sem terra, como antes” (LENHARO, 1986, p. 48).

Isso se comprovou em 1946, após o fim do Estado Novo: a Constituição Estadual foi alterada para permitir aos pretendentes individuais comprarem até 10 mil ha (o limite anterior era de 500 ha). Então os políticos estaduais, grupos econômicos do Rio Grande do Sul e São Paulo e a própria Companhia Mate Laranjeira competiram para acumular grandes propriedades:

[...] nos idos dos anos 50, grupos de políticos locais, de fora, grupos econômicos formaram uma ciranda de alianças empresariais e eleitorais, cujo jogo principal incidia no controle da distribuição das terras devolutas do estado. [...] não se tratava somente de quantidades de terras açambarcadas. As melhores terras eram as mais visadas (LENHARO, 1986, p. 53).

22 Problemas de povoamento e a pequena propriedade. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 10 (115): março 1944. Citado por Lenharo (1985).

A qualidade e os baixos preços acirraram a procura e a disputa pelas terras devolutas. De acordo com Moreno (1993), as propriedades eram repassadas às companhias de colonização de sete a 10 cruzeiros, que as revendiam por 100 a 300 cruzeiros o hectare. Nesse sentido, o governo apoiava as empresas, argumentando que elas eram necessárias à obra da colonização:

Os brindes e as facilidades de concessões de terra faziam parte dum entrelaçado jogo de interesses e se negociava uma mercadoria, que à época, supostamente não se dava valor, pela sua abundância e pela ignorância que se tinha do potencial do Estado. Assim justificava-se este tipo de campanha para forçar o povoamento e promover o seu desenvolvimento (MORENO, 1993, p. 212).

Naquele período pós-Vargas, as relações de produção e mercados de produtos, terra e trabalho passavam por mudanças em todo o país. O interior continuava assistindo a um intenso fluxo migratório. A atividade econômica era predominantemente agrícola, que ia se capitalizando. O preço da terra aumentava e sua ocupação tornava-se cada vez mais concentrada.

Em Mato Grosso a população deu um salto. A densidade populacional do estado era tão baixa que o fluxo migratório alterou completamente a composição demográfica: segundo dados censitários do IBGE, passou de 516.514 pessoas, em 1950, para 1.623.618, em 1970. Esse crescimento deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. A população era, porém, concentrada, o que refletia o processo de ocupação da terra: em 1970, dos dez municípios mais populosos do estado, oito encontravam-se na região de fronteira, área em volta da CAND (FOWERAKER, 1981, p. 73).

A demanda por alimentos nas maiores cidades brasileiras e o movimento nas novas terras impulsionaram a construção de estradas no interior do país nas décadas de 1950-60 e contribuíram para retirar a região de fronteira de seu relativo isolamento. A produção agrícola comercial que antes deveria se situar no âmbito da estrada de ferro Noroeste do Brasil – com exceção do gado, que podia caminhar até o mercado – cresceu no sul do estado. Em Dourados, por exemplo, nos anos de 1950, a produção de alguns produtos aumentou: 254% para o arroz, 163% para o feijão, 461% para o café (FOWERAKER, 1981, p. 77).

Os lucros pela exploração econômica da terra, seguindo a intensa ocupação, precipitaram as compras especulativas. A luta pela terra se

intensificou. “Essa competição leva a disputas legais quando os interesses econômicos individuais não coincidem, e a confrontos de classe com os camponeses quando a ‘grilagem’ lhe subtrai o meio de subsistência” (FOWERAKER, 1981, p. 84).²³

As disputas por terra estavam presentes em todo o país. Os trabalhadores rurais se fortaleceram com o enfraquecimento dos coronéis, a partir das políticas de Vargas. O período que antecedeu ao golpe de 1964 foi marcado por uma extensa mobilização no campo, sendo a reforma agrária o centro do debate político. Entre 1940 e 1960 o país assistiu à afirmação dos camponeses como atores políticos organizados, a princípio, em entidades como ligas camponesas e associações de lavradores, lutando por terra e direitos. Surgiu a primeira organização nacional camponesa, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e o campesinato foi disputado por agentes diversos, como partidos políticos e a Igreja. Aconteceram as primeiras manifestações de homens do campo nas cidades, os primeiros congressos camponeses, as primeiras greves na área rural, as primeiras ocupações de terras como tática política para forçar sua desapropriação.

Naquele período também foram colocadas em prática as primeiras ações do poder público para a redistribuição da propriedade da terra, desapropriando-se fazendas e áreas de conflito, de início como investidas de governos estaduais e, posteriormente, como política do governo federal, ganhando corpo no governo de João Goulart (1961-1964), com as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária), consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico e social. Dentre elas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções.

Foi naquele governo que a sindicalização do campesinato foi regulamentada, o que levou à proliferação de entidades em todos os estados²⁴, culminando na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1964, e dando origem ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR).

A ação dos movimentos agrários chegava à imprensa por meio de

23 Segundo Moreno (1993), as irregularidades na titulação de terras, em Mato Grosso, foram se acumulando e os conflitos em torno de seu controle e distribuição se acirrando. Na tentativa de conter a corrupção, o departamento de terras foi fechado quatro vezes, em diferentes administrações: 1951, 1956, 1961 e 1966. A autora complementa que o estado chegou a década de 80 sem ter segurança nas informações cadastrais do seu patrimônio fundiário, “dando margem à especulação de toda ordem. Tanto que os proprietários de ‘títulos voadores’ podiam reclamar as terras e terem-nas localizadas onde mais conveniente fosse” (p. 244).

24 Os sindicatos vieram substituir as entidades civis, como as associações de lavradores, e pesaram para o declínio das ligas (ver GRYNZPAN, 2003, p. 320).

relatos de conflitos entre posseiros e proprietários e era representada como perigo eminente de caos no campo. A mobilização política dos trabalhadores rurais começava a ser reprimida pela ala conservadora da Igreja Católica, que via naqueles grupos a presença de idéias comunistas. O combate ao comunismo, na verdade, fazia parte de uma geopolítica internacional, desde o início da Guerra Fria e da formação do bloco soviético em contraposição ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos.

As idéias socialistas estavam conquistando o mundo inteiro, ao fim da Segunda Guerra. De acordo com Duque de Farias (2002, p. 53-58), o rápido crescimento do Partido Comunista Brasileiro e a agitação popular não tardaram a provocar fortes reações da Igreja Católica contra o comunismo e suas organizações. Muitas mobilizações sociais foram articuladas por aquele partido e começaram a surgir grupos organizados com o objetivo de combater o comunismo no país. O conservadorismo anticomunista foi reforçado pela revolução cubana, que causou grande repercussão para toda a sociedade latino-americana. Conforme Capelato (1988, p. 53), “[...] na década de 60, conflitos sociais e políticos vêm à tona. São identificados como ‘desordem’ provocada pelos comunistas. O velho fantasma volta a rondar o país e os ‘guardiães da boa sociedade’ empenham-se na articulação de um golpe para salvá-la”.

Portanto, para impedir a “desordem” causada pelo fortalecimento político dos trabalhadores rurais e dos demais movimentos sociais – entre outras finalidades – um grupo de militares e grandes empresários articulou o golpe de 1964. A partir daí o Estado entrou, mais uma vez, na questão da propriedade da terra, dando apoio econômico às grandes empresas que quisessem se instalar no campo.

MUITOS SÃO EXCLUÍDOS

No regime militar, foi criada Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra, 30 de novembro de 1964) para reger a implementação de uma reforma agrária no país e resolver o problema central daquele regime, que era a questão agrária. Também pesaram para aquelas decisões as recomendações do governo americano, preocupado com a possibilidade de eclosão de processos revolucionários na América Latina, nos moldes do que ocorrera recentemente em Cuba. Para os Estados Unidos, a reforma agrária representava um mecanismo eficaz de controle e estabilidade social, uma vez que contribuía para a eliminação de fontes de conflito e de revolta. Ou, de acordo com alguns autores, serviria para impedir a expansão do comunismo.

Porém, as ações dos militares acabaram não sendo voltadas à quebra da hegemonia do latifúndio. O regime impulsionou o capitalismo com a modernização das grandes propriedades rurais, por meio de crédito rural subsidiado, fácil e abundante, que possibilitou a incorporação de pequenas propriedades às médias e grandes, pois quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia. A urbanização e a industrialização cresceram rapidamente e a concentração de terra permaneceu.

Para Martins (1984, p. 22), o Estatuto da Terra foi

[...] destinado a concretizar uma reforma agrária que não representasse o confisco das terras dos grandes fazendeiros, mas que permitisse conciliar a ocupação e utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural.

A reforma agrária foi apenas uma das dimensões do Estatuto da Terra. Uma outra importante foi a promoção do desenvolvimento agrícola, com a transformação das grandes propriedades em empresas rurais. Para isso, foram definidos mecanismos de pressão, como a aplicação do Imposto Territorial Rural (ITR) e a desapropriação de terras improdutivas. Ou seja, previa-se que as grandes propriedades fossem levadas a ampliar suas áreas de plantio e intensificar a sua criação, pressionadas pela possibilidade de desapropriação.

O regime criou alguns projetos de colonização para desenvolvimento regional, destacando-se o Programa de Integração Nacional (PIN/1970); o

Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra/1971), que buscavam integrar “[...] os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia”. O fluxo de trabalhadores rurais do nordeste para a Amazônia se intensificou no fim dos anos 1960 e início dos 1970, levando populações para Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Pará, onde muitos se instalaram como posseiros.

Segundo Grynspan (2003, p. 330), havia, ainda, um outro fluxo, este mais recente e influenciado pela propaganda oficial, que trazia trabalhadores do sul e do sudeste para Rondônia, Mato Grosso e Acre. No sudeste, eles eram expulsos pela erradicação dos cafezais e pela substituição das áreas de plantio por pastagens. No sul, fatores diversos pesaram, como a introdução de novos plantios – soja e trigo, por exemplo – que resultou em concentração fundiária, por um lado, e em mecanização com a conseqüente liberação de mão-de-obra, por outro. Nas regiões onde predominavam pequenas propriedades estava em curso um processo de fragmentação que conduzia à formação de lotes cujas dimensões inviabilizaram o sustento da família. A ida para a Amazônia representava a possibilidade de recompor o patrimônio familiar.

Porém, nos projetos de colonização do governo, poucas famílias foram de fato assentadas. O que se sucedeu é que grandes áreas foram ocupadas por capitalistas do sul do país e a concentração de terra imperou. Martins (1984) afirma que a política de terras estava vinculada aos interesses da política econômica e do estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros. Naquele período da redefinição da política fundiária, em favor geralmente de empresas industriais, comerciais e bancárias, que receberam incentivos do Governo, cresceu a luta dos trabalhadores rurais pela terra, pois muitas áreas destinadas aos “novos” projetos já eram ocupadas por posseiros.

Aqueles conflitos – apesar de reprimidos e censurados pelos militares –, muitas vezes concretizados em ocupação de propriedades, tiveram o envolvimento da ala mais progressista da Igreja Católica, que defendeu os trabalhadores rurais, principalmente nas regiões pioneiras da Amazônia. Para “acalmar” essa situação, mas não resolver de fato a questão agrária no país, algumas desapropriações foram realizadas. Durante o período militar, 115 mil famílias foram assentadas, em 13,5 milhões de hectares (BRASIL, 1997, p. 14).

A política que de fato prevaleceu naquele período foi a de uma

modernização conservadora, que acarretou um processo de expropriação do homem rural. De acordo com Fernandes (1996), essa reestruturação do latifúndio provocou um intenso êxodo rural e conseqüentemente o aumento dos conflitos no campo. Durante o regime militar,

[...] foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a superexploração dos trabalhadores assalariados e sem direitos” (FERNANDES, 1996, p.54).

Em 1985, ao final do regime, o Brasil contava com a seguinte estrutura fundiária, de acordo com dados do IBGE: os estabelecimentos rurais acima de mil hectares abrangiam menos de 1% do número de propriedades, porém ocupando 43% da área total; os estabelecimentos inferiores a 100 hectares perfaziam 90% do número total, porém sua área representava 21%. Já em Mato Grosso do Sul, os estabelecimentos rurais com mais de mil hectares representavam 11% dos imóveis, mas ocupavam 80% da área; os com menos de 100 hectares representavam 61,6% das propriedades, porém ocupando apenas 2,3% da área. Se fosse fazer uma média da área das propriedades, a nacional seria de 64,4 hectares, enquanto em Mato Grosso do Sul seria de 568 hectares.

No antigo sul de Mato Grosso, o campo esteve inserido no mesmo processo histórico: ao mesmo tempo em que os criadores cultivavam pasto, as áreas de pastos naturais passaram a ser utilizadas por culturas altamente lucrativas, como o trigo e a soja. As grandes transformações iniciaram em 1969, quando empresários do Rio Grande do Sul descobriram terras em Ponta Porã que estavam sendo vendidas vinte vezes mais baratas do que no seu próprio estado (FOWERAKER, 1981, p. 81-82). Esses gaúchos são os que Pébayle e Koechlin (1981, p. 16) chamam de granjeiros, “[...] grandes fazendeiros agricultores que constituem desde os anos 50 a classe rural mais dinâmica das pradarias do Rio Grande do Sul”. A terra já começava a faltar no sul. Em Mato Grosso, ela estava disponível e custava menos. Vindo para este estado, os granjeiros, “[...] aproveitando os créditos muito generosos do Banco do Brasil”, conseguiram impor suas explorações de culturas de cereais mecanizadas.

Novas áreas foram abertas e, em 1985, 90% do território já estava ocupado por estabelecimentos rurais. Segundo Queiroz (1998), apesar da área ter aumentado, o número de estabelecimentos diminuiu entre 1970 e 1985: passou de 60 mil para 55 mil, o que evidencia um movimento de

concentração fundiária. Este autor também concluiu que a área ocupada por lavouras quadruplicou, passando de meio milhão para quase dois milhões de hectares. No período de 1970 a 1986, o volume da produção dos nove principais gêneros cultivados no estado (algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo) multiplicou-se por 13, passando de 600 mil para 7,5 milhões de toneladas.

Em 1986, a soja e a cana respondiam por 80% da produção dos nove principais gêneros, devido aos subsídios governamentais. A soja era produzida para exportação e recebeu grande incentivo da política implementada pelo governo federal “[...] de atendimento a qualquer custo do serviço da dívida externa, por meio da obtenção de astronômicos superávites comerciais” (QUEIROZ, 1998, p. 35). Já a lavoura canavieira estava ligada à indústria alcoleira, voltada para a implantação do Pró-Álcool. Com relação aos gêneros de consumo local, como arroz, feijão e milho, sua produção caiu ou o seu crescimento não acompanhou o aumento populacional.

Toda essa produção agrícola, porém, ocupava apenas 6% da área total dos estabelecimentos rurais do estado, que destinava 70% do total da área dos imóveis rurais à pastagem. Em 1985, o rebanho bovino alcançou a produção de 15 milhões de cabeças, levando Mato Grosso do Sul para a terceira posição no país. A mecanização e o uso de insumos agrícolas também se ampliou. O caso mais notável foi o uso de tratores, que cresceu mais de 700% entre os anos de 1970 e 1985 – neste ano ultrapassou 30 mil unidades.

Junto a essas mudanças no campo, o que aconteceu com os pequenos agricultores, que trabalhavam em suas próprias terras? Diante da política agrícola implantada pelo governo militar, muitos não tiveram condições de continuar na categoria de “proprietários” e passaram para a de empregados, nas grandes fazendas. Essa realidade Martins (1993) observou nas áreas pioneiras de todo o Brasil e denominou o processo de “proletarização” rural, entre 1970 e 1980: houve um aumento de mais de 1,6 milhão da população de diversas categorias de assalariados no campo, ao mesmo tempo em que a população de pequenos produtores brasileiros diminuiu cerca de 1,5 milhão, no país. Ou seja, esses números evidenciam as consequências de um processo de expropriação do camponês e no acréscimo da concentração da propriedade de terra.

Em Mato Grosso do Sul²⁵, de 1970 a 1985, as propriedades com

25 Foi durante esse impulso desenvolvimentista da década de 1970 que ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso em duas unidades político-administrativas, resultando na criação de Mato Grosso

menos de 50 hectares foram reduzidas a dois terços. Se o número desses estabelecimentos diminuiu, significa que os produtores e suas famílias, que juntos desenvolviam as atividades agropecuárias em terras próprias, se deslocaram. Muitos também passaram para a categoria de assalariados nos estabelecimentos maiores, outros passaram a temporários, ou seja, sem nenhum vínculo empregatício. Queiroz (1998, p. 38) ainda ressalta que a redução do campesinato com o aumento do proletariado rural no estado correspondeu, “[...] na maior parte, à expansão de uma burguesia rural – notadamente os agricultores capitalistas, plantadores de soja e outras culturas comerciais, e os criadores de gado bovino”.

Porém, muitos camponeses não conseguiram nem mesmo emprego no campo e foram para as cidades, fato que também veio a colaborar para o processo crescente de urbanização do estado. Segundo Queiroz (1998, p. 38), no ano de 1970, a zona rural de Mato Grosso detinha 73% da população economicamente ativa; já no ano de 1985, ela abrigava apenas 38%. A intensificação do êxodo para as áreas urbanas revelou o processo de expropriação do campo, em que os pequenos proprietários, que desenvolviam a agricultura de subsistência, se viram cada vez mais pressionados para deixar a posse de suas terras e acabaram sendo forçados a vender suas propriedades aos grandes proprietários. Esses camponeses passaram a sofrer, então, um processo crescente de exploração nas cidades.

Como se percebeu, a modernização da agricultura contribuiu para criar o problema dos expropriados do campo que, além de formar muitos “proletários” rurais, também os expulsou para o meio urbano, que não possuía a estrutura necessária para atendê-los. O reflexo disso foi acentuado a partir da metade da década de 80, quando o estado passou a conviver com a favelização nas periferias das cidades, o que ocorreu ao mesmo tempo em que cresciam os conflitos pela posse de terras. Aumentou o número de acampamentos de sem-terra e sem trabalho, de famílias que resistiam e buscavam solução para a situação em projetos de reforma agrária.

Ou seja, a colonização foi uma das faces da política de ocupação das áreas da fronteira, supostamente livres, visando a garantir o seu controle, antiga demanda dos militares. Ao lado dela, observou-se a instalação de grandes projetos agropecuários, ou de mineração, por empresas que recebiam incentivos fiscais. Nem todas as propriedades estabelecidas obedeceram a mecanismos e a procedimentos legais, sendo muitas delas

do Sul. A lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, desmembrou a porção sul, com área de 358.158,7 quilômetros quadrados, o que representa 22% da região Centro-Oeste e 4% do território nacional. MS atualmente é dividido em 78 municípios e tem como capital Campo Grande.

resultado de apropriação indébita, de grilagem. Várias delas se instalaram em áreas onde havia posseiros e índios. Comunidades indígenas inteiras foram alvo de violência, grupos foram exterminados ou tiveram que se deslocar. Os posseiros também foram expulsos de forma violenta.

O regime militar procurou pôr um freio no processo de mobilização do campesinato brasileiro, por meio de mecanismos de força e de repressão, neutralizando lideranças mais combativas, perseguindo-as, prendendo-as, intervindo em suas entidades, promovendo a desocupação de áreas ocupadas. Porém, essa repressão do governo, aliada à política de modernização no campo, contribuiu para ampliar os conflitos que existiam no período anterior ao golpe, produzindo mudanças nas formas de luta.

Os trabalhadores rurais passaram da ofensiva às lutas de resistência; das ações coletivas aos conflitos individuais. Sua principal arma era a legislação existente, como o Estatuto da Terra. Lutando por direitos, tiveram nos advogados de sindicatos e federações seus grandes aliados. Porém, a existência de um aparato legal que conferia direitos aos trabalhadores rurais não significava, necessariamente, que estes fossem seguidos e respeitados. Era preciso lutar pela implementação de medidas previstas pela legislação, mas que dela nunca haviam saído.

No sul de Mato Grosso do Sul, na cidade de Naviraí, Fabrini (1996) também nos traz um exemplo de luta pelos direitos de trabalhadores rurais, em 1979, quando 240 famílias de arrendatários que derrubavam matas e formavam pastagens nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá moveram uma ação contra os proprietários pela permanência na terra por mais de três anos, devido às irregularidades existentes no primeiro contrato de arrendamento. Em 1980, como fato inédito, os arrendatários da Fazenda Jequitibá ganharam na justiça a autorização de permanência nos lotes por mais um ano e, a partir dessa conquista, incentivados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, passaram a reivindicar a desapropriação da fazenda para reforma agrária.

Ainda em 1980, outros trabalhadores rurais também se organizavam em Itaquiraí, município próximo. Segundo Souza (1992), o então governador Pedro Pedrossian lançou o projeto Guatambu, que objetivava, além de outros aspectos, estimular a permanência do homem no campo, dando-lhe assistência técnica, econômica e social. Alguns sem-terra, motivados pela propaganda do projeto, ocuparam uma área da Fazenda Baunilha, que julgavam ser devoluta, e hastearam a bandeira do “Guatambu”, acreditando

que este justificaria tal ação. Em menos de três dias, mais de 600 pessoas estavam na área, mas logo foram retiradas pela polícia, obedecendo a ordens do governo.

Souza (1992) avalia que, por pressão política dos setores rurais, o projeto foi engavetado e as famílias, por meio de acordo com o governo, acamparam em outra área, aguardando a terra prometida pelo estado. Em 1982, os poucos que conseguiram resistir foram transferidos para o município de Cassilândia, numa área pertencente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de solo de baixa fertilidade. Assim, a credibilidade do governo junto aos trabalhadores rurais decrescia e esses buscaram apoio em outras instituições, como foi o caso da CPT, uma linha de ação da Igreja Católica que já contava com algumas experiências em áreas de grandes conflitos no norte, nordeste e sul do país.

A CPT, entidade da Igreja Católica vinculada à Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), nasceu no início da década de 1970, no Amazonas, nas regiões de grandes e constantes conflitos entre posseiros e fazendeiros, e logo após se espalhou para todas as regiões brasileiras. Seu trabalho era voltado para o apoio e o acompanhamento dos trabalhadores rurais pobres, reivindicando, de acordo com Martins (1984), o cumprimento de direitos previstos em lei em relação a esses trabalhadores. Sua existência demonstrava uma nova política no interior da Igreja, que inicialmente mostrara uma ala com posturas predominantemente contrárias à organização do campesinato e agora tinha outra que defendia aquele grupo²⁶.

Grynszpan (2003, p. 333) explica as raízes dos ideais da CPT: alterações mais amplas vinham se operando no catolicismo desde a década de 1960 e ganharam expressão na Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968. “Ali se ressaltou a necessidade de que a Igreja tomasse uma posição claramente em favor dos pobres e dos oprimidos, libertando-os da violência e das injustiças, orientando-os nas lutas contra seus opressores” A opção preferencial pelos pobres estava alicerçada nos conceitos de justiça nela contidos.

Essas mudanças não se deram de cima para baixo: muitos teólogos já vinham denunciando violências e injustiças resultantes do processo de modernização no meio rural e das políticas implementadas pelos governos militares. O que a Igreja fez foi redefinir o trabalho pastoral que passasse a responder aos novos desafios que se colocavam para ela.

26 Convém lembrar que alguns fundamentos ideológicos da CPT sempre encontraram resistência nas alas mais conservadoras da Igreja. Já na sociedade, os mais conservadores a chamam de comunista.

Os fundamentos ideológicos que basearam esse novo trabalho da Igreja foi a Teologia da Libertação. Vários religiosos, comprometidos com a caminhada do povo simples e lutador, elaboraram uma doutrina objetivando iluminar os cristãos, de forma ordenada e profunda, e os animar a assumirem os desafios do mundo do trabalho e do engajamento político e social, no campo e nas cidades:

No centro dessa elaboração teológica, além dos valores da libertação – inspirados na longa experiência do Povo de Deus, do tempo do Antigo Testamento, e nas experiências dos cristãos, renovados pela Boa Nova de Jesus Cristo – estavam, também, os valores e contra-valores dos Conflitos de Classe, presentes no Sistema de Exploração do Trabalho Assalariado, comandado pelos interesses da Produção Industrial. Em suma, nessa Teologia da Libertação estava e está presente um certo conceito da Luta de Classes elaborado por Marx, assim como estão presentes os anseios e as lutas pela libertação, contidos em todos os livros da bíblia, portanto, presente nas experiências do povo Hebreu e também na pregação e na prática de Jesus Cristo (ROSSI, 2002).

A Teologia da Libertação foi fundamental para a firme postura da Igreja Católica de enfrentamento à ditadura militar, denunciando seus crimes e exigindo a volta da democracia. A sociedade civil estava silenciada pela censura e pela repressão militar e, assim, os trabalhadores rurais encontraram na Igreja o espaço que precisavam para discutir novas possibilidades de acesso à terra. A CPT passou a organizar os posseiros e a orientá-los em suas lutas, denunciando as violências a que estavam sujeitos e patrocinando a criação de sindicatos onde não havia, ao mesmo tempo onde estimulava a formação de chapas de oposição nas entidades onde as direções não eram vistas como combativas.

Em Mato Grosso do Sul, também foi na CPT que os trabalhadores rurais sem terra começaram a se organizar para enfrentar a classe rural e seus representantes no poder. Em 1982, em uma reunião em Tacuru entre sem-terra e agentes da CPT, criou-se uma Comissão Estadual dos Trabalhadores Sem-Terra, para orientar a lutas e representar os trabalhadores.

A Comissão procurou fortalecer a luta no campo e integrá-la ao movimento nacional que estava surgindo, porém ainda informalmente, composto por trabalhadores do sul do país. Em 1983, por meio de núcleos municipais, a Comissão Estadual começou a atrair, para as discussões, os arrendatários, os bóias-frias, os meeiros, os posseiros e os desempregados da cidade provenientes do meio rural. Aquele grupo se articulou e organizou

a ocupação da gleba Santa Idalina, uma extensa área pertencente às terras da colonizadora Sociedade de Melhoramentos e Colonização (Someco), em Ivinhema.

O período em que essas lutas começavam a se fortalecer foi marcado, no Brasil, pelo processo de abertura política: o regime militar estava enfraquecido, a oposição ganhava força e se legitimava de forma crescente, os trabalhadores urbanos se mobilizavam e realizavam suas grandes greves. Como observa Grynszpan (2003, p. 335), “[...] parte dessas lutas [...] tinha suas raízes nas próprias políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo. Eram efeitos e reações a elas”.

As lutas no campo se generalizavam e envolviam um número crescente de pessoas, permitindo a afirmação de novos atores, iniciando um novo ciclo de grandes mobilizações e fortes repercussões em todo o país. Greves de trabalhadores rurais eclodiram no nordeste e no sudeste, pequenos produtores do sul organizaram protestos contra as políticas agrícolas e creditícias do governo, seringueiros do norte opuseram-se à derrubada dos seringais. O regime militar estava chegando ao fim.

A LUTA GANHA AS RUAS

O fim do regime militar foi marcado pela eleição de Tancredo Neves, em 1985, mas o processo de redemocratização do Brasil só se completou em 1988, com a promulgação da nova Constituição. Em 1984, porém, foi o ano em que os movimentos sociais se mostraram fortalecidos ao colocar nas ruas a campanha pelo fim da ditadura. Para Souza (1992), as ações do período foram fortes aliadas dos trabalhadores rurais, que também puderam levar suas propostas ao público. Ao mesmo tempo em que se pregava a democracia por meio da campanha das “Diretas Já”, os sem-terra se organizavam para pôr em prática suas propostas democráticas.

A reforma agrária era uma das condições fundamentais para a democracia do país. Os trabalhadores rurais queriam terra para plantar, mas não apenas isso: queriam, também, democracia, liberdade, saúde, educação etc. (SOUZA, 1992, p. 30). A concretização daquela luta, em Mato Grosso do Sul, se iniciou em Ivinhema.

Naquele município, a ocupação da gleba Santa Idalina representou o marco divisório na história da questão fundiária do estado e mostrou, para a população urbana e para a classe política e rural, a capacidade de organização dos trabalhadores rurais. A ação se deu em 29 de abril de 1984, envolveu trabalhadores de 11 municípios da região e brasiguaios²⁷. Segundo Fabrini (1996), aquele ato tornou-se destaque em âmbito estadual, por meio da imprensa, e colocou em pauta os conflitos e as contradições existentes com a distribuição desigual de terras, sufocados durante o período da ditadura militar. Para Souza (1992), a ocupação tornou pública a existência de dois grupos: um que ainda vivia da renda da terra ou a utilizava como reserva para futuras especulações e outro que queria explorar a sua produtividade ou dar a ela um caráter social.

Os trabalhadores buscavam soluções ante a violência tanto do latifúndio como da falta de políticas públicas para solucionar a questão agrária. Para isso, procuraram ampliar suas ações e integrá-las na luta nacional: em 1984, surgiu o MST, durante o 1º Encontro dos Trabalhadores

27 Brasiguaios são trabalhadores rurais brasileiros que procuraram o espaço agrícola do Paraguai, nas décadas de 1960 e 1970, devido às políticas nacionais que os excluíram de suas atividades, em seu país. Na década de 1980, em razão do insucesso e das perseguições sofridas pelo fato de serem estrangeiros, esses trabalhadores retornaram ao Brasil e voltaram a vivenciar uma situação de marginalização social.

Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR).

O surgimento de um movimento nacional buscava traçar os rumos da luta daquele grupo para além do âmbito da Igreja. De acordo com Fabrini (1996), a separação da atuação da CPT e MST em Mato Grosso do Sul se deu em 1986, com a vinda de um dos membros da direção nacional do MST, Darci Domingos Zehn e sua esposa, para liderar a ocupação de terra na Fazenda Itasul, no município de Itaquiraí. A partir disso, as duas entidades foram se distanciando e desenvolvendo suas próprias ações de luta pela terra.

Fabrini (1996) também destaca que foi a partir dessa separação que as ações mais “radicais” dos sem-terra se intensificaram – como ocupações de propriedades rurais ou prédios de órgãos do governo. O MST iniciou, também o seu trabalho de formação de lideranças, cursos, encontros e congressos. Até o ano 2000, o movimento estava presente em 23 estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas.

Mas a Igreja se posicionava contra as ações “políticas” do movimento, como as ocupações, argumentando que, daquela forma, a violência aumentava. O discurso da instituição era de que houvesse entendimento entre os grupos envolvidos na luta pela terra. O bispo de Dourados, inclusive, publicou uma nota no jornal *O Progresso*, em maio de 1984, esclarecendo que a Igreja não participou do episódio de Ivinhema, mas que estava “[...] à disposição dos ‘sem-terra’ depois dos mesmos terem ocupado a área em questão, precisando de ajuda para não morrerem de fome” (OP, 19 e 20 mar. 1984).

Nacionalmente, ainda em 1984, o governo iniciava os debates em torno do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a partir do qual estudava a distribuição de terra para assentar, em cinco anos, 1,4 milhão de famílias em 43 milhões de hectares (MENEGAT, 2003, p. 21). Segundo Souza (1992), a questão agrária estava na pauta de discussões de diversos países:

[...] havia uma verdadeira movimentação internacional para se por fim aos regimes ditatoriais que nos anos 60 se espalharam pela América Latina. Essa pressão por uma democratização do Continente trouxe a preocupação dos setores latifundistas latino-americanos com um possível avanço de propostas revolucionárias, que significasse o atendimento da enorme parcela de trabalhadores rurais sem terra. Tal atendimento envolveria necessariamente uma nova política de ocupação racional do solo rural (SOUZA, 1992, p. 59)²⁸.

28 Novamente as idéias “revolucionárias” associadas ao comunismo preocupavam os setores conservadores da sociedade.

Como forma de barrar as discussões de propostas de reforma agrária no Brasil e contra o crescimento das organizações populares no campo, as forças ruralistas reagiram e organizaram a sua categoria, criando, em 1986, a União Democrática Ruralista (UDR), “[...] instituição que [...] agiria a favor do latifúndio e contra os sem-terra e suas organizações” (SOUZA, 1992, p. 50). Investindo em propaganda própria, em pouco tempo conquistou a simpatia dos fazendeiros e expandiu-se por todo o território nacional. Sua luta se deu, principalmente, para eleger representantes para a Constituinte de 1987 e derrubar as propostas populares de acesso à terra. Um dos resultados da articulação da UDR é que as ações de reforma agrária do governo para o período de 1985 a 1989 ficaram bem abaixo da meta inicial: 89.950 famílias foram assentadas em 4,5 milhões de hectares (BRASIL, 1997, p. 18).

Em Mato Grosso do Sul, a UDR iniciou sua organização a partir de Dourados e teve como pano de fundo a ocupação da gleba Santa Idalina, acontecimento que foi o ponto de partida para as futuras ações organizadas dos sem-terra, no estado. Para Souza (1992), é provável que a formação estadual da UDR também tenha sido desencadeada pelos grandes proprietários de terras revoltados com a escassez de subsídios que tanto estimularam a atividade agrícola, no regime militar.

A preocupação dos grandes proprietários rurais com as “propostas revolucionárias”, como Souza (1992) colocou anteriormente, é percebido na nota oficial da direção da UDR de Mato Grosso do Sul, publicada no jornal *O Progresso* na edição dos dias 26 e 27 de julho, quando a entidade apontava partidos, sindicatos e até mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como idealizadores das ações de ocupações de terra, com vistas a provocar uma “revolução” e conquistar o poder:

É indiscutivelmente inteligente o processo político desencadeado no Brasil pela CNBB, com apoio maciço do PT, PDT de Brizola, da CUT, dos setores de extrema esquerda enquistados no PMDB e dos vários partidos comunistas do Brasil. Todos, sem exceção, almejam a tomada do poder. Querem as rédeas do Estados, em suas mãos, para impor cada qual a seu modo, a revolução alicerçada na doutrina marxista, que hoje serve de trato de união entre eles (OP, 26 e 27 jul. 1986).

Souza (1992) afirma que a pressão da UDR sobre o governo logo se notou por meio da prática deste último com relação à questão fundiária, acionando a polícia para acabar com os conflitos nas áreas de ocupação.

O MST acusava a UDR de disseminar o terror no campo, com segurança armada em diversos estados onde atuava. Já a UDR acusava o MST de invadir propriedades, afrontar a lei, estimular a violência e levar a insegurança para o campo. Foi um período de intenso enfrentamento entre os trabalhadores rurais e os latifundiários.

Em Mato Grosso do Sul, com várias regiões de terras férteis, os trabalhadores rurais questionavam o potencial de riqueza e de prosperidade revertido principalmente à especulação por meio da criação de gado de corte, alegando que o uso da terra era improdutivo e não cumpria sua função social. De fato, a área destinada à pastagem apresentava crescimento constante, em detrimento à destinada à agricultura. De acordo com o IBGE, de 1985 a 1995, a área de floresta aberta para cultivo foi de 2,5 milhões de hectares, mas a destinada à agricultura reduziu 519.259 hectares, enquanto a de pastagem cresceu 3,6 milhões.

Isso também representou a continuação do processo de extinção de pequenas propriedades em favor do crescimento da média e da grande. Entre 1985 a 1995, o Censo Agropecuário também mostra que houve uma redução de 20% da mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas, passando de 253 mil para 203 mil, resultado tanto da diminuição da área de plantio como da mecanização da agricultura. O fato é que esses dados colaboram para aumentar, ainda mais, o número de trabalhadores em busca de solução em projetos de reforma agrária em movimentos organizados, como o MST.

O MST SE POPULARIZA

O MST apresenta um caráter popular e político ao criar situações para o envolvimento do Estado na questão agrária, como caminhadas, ocupações de órgãos do governo e de propriedades rurais, atos públicos, audiências com autoridades políticas, entre outras ações. A ocupação de terras é o exemplo maior do caráter político de suas ações, pois é nessa ocasião que se percebe uma verdadeira luta de classes, por meio do enfrentamento concreto entre famílias, grupos de proprietários de terra e o Estado. Outro exemplo é o trabalho de formação de militantes como forma de organizar o trabalhador rural tanto materialmente como espiritualmente (FARIAS, 2002 e SOUZA, 1992).

Os fundamentos ideológicos do MST são baseados em concepções que vêm desde sua fundação, no interior da CPT, ala progressista da Igreja Católica fundamentada em idéias da esquerda marxista com pressupostos cristãos da Teoria da Libertação. Apesar do Movimento ter-se desvinculado da CPT, ainda preserva algumas práticas que herdou dela, como a mística, o vínculo com as bases e o espírito missionário²⁹.

Farias (2002) trata da mística em sua tese, mostrando-nos que ela se concretiza por estratégias de animação para fortalecimento das famílias acampadas que lutam para ser assentadas. A prática baseia-se em simbologias para trazer o futuro para o presente, o sonho que ainda não é realidade, e traz arraigada a ideologia de envolvimento das famílias, exercendo suas ações de convencimento por meio dos hinos, cantos, símbolos, fotos, expressões etc. A autora considera como um dos principais componentes da mística os mitos e o culto a líderes mortos que acreditavam no socialismo e morreram injustamente, ressaltando que

[...] a mística não é apenas uma das estratégias do MST, mas é tida como uma energia vital que envolve o conjunto do Movimento, revigorando a essência de seus ideais considerados revolucionários: a busca de uma sociedade mais justa, alicerçada nas relações fraternas e solidárias, a sociedade socialista (FARIAS, 2002, p. 133).

29 Sobre isso, Gohn (2000, p. 116) reforçou com o exemplo do artigo de Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, na revista *República* de dezembro de 1996, p. 66, quando ele disse: “Nós nos vemos como sacerdotes que estão cumprindo uma missão política”.

O MST nasceu sob o lema “Terra para quem nela trabalha”, tendo como um dos princípios fundamentais que a terra era um bem de todos e deveria estar a serviço de toda a sociedade. Devemos entender as palavras de ordem do movimento relacionando-as com a conjuntura de seu surgimento: era um período de enfraquecimento de um regime ditatorial fundamentado na violência e repressão, cuja política de modernização da agricultura expulsou milhares de trabalhadores do campo para as cidades. O significado da “terra prometida”, valor oriundo da CPT, construiu no movimento a necessidade da conquista da terra para nela trabalhar (BORGES, 2004; FERNANDES, 2000).

Nos primeiros anos de sua formação, diante da oposição da UDR, que procurava enfraquecer a luta dos sem-terra perante a sociedade, principalmente a partir de propaganda negativa nos meios de comunicação, o MST mudou seu lema para “Ocupar, Resistir, Produzir”, criado no seu II Congresso Nacional, em 1990, caracterizando o segundo momento de sua luta. Com isso, o movimento procurou mostrar que ocupar a propriedade improdutiva não era o suficiente: era necessário resistir às dificuldades e produzir, devolvendo à terra a função social que lhe era própria. Para isso, o Movimento começou a qualificar a produção e a produtividade por meio da criação de associações e agroindústrias, da formação de cooperativas rurais para comercialização em grande escala, do uso de novas técnicas e maquinários e da busca de crédito rural.

As diretrizes tomadas pelo Movimento no II Congresso Nacional nortearam as ações do MST no período do governo de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). No mandato do primeiro, o programa de assentamentos foi paralisado e não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. Já no de Itamar Franco, os projetos de reforma agrária foram retomados e aprovou-se um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas de fato só foram atendidas 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão e 229 mil hectares (SOUZA, 1992; MENEGAT, 2003; MST, 2005).

O terceiro momento que percebemos na trajetória do MST foi a partir do III Congresso Nacional, realizado em maio de 1995 e que norteou a luta do Movimento no período de estudo proposto nesta obra. Com um trabalho sempre baseado no lema “Ocupar, Resistir e Produzir”, o movimento passou a incluir novos elementos nas suas ações, incluindo as palavras de ordem “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Isso significava

realizar um trabalho de “convencimento” da sociedade de que a reforma agrária não deveria se restringir à luta do trabalhador rural por terra para garantir a sobrevivência de sua família, mas sim que ela era a condição fundamental para o desenvolvimento do país e para a qualidade de vida de toda a população (MST, 2005).

No período, sua proposta de reforma agrária estava assentada em quatro pilares: a democratização de acesso à terra combatendo-se a elevada concentração existente; o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local; a educação em todos os níveis; e a mudança do modelo tecnológico brasileiro, baseado em oligopólios e multinacionais para um modelo que considerasse, além do problema social da fome e do desemprego, as especificidades da natureza, um modelo não predatório e que tivesse compromisso com as gerações futuras (MST, 2005).

A base de atuação do MST sempre foi no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas: ex-pequenos proprietários, assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho – geralmente sem vínculo empregatício –, e também outros de origem urbana, que vivem nas periferias das cidades de diferentes regiões do país. Mas sua base organizativa sempre se situou no meio urbano, pois suas estruturas de coordenação e produção de material impresso localizam-se nas grandes cidades.

A atuação do MST no meio rural se dá por meio da organização das ocupações das fazendas, da formação de acampamentos e da assistência aos assentamentos. A ocupação de terra e a permanência nela explicitam o caráter político do movimento, uma de suas características fortes. O MST entende que a luta pela reforma agrária, apesar de ser uma base social camponesa, somente será levada adiante se fizer parte de uma luta de classe. Conforme Stedile, um dos coordenadores nacionais do movimento:

Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra o grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra, mas lutando contra um Estado burguês” (STEDILE e FERNANDES, 1999, p. 36).

As lutas e a resistência nos acampamentos podem durar anos e resultar ou não na obtenção de um assentamento para morar e produzir, através da doação de terras e algum suporte ou subsídio financeiro governamental. Após a implantação do assentamento, o apoio do MST continua por meio de organização política dos assentados e de formação na área de educação,

de assistência técnica na criação de cooperativas, sempre priorizando o trabalho coletivo e não individual.

Os trabalhadores rurais sem-terra de cada unidade da federação se organizam seguindo as decisões nacionais com auxílio de lideranças que são treinadas pelo movimento. Essas lideranças organizam os diversos grupos de ocupação de propriedades nas regiões onde atuam, orientam os trabalhadores nas negociações com os governos, coordenam as caminhadas, atos públicos de protesto e ocupações de repartições públicas ligadas à questão da terra, como o Incra. Para isso, permanece, nos estados, uma liderança da coordenação nacional, que participa indiretamente de toda a organização do MST no âmbito estadual, além das muitas outras lideranças que iniciaram a participação política no acampamento ou que vêm de várias unidades federativas do Brasil para colaborar na organização das ações, evidenciando as experiências positivas de outras regiões, principalmente as do sul do país (FARIAS, 2002).

Essa estrutura organizativa possibilita uma atuação que permite o fluxo rápido das informações de forma a organizar tanto grandes eventos de forma centralizada – a exemplo de abril de 1997, quando uma grande marcha se direcionou para um único ponto, que foi a capital federal –, como de forma descentralizada – a exemplo de abril de 1998, quando várias marchas confluíram para as capitais de seus estados, simultaneamente.

Para alguns autores, como Martins (1997) e Gohn (2000 e 2003), a prática organizacional do MST tira dele a espontaneidade e a sua característica de “movimento social” e o transforma em uma “organização” com estrutura e corpo de funcionários, que não são características de um movimento social. Ademar Bogo, um dos coordenadores do MST, considera essencial essa organização: “[...] somente faz parte do movimento de massa quem estiver organizado; este é um fator determinante para se manter e avançar na busca de novas conquistas” (BOGO, 1999, p. 133). “Espontâneo é um movimento que luta sem se planejar e, principalmente, por coisas que estão ligadas às necessidades imediatas”, complementa (MST, 2001, p. 17).

Para Bogo, o MST é um movimento de massas, mas deve passar para uma organização de massas, criar uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação e evite a sua desintegração: “[...] um movimento de massas diminui a sua espontaneidade quando aperfeiçoa sua estrutura de organização interna e adquire consciência de classes e, portanto, consciência de sua existência, sabendo de onde veio e para onde vai” (BOGO, 1999, p. 135).

O estudo desta obra compreende o período em que o MST fortaleceu

sua organização, conquistou uma considerável área para assentamentos e procurou divulgar suas propostas no meio urbano. Dados do Incra daqueles anos confirmam o assentamento de 372.866 famílias em 10.385.114 hectares, em 2.723 projetos, em todo o país (MENEGAT, 2003, p. 22). De fato, foi o melhor desempenho do governo federal no que diz respeito ao número de famílias assentadas, hectares desapropriados e incentivos para a produção. Parte dessas áreas refere-se à desapropriação de novas áreas e parte é oriunda da regulamentação de áreas já existentes, formadas por assentamentos já instalados com parceiros ou posseiros sem título de posse.

Esses números, porém, ainda se mostraram insuficientes para minimizar o problema das famílias que se encontravam à espera de terras em acampamentos. A quantidade de sem-terra, no início do governo de FHC, era discordante entre o MST e Incra: o movimento – adotando o critério de somar as famílias identificadas pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1985 que viviam na condição de pequenos posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, minifundistas com menos de 5 hectares – afirmava ter 4,8 milhões; para o governo, não chegavam a dois milhões.

Mas ninguém negava o fato de que, a cada ano, aumentava o número de acampados. Para o governo, aquele aumento era resultado da política de assentamentos que ele vinha desenvolvendo, o que alimentava as expectativas de uma parcela crescente de pessoas, “possivelmente desempregadas, sem relação com o campo, que vão para os acampamentos, na esperança de conseguir um pedaço de terra. Portanto, é a própria solução que gera novas demandas”. (BRASIL, 1997, p. 32). Para o MST, o aumento representava os resultados alcançados pela articulação dos movimentos na conscientização desses trabalhadores sobre os seus direitos.

Todos aqueles números estimularam a retorno da UDR à cena política, depois de alguns anos de desmobilização dos fazendeiros, o que foi explicado, pela própria entidade, como um período em que a classe “[...] sentiu-se mais segura após a vitória na Constituinte e o afastamento dos riscos sobre o direito de propriedade”. O retorno de sua mobilização junto ao Congresso Nacional também foi justificado por ela como uma pressão ao Fernando Henrique Cardoso para que ele “[...] reveja esta política agrária suicida que está colocando em prática. No seu primeiro mandato, FHC assentou 270 mil famílias, porém, mais de 450 mil famílias saíram do campo, por falta de viabilidade econômica das propriedades” (UDR, 4. jul. 2004). Com a mesma política da UDR, surgiu em Mato Grosso do Sul o

Movimento Nacional dos Produtores Rurais.

O desenrolar dos fatos em torno da luta pela reforma agrária levou tanto o governo como o MST – e ainda setores de oposição ao Movimento – a visualizar a imprensa como um mediador importante para a divulgação de suas propostas e ações. Além disso, no âmbito nacional, os meios de comunicação já tinham começado a discutir a questão agrária, ao noticiar o massacre de Corumbiara (RO), que envolveu acampados e polícia militar, em 1995. Um ano depois, o assunto ganhou mais páginas nos jornais com a repercussão do massacre de Eldorado dos Carajás (PA). Em 1997, o tema voltou a ocupar as páginas dos periódicos de maior circulação no país, mas agora devido a uma ação organizada pelo MST, que foi a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em Brasília, quando participaram milhares de trabalhadores rurais sem-terra de diversas partes do Brasil (GOHN, 2000).

Ciente de que os meios de comunicação pautavam suas edições em cima de “fatos”, o Movimento intensificou seus atos de protesto, como as caminhadas e ocupações. Nos estados, ocorreram marchas simultâneas, organizadas nacionalmente. Em Mato Grosso do Sul, foram diversas as manifestações envolvendo passeatas pelas ruas das maiores cidades, principalmente na capital, onde está a sede do Incra, objetivando chamar a atenção das autoridades para a situação do trabalhador rural, mostrar para a população urbana a importância da luta do MST e atrair a imprensa. Percebe-se que a participação dos trabalhadores nessas caminhadas foi planejada do ponto de vista visual, o que chamou a atenção dos jornais, como o uso de sua bandeira e do seu boné vermelhos, cuja imagem dava-lhe uma identidade, cheia de significados.

Em Mato Grosso do Sul, o MST organizou as principais mobilizações de luta pela terra, chegando a liderar o maior acampamento do Brasil, no ano de 1997, em Itaquiraí, com cerca de 2.500 famílias. O movimento procurou desenvolver atividades em parceria com diversos órgãos, em todo o país, para capacitação técnica dos assentados, formação de militantes, formação de professores para atuar nas escolas dos assentamentos. No estado, possuía principalmente com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que, de certa forma, abria espaços de interlocução, por meio de projetos de pesquisa e extensão, e de colaborações individuais de professores em projetos organizados pelo movimento.

De fato, o MST soube aproveitar a lacuna histórica na oferta de capacitação técnica para o trabalhador rural por meio de sua estrutura de

trabalhos de formação. Ora, existia, no país, uma grande demanda reprimida pelo acesso à terra. Após a instalação dos trabalhadores nos assentamentos, o governo federal não conseguia atender às demandas daquela população no que dizia respeito às informações técnicas e incentivos financeiros para a produção. Assim, o movimento abriu para si grandes oportunidades políticas.

De 1995 a 2000, Mato Grosso do Sul se sobressaiu em número de assentamentos, em razão de ter sido considerado um dos estados com áreas prioritárias, devido ao grande número de acampamentos: foram 10.243 famílias assentadas em 77 projetos. Analisando, a seguir, os dados da tabela 1, percebemos que os assentamentos cresceram conforme apareceram mais acampamentos, como se fosse uma resposta do governo às pressões dos movimentos, com o objetivo de diminuir os conflitos e a tensão no campo.

O próprio governo afirmou ter priorizado o atendimento das demandas dos principais movimentos sociais organizados em defesa da posse da terra. Inclusive as deficiências das políticas do Estado nas ações do pós-assentamento, como financiamentos, assistência, etc, foram reformuladas no seu segundo governo, tanto em função das oportunidades políticas conquistadas pelo MST quanto pela queda da popularidade que o presidente enfrentava, no período, devido às medidas tomadas visando à estabilização da moeda, que resultaram em problemas econômicos e na inexistência de políticas para amenizar os conflitos agrários e o desemprego na cidade.

Os números expressos na tabela 1 foram extraídos de pesquisas realizadas por Farias (2002), nos arquivos dos principais mediadores da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: MST, Central Única dos Trabalhadores (CUT-MS) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (Fetagri)³⁰.

30 Em Mato Grosso do Sul, a luta pela terra possui uma abrangência que a mediação do MST não abarca sozinha. Em vista disso, existem outros importantes mediadores como a Fetagri e a CUT-MS. Porém, o MST é o que mantém formas de estratégia e de enfrentamento mais radicais com o governo e o latifúndio.

Tabela 1 - Acampamentos e assentamentos concretizados em MS de 1995 a 2000

Ano	Acampamentos		Total Acampamentos	Famílias acampadas		Total Famílias acampadas	Assentamentos	Famílias assentadas
	MST	Outros		MST	Outros			
1995	0	0	0	0	0	0	1	319
1996	6	20	26	505	2.425	2.930	7	1.192
1997	7	12	19	2.252	1.361	3.613	19	2.527
1998	6	6	12	2.841	641	3.482	24	3.016
1999	8	6	14	1.914	490	2.404	5	189
2000	1	82	83	2.887	8.728	11.615	21	3.000

Fonte: Farias, 2002.

Os dados existentes não registram acampamentos em 1995, apesar de constataremos, por meio dos jornais, que eles existiam. Em 1996, o número de famílias acampadas já era de 2.930, o que sugere a existência de acampamentos em 1995. Em 1997, aumentou para 3.613 e, em 1998, foi de 3.482 famílias, dando a impressão de diminuição, o que de fato não ocorreu, segundo Farias, pois o número real não foi levantado devido a problemas com registros da Fetagri. Mesma característica se deu em 1999, quando o registro total de famílias acampadas foi de 2.204.

O período corresponde ao governo de Wilson Barbosa Martins (PMDB) e aos dois primeiros anos de Zeca do PT. Em todo o mandato do primeiro, somaram-se 57 acampamentos, com cerca de 10.225 famílias envolvidas e um número significativo de 51 assentamentos, com cerca de 7.000 famílias, em uma área de 7.588 ha. Já no de Zeca do PT, período que compreende o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve um recuo no primeiro ano e um avanço no segundo.

Por se tratar de um governo de esquerda, cuja base partidária possuía importantes articulações com os movimentos de sem-terra, as expectativas dos interessados na revisão agrária provocaram aumento de acampamentos. Porém, no primeiro ano de governo de Zeca, o número de assentamentos diminuiu – foram concretizados apenas cinco com 189 famílias –, apesar de se verificar a crescente luta no campo – e formaram-se 14 acampamentos envolvendo 2.404 famílias. Farias (2002) considera que isso foi resultado das alterações na política federal de estabilidade da moeda, que tinha sido fundamental para a reeleição de Fernando Henrique. As necessidades de novos parâmetros de controle da política monetária decorrentes de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) levaram o governo a diminuir

drasticamente os investimentos na reforma agrária.

No entanto, observamos que, no ano de 2000, foram criados 21 assentamentos no estado, envolvendo três mil famílias, ou seja, o número de assentamentos aumentou cerca de 420% de um ano para o outro. Outra ação de destaque foi no final de 2000, quando o Incra recebeu autorização para compra da Fazenda Itamaraty, em Ponta Porã, onde posteriormente foram assentadas 1.143 famílias.

Para Farias (2002), apesar do número considerável de assentamentos implantados de 1995 a 2000, não houve, no governo de FHC, uma proposta de reforma agrária que visasse alterar a estrutura fundiária do país, o que já se justificava começando pela própria composição política formada desde a campanha presidencial, principalmente com a presença do Partido da Frente Liberal (PFL, hoje Democratas), que congrega boa parte dos setores mais conservadores da política nacional. E, durante seu mandato, para garantir a governabilidade, também não seria conveniente uma proposta desta natureza.

Essa socióloga considera que a reforma agrária passou a compor a agenda política do governo a partir do aumento das pressões dos movimentos sociais organizados, principalmente com as ocupações de terras lideradas pelo MST, em todo o país, e com a violência crescente no campo, como foram os casos já citados de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA):

À medida que os conflitos no campo cresciam por todo o país e sensibilizavam a sociedade para o tema, inclusive com a produção de novela que procurava, de acordo com a concepção da emissora e do autor, debater a questão, o governo federal se viu obrigado a reorientar sua atuação nesta área (FARIAS, 2002, p.75).

A agricultura desenvolvida pelos pequenos só foi, então, considerada um setor estratégico no fim do primeiro mandato de FHC, que procurou reordenar sua atuação na agricultura, em vista do interesse em se reeleger. Em 1998, iniciou uma política de acordo com a economia de mercado e não com as reivindicações ou as propostas dos movimentos, por meio de projetos que vieram a constituir, em 1999, o programa “O Novo Mundo Rural”.

Com esse programa, o Ministério da Política Fundiária procurou mudar as estratégias de desenvolvimento sócio-econômico no campo, principalmente valorizando a agricultura familiar, intencionando fundir as

categorias de assentados e agricultores familiares em um mesmo patamar. Existia uma proposta do governo de tirar de si a responsabilidade de acompanhamento dos assentados, cabendo-lhe apenas a desapropriação de terras. Isso ficava bem claro por meio da extensão da competência da reforma agrária para os estados e municípios e do incentivo para a formação de associações e cooperativas, com apoio de entidades governamentais (BRASIL, 2004).

O programa promoveu alterações na política de financiamento aos assentados, fundindo as duas principais linhas de financiamento existentes, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária (Procerá). O novo conceito de mundo rural também ampliava a vocação do espaço rural, que sempre foi a produção agropecuária e o mercado: agora o campo daria lugar a outras atividades que também gerariam rentabilidade, principalmente as ligadas ao turismo e ao lazer (FARIAS, 2002 e BRASIL, 2004).

O MST criticou o modelo agrícola implantado pelo governo de Fernando Henrique, considerando-o uma proposta vinculada ao projeto neoliberal e que reforçaria a desigualdade no campo, levando a uma seletividade sistemática dos agricultores. Em entrevista ao *Estado de São Paulo*, em 21 de março de 1999, o Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, atribuiu as reações dos movimentos ao debate ideológico que envolvia a reforma agrária e ao assistencialismo e clientelismo proporcionados pelo Estatuto da Terra, orientador da política até então vigente sobre a questão (*apud* GOHN, 2000, p. 112). A relação conturbada entre os dois esteve muito presente na imprensa, fato que contribuiu para uma representação negativa do movimento nos jornais, como veremos adiante.

Como ficou bem representado na charge a seguir, publicada no jornal *O Progresso* em 8 de maio de 2000, as mudanças na política para o campo influenciaram o crescimento da oposição do movimento ao governo:



Figura 2 – Charge do MST e FHC. Autor: Jorge Silva

O MST criticava a dificuldade dos assentados conseguirem os créditos e, sem apoio de recursos para reorganizar sua vida e a produção, os problemas da miséria cresceram, assim como as manifestações públicas do movimento. Uma das muitas leituras possíveis da ilustração é de que o grupo era atuante e iria até a Lua para fazer reivindicar seus direitos junto ao presidente, quando este julgava ter resolvido o desgaste de seu governo.

A organização do movimento pode ser constatada também na tabela 1, na página 80, que mostra o crescimento do número de assentamentos em Mato Grosso do Sul, assim como o de sem-terra. De acordo com a notícia do Jornal *Correio do Estado*, “[...] em 1995, existiam 1,5 mil famílias acampadas em Mato Grosso do Sul. Quatro anos depois, esse número havia saltado para 11 mil. Hoje 13 mil famílias esperam por um pedaço de terra em mais de 100 acampamentos espalhados no Estado” (CE, 23 out. 2000).

Sobre esses dados, visualizamos o seguinte, após a leitura dos periódicos consultados: na visão de ruralistas, esse aumento foi estimulado pelo governo de Zeca do PT, devido ao não cumprimento de diversos mandatos de reintegração de posse. Na visão de outros grupos

conservadores, era resultado de infiltração de oportunistas no MST, que tinham casa e emprego e só se vincularam ao movimento para conseguir terra de graça. Para o MST, era resultado de organização. Sobre isso, o que podemos afirmar é que esses fatos deram visibilidade ao movimento na imprensa, o que vamos analisar nos capítulos a seguir.

DO CONTRA OU A FAVOR. NÃO HÁ ALTERNATIVA

Nos documentos que se referiam ao MST nos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado* percebemos que as ações do Movimento recebiam juízos de valor, ora de forma positiva, ora negativa: baderneiro, comunista, corrupto, criminoso, guerrilheiro, ilegal, ilegítimo, justo, ladrão, organizado, pacífico, perigoso, político, revolucionário, socialista e violento. Permeando esses adjetivos, visualizamos três grandes conjuntos de valores: legais, morais e políticos.

A presença de valores no cotidiano da sociedade é explicado por Heller (1989, p. 4-8), quando afirma que “[...] o decurso da história é o processo de construção de valores”, conceituado por ela como “[...] tudo aquilo que produz diretamente a explicitação da essência humana ou é condição para tal explicitação”, e considerado existente “[...] independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais”. Ou seja, os valores fazem parte da vida da humanidade, dão movimento à sua história, mesmo que a sociedade não se dê conta disso.

A identificação dos valores tornou o caminho da análise mais fácil de percorrer, pois eles são determinantes para a existência das representações sociais. Para Lefebvre (1978), representar é colocar em perspectiva e valorar ao mesmo tempo. Ao discutir a força das representações, o autor argumenta que isso é possível devido aos valores a elas agregados, seja positivamente ou negativamente:

O mundo atual, em vez de interpretar a vida com símbolos, figuras e fatos históricos, produz signos e imagens e, principalmente, representações. Representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos. Representações que simulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades [...] Uma série de pares reaparecem, recriados por essas representações, modificados e despidos de movimento: agora o par *bom* e *mau* se transforma em *bom* ou *mal*, assim como o puro ou impuro, masculino ou feminino, amigo ou inimigo, sagrado ou profano, luz ou trevas (*apud* LUFTI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 95).

Foram exatamente dualidades o que encontramos nas representações

do MST, nos periódicos estudados: legal ou ilegal; violento ou pacífico. O próprio jornal *Correio do Estado*, em seu editorial de novembro de 2000, percebeu esse fato e o escreveu de forma direta: “Qualquer referência ao MST, abre-se o flanco do contra ou a favor. Não há alternativa” (CE, 10 nov. 2000).

De acordo com Moscovici (2003), nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos do mundo, é próprio das representações, que assim permitem às pessoas se comunicarem e se orientarem em seu mundo material e social, controlando-o. O que é importante considerar sobre representações, ainda, é que mesmo nascendo de determinados grupos da sociedade, elas se dirigem a todos e são incorporadas no devir social, deslocando os verdadeiros fins da relação do sujeito (indivíduo ou grupo) com o objeto, que são a dominação e a exploração. Assim, os dominantes, por meio da representação, reforçando alguns aspectos do objeto e deixando outros de lado, podem, sem mentir, passar uma imagem que perpetua dominação.

E é exatamente a imagem do MST reforçada na produção dos textos e imagens publicados nos jornais que pretendemos estudar. Na análise dos documentos, vamos identificar que aspectos do movimento foram fortalecidos ou esquecidos nos relatos de fatos que o envolveram, relacionando esses aspectos com os valores da sociedade da qual os jornais fazem parte, entendendo que:

a) os valores legais estão de acordo com a concepção de “legal”, aqui considerada como “lei jurídica”:

A lei jurídica ordinária é uma regra elaborada pelo legislador, para ordenar, dirigir o comportamento do homem que vive em sociedade, determinando como deve ser sua conduta [...] a lei jurídica se faz imperativa, porque é a fórmula de um comportamento que deve ser mantido em determinada circunstância. Descreve como deve ser o comportamento e o que deve ser obedecido como se fosse um imperativo do dever e, com isso, haverá a possibilidade do Poder Público intervir com a força, em defesa do direito ameaçado ou violado, a fim de manter, efetivamente, a vida em comum na sociedade (DOWER, 1996, p. 11).

Os documentos enquadrados nesta categoria referem-se às ações do MST julgadas como de acordo ou não na lei, como ocupação de propriedade privada, roubo, desvio de dinheiro público, porte ilegal de arma e desacato à autoridade;

b) o valores morais estão de acordo com o conceito de “moral”, aqui

entendido como regras, normas, valores e motivações que governam o agir e a conduta humana (LOGOS, 1989, p. 956). A noção de regra e de norma é distinta da noção de lei. A regra pode ser isenta de necessidade. Norma é uma regra que concerne apenas às ações humanas e não tem por si valor necessitante: por exemplo, as normas de natureza moral não são coercitivas como as leis jurídicas (ABBAGNANO, 2000, p. 601).

Os textos aqui enquadrados referem-se a qualidades atribuídas ao MST e aos seguidores do Movimento no julgamento de sua conduta – como justos, pacíficos, violentos e baderneiros.

c) os valores políticos são os construídos a partir do conceito de “política”, aqui entendido como o governo dos homens e a administração das coisas. “Como tal, é susceptível de ser considerada como arte, como ciência, como ideologia, como filosofia, como metafísica, como ética e como teologia” (LOGOS, 1989, p. 330). No caso, vamos considerar a ideologia, compreendida pela referida enciclopédia de filosofia como “[...] justificação do poder, como o seu ponto de honra perante as massas que domina ou intenta dominar, como o símbolo daquilo que importa crer” (p. 331).

Nesta categoria se enquadram os textos que se referem às ações do MST com características ideológicas, como as de pressão ao governo: ocupações de propriedades rurais já em processo de desapropriação, saques a caminhões de alimentos para negociar cestas básicas com o Incra, ocupação de espaços públicos para exposição das reivindicações do movimento (caminhadas em ruas ou rodovias, reuniões com o governo, manifestação em praças públicas, acampamentos em órgãos públicos); reuniões e congressos internos para decidir as diretrizes da luta do Movimento; uso de crianças nas caminhadas e como linha de frente nas ocupações de terra e conflitos com a polícia; disputas políticas com outros movimentos sociais rurais; legitimidade do movimento enquanto representante dos sem-terra e relação do MST com práticas e doutrinas como o comunismo, a guerrilha, a revolução e o socialismo.

Seguindo o referido caminho teórico-metodológico para interpretação do conteúdo dos documentos, identificamos a frequência e ou a ausência dos valores, que geraram os dados a serem analisados adiante.

O CIDADÃO ILEGAL

O principal valor responsável pelas representações do MST foi o legal. Nos dois jornais, o ato dos sem-terra em ocupar propriedades rurais alheias foi a questão mais presente. Dos 160 documentos de *O Progresso* que se basearam naqueles valores, 138 eram de antipatia, ou seja, 86%; no *Correio do Estado*, o grau de reprovação foi ainda maior: em 126 documentos, 118 julgaram ilegais os atos do MST, o que representa 94% do total.

Esses dados não surpreendem na medida em que considerarmos a força do significado da propriedade privada em nossa sociedade, que encontra nas propostas do MST uma ameaça à ordem estabelecida. No Brasil, a propriedade possuiu valor estratégico e simbólico: quanto mais terra, maior o poder de influência. Em Mato Grosso do Sul, estado que se formou e tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias, o valor simbólico da terra assume grande expressão.

A propriedade privada é um direito garantido na Constituição Brasileira (artigo 5º, inciso XXII) e se constitui em um dos pilares do capitalismo. O MST, ao propor novas formas de acesso e uso da propriedade da terra, perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade capitalista. Cada sociedade produz representações de acordo com os seus valores e tem, na imprensa, uma instituição que, no ato de noticiar, põe em circulação essas representações e reforça os seus valores. Assim, o valor simbólico que a propriedade privada carrega foi tema de muitas notícias que se referiram ao Movimento.

Defender esse direito garantido por lei contra as investidas dos movimentos sociais é, inclusive, a principal bandeira da luta dos ruralistas organizados em associações como a União Democrática Ruralista e o Movimento Nacional dos Produtores e o tema que permeou todos os seus discursos noticiados na imprensa, por nós identificados. Em agosto de 1997, esta última entidade, juntamente com a Federação da Agricultura de MS (Famasul), Associação dos Criadores de MS (Acrisul), Sindicato dos Pecuaristas de Gado de Corte de MS e Sindicato Rural de Campo Grande, enviou à Assembléia Legislativa do Estado um documento, cujo conteúdo exposto a seguir representa a força do significado do direito de propriedade:

O direito de propriedade é, segundo consenso dos autores e opinião unânime dos religiosos e teólogos *sérios*, anterior à própria lei. Esta se baseia naquele. Sem o direito de propriedade garantido não há lei que sobreviva, não existe sociedade que se organize e nem justiça que se imponha ... (OP, 29 ago. 1997 e CE, 29 ago. 1997)³¹. (Grifo nosso).

Ou seja, o direito de propriedade privada assume um valor mais forte do que a própria lei! De fato, o conceito de propriedade foi construído antes de qualquer legislação, ainda na Roma Antiga. Mas o que devemos considerar como fundamental para o valor que ela assume no Brasil é a origem do seu direito individual garantido na legislação do país. A atual Constituição Brasileira – bem como as que as antecederam – foi inspirada no primeiro código civil da França (1804). Dois terços deste reservou-se à razão de ser burguês na terra: a propriedade. Pela lei, ela estava liberta do domínio feudal e protegida do Estado, pois se alegava que ela era anterior a este último. A posse e a venda ficaram facilitadas e ao proprietário foi garantida a mais ampla liberdade e poderes no que dizia respeito ao uso de sua propriedade.

No Brasil, o ordenamento jurídico que qualificava quem era ou não proprietário de terras no país passou a existir a partir da Lei de Terras, em 1850 (Lei nº 601), quando a terra passou a ter caráter comercial e não apenas *status* social, como fora típico nos engenhos do Brasil Colônia, época em que a posse se dava pela concessão de Sesmarias.

Para Lúcia Osório Silva (1996), a Lei de Terras de 1850 esteve intimamente ligada ao processo de consolidação do Estado Nacional e à necessidade da criação da “nação brasileira”, por meio de uma política de integração das diferentes províncias em um todo. Na medida em que se procurou ordenar uma situação de grande confusão que existia em matéria de título de propriedade, a lei estabeleceu um novo espaço de relacionamento entre os proprietários de terras e o Estado e que foi evoluindo durante a segunda metade do século XIX.

Os proprietários de terra daquele período foram agentes importantes das transformações históricas que se processaram: eles formavam um grupo social de grande poder econômico e buscavam, no novo cenário político que se descortinava com a República, espaços que garantissem,

31 Ao nomear alguns religiosos e teólogos como “sérios”, o discurso das associações ruralistas parte do pressuposto de que existem os “não sérios”. Os qualificados por eles de forma negativa são os integrantes da CPT, entidade da Igreja Católica que congrega religiosos que apóiam a luta organizada pelos movimentos sociais rurais, como já comentamos.

sobretudo, a manutenção de seus interesses.

Viotti (1992) chama ainda a atenção para a atuação direta do desenvolvimento capitalista na Europa sobre a reavaliação política de terras em diferentes partes do mundo. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem. Desta forma, a terra deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico, quanto pela sua capacidade de produzir outros bens. O motor da economia no Brasil, naquele período, era o café. E partindo desta perspectiva, de que a terra deveria gerar lucro, a pequena propriedade que se destinava preferencialmente para subsistência fugia da lógica estabelecida.

A interpretação da legislação beneficiava os grandes proprietários de terra, que sempre tiveram um papel fundamental na organização social e política do Estado Imperial. Segundo Martins (1984), a Lei de Terras foi criada exatamente no período da abolição da escravidão (em 1850 cessa o tráfico negreiro) para evitar que os trabalhadores livres viessem a ocupar o território brasileiro, que também era livre. Para o autor, isso esvaziaria do campo a população de trabalhadores, já que todos podiam ter a sua propriedade. Com a lei, as pessoas só teriam acesso à terra quando tivessem recursos para comprá-la. Esse sociólogo também atribui à economia cafeeira outro fator que influenciou a legislação, pois era preciso limitar a posse aos imigrantes estrangeiros que para cá vieram para trabalhar nos cafezais.

A Lei nº 601 vigorou até a mudança do regime imperial e a promulgação da 1ª Constituição Republicana, em 1891. Com a implantação do sistema federativo, os estados-membros passaram a ter o domínio das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios. Naquele momento, ela passou a ser utilizada como forma de poder das oligarquias regionais, que passaram a distribuí-la de acordo com seus interesses políticos e econômicos. O sistema corroborou para o nascimento e o fortalecimento dos poderes locais. Como os presidentes da República foram geralmente sustentados no poder central na medida em que reconheciam a independência local e regional dos políticos, isso implicava em tolerar a existência de exércitos privados desses chefes políticos para proteção de suas posses, realidade que só passou a se modificar a partir do Estado Novo, que já comentamos.

Já o conceito de função social de propriedade somente apareceu na legislação brasileira em 1964, por meio do Estatuto da Terra, pois já não se podia ignorar as desigualdades sociais provocadas pela monopolização da propriedade por parte de poucas pessoas. Apesar da lei prever a

desapropriação de terras que não cumprem sua função social, percebemos que, desde 1964, isso somente aconteceu em função da explosão de focos da organização social. Dessa forma, pela necessidade de “apaziguar” os ânimos dos trabalhadores rurais, camponeses, posseiros, etc., foram feitas algumas restrições ao direito de propriedade e concedidos alguns direitos a eles.

Mas foi somente a Constituição de 1988 que se referiu expressamente à função social da propriedade em diversos artigos: artigo 5º, inciso XXIII, que trata da função social da propriedade como elemento para sua defesa; artigo 170, inciso III, que fala da função social da propriedade como princípio da atividade econômica; art. 182, parágrafo 2º, que limita a função social da propriedade urbana e art. 184, referente à propriedade rural.

Ou seja, em 1988 foi instituído, de forma clara, que o direito de propriedade só poderia ser garantido se esta cumprisse com sua função social. Embora a lei preveja a desapropriação por interesse social, sempre foi garantida a prévia indenização de seu proprietário, o que significa que a concentração da terra continua, invariavelmente, a se revestir em concentração de riquezas. Mesmo para aquela área que não cumpre a sua função social e é desapropriada e indenizada mediante títulos da dívida pública, ainda existe a possibilidade de se negociar e trocar esses títulos por dinheiro à vista, por meio de negociações com instituições financeiras, que chegam até a superfaturar os valores destes títulos.

Recentemente, a atuação dos movimentos sociais e de suas práticas inovadoras vem conquistando a aplicação da lei, mas também vem ganhando muitos opositores, que não aceitam a perda das suas posses. O conflito social, por colocar em embate valores, garantias e interesses, é um momento em que a justiça pode ser facilmente questionável. Nos conflitos agrários, por exemplo, o que seria mais justo: o interesse individual do proprietário ou o interesse coletivo da comunidade? Na verdade, a resolução desses impasses sofre influência das ideologias sobre as quais está construída a sociedade, dos questionamentos sociais, das relações de poder e da correlação de forças dentro dessa relação de poder. Como a acumulação de capital é um valor que se sobrepõe à função social da propriedade no Brasil, os interesses individuais geralmente são priorizados.

Seguindo essa lógica, já podemos visualizar algumas representações sociais do MST na imprensa: caracterizado como invasor, não respeitador do direito de propriedade privada. Já o aspecto legal da luta do movimento, que é reivindicar os imóveis rurais que não cumprem sua função social

– cuja desapropriação para reforma agrária está prevista na Constituição – foi raramente mencionado.

Porém, em nossa análise confirmamos que boa parte das propriedades ocupadas pelos sem-terra já tinha sido legalmente considerada de interesse social para a reforma agrária, mas enfrentava um processo burocrático para desapropriação, que só veio a se efetivar, de fato, a partir das pressões dos movimentos rurais. Esses aspectos também foram representados de forma positiva pelos jornais, porém em menor proporção.

O Progresso apoiava a reforma agrária, mas isso não significou que aceitava que essa conquista viesse do MST, o que constatamos a partir da identificação de uma série de representações ambivalentes da luta do Movimento, nos documentos do referido periódico. A apropriação de alimentos de caminhões que passavam pela rodovia ou o abate de boi das fazendas para prover o grupo são alguns dos exemplos. O jornal mostrou-se comovido com a privação econômica das famílias acampadas, alegou que a organização seria a melhor alternativa para pressionar o governo para ter seus direitos devolvidos, mas julgou a atitude de apropriar de um bem alheio ora como ilegal, ora como moralmente aceitável, diante da fome.

Na figura 3 temos uma charge publicada no dia 20 de julho de 1999 que ilustra a fome dos trabalhadores rurais e o “ataque” aos bois:



Figura 3 – Charge invasões. Autor: Jorge Silva

Nela visualizamos vários elementos: em primeiro lugar, o conceito de “invasão” é consagrado tanto pelo título como pelo ato de chegar “voando” em um disco e atacar de surpresa; todos os atores são homens, o que de certa forma descaracteriza a luta do MST, que inclui toda a família, ou talvez relacione a violência apenas aos homens; a fome é representada pela “água” na boca, que está aberta e com a língua de fora, como um animal diante da presa; a propriedade é grande devido ao número de bois, cuja quantidade é representada pelo recurso visual da sombra, acima da boiada; a foice, a enxada ou o facão, que sempre estão em punho, foram substituídos, nesta charge, pelos talheres; os sem-terra são tão excluídos da sociedade que são representados como de outro planeta, chegando na propriedade em um disco voador, que é um prato: o mundo onde vivem é outro, o da miséria, da fome, do sem-nada.

Já a charge publicada no dia seguinte, em 21 de julho de 1999 (figura 4) mostra que o sem-terra é deste planeta sim, mas continua excluído:



Figura 4 – Charge o homem longe da terra. Autor: Jorge Silva

A imagem foi construída com dois quadros comparativos, que interpretamos como uma relação entre o moderno e o arcaico: há 30 anos, o homem, longe da terra, significa avanço tecnológico, progresso, pois estava pisando na Lua; hoje, o homem, longe da terra, é atraso, pois é o excluído social. Estar longe da terra, na atualidade, reforça a posição do jornal de que a reforma agrária é positiva para o país e pode trazer o desenvolvimento. Mas visualizamos ambigüidade no conhecimento histórico da questão agrária, quando fica bem claro, na charge, de que a exclusão da terra é problema atual, como se não existisse há 30 anos.

Um símbolo forte do MST, que é a bandeira, está presente na charge e é comparada com a dos Estados Unidos da América (EUA), nação que hoje é uma potência econômica com forte influência na economia brasileira. Os EUA foram o primeiro país a enviar um astronauta à Lua e marcaram “propriedade” fincando sua bandeira no solo daquele satélite; o MST também é representado como querendo marcar “propriedade” com sua bandeira, dizendo que veio para ficar. De fato é o Movimento mais presente no imaginário da população, por ser o que desenvolve uma política mais

“agressiva” de luta, comparado a outros mediadores.

De qualquer forma, constatamos que nesta categoria de valores (os legais), os aspectos negativos foram maioria. As representações recorrentes sobre o MST nos dois jornais foram a de “invasor” e “saqueador”. Ambos os conceitos estão relacionados com a apropriação indevida e com a violência. Invadir é o ato de entrar violentamente em algum lugar e dele tomar posse. Esta palavra eventualmente foi substituída por “ocupar”, mas “invadir” predominou. Ocupar também se refere à conquista de espaço, mas pressupõe que o mesmo está desocupado e representa uma ação de posse pacífica. A palavra “ocupação” é utilizada pelo MST, já que sua ação se baseia na reivindicação de propriedades improdutivas, ou seja, não ocupadas.

Saquear, em primeiro lugar, significa um ato feito por grupo. Em segundo, representa ação de roubo, que é realizado mediante violência ou ameaça. O ato praticado pelos sem-terra, porém, é denominado pelo movimento como “recuperação de alimentos”, ou seja, os alimentos que foram produzidos no campo agora retornam para seu lugar de origem, para alimentar os que lá vivem.

A seleção dessas palavras na construção dos textos jornalísticos remete ao que já falamos sobre as técnicas para a produção das notícias que, além de padronizar e facilitar o trabalho da redação, colabora para fazer circular o discurso dominante, a partir da determinação do que é importante ser divulgado, como e de que forma. Ou seja, optar por “invadir” em detrimento de “ocupar”, reproduz o pensamento e os valores que predominam naquela sociedade.

Além de invasor, o MST foi representado, também, como “criminoso” e “perigoso” em notícias que tiveram a polícia como principal fonte de informação. No *Correio do Estado*, essas representações foram recorrentes desde 1995. O jornal começou aquele ano redigindo uma série de matérias que noticiaram um clima de terrorismo em Itaquiraí devido ao medo da população urbana de um ataque dos sem-terra, apesar de nada disso ter acontecido e do Movimento ter negado qualquer tipo de ameaça. Mesmo publicando as negativas das lideranças do MST, os títulos afirmavam que os sem-terra estavam ameaçando saquear a cidade, as escolas estavam suspendendo as aulas com medo de uma invasão e a população estava tentando pressionar os acampados para que estes deixassem o município. Não identificamos, porém, uma pessoa sequer entrevistada, além do prefeito (CE, 15, 16, 17 mar. 1995).

Em 1996, as ações do MST começaram a ser descritas no *Correio do Estado* como notícias típicas das páginas policiais (apesar de não ser), em que a principal fonte de informação foi a polícia. Essa tendência permaneceu durante todos os anos de análise e os textos se caracterizaram como uma cópia fiel aos boletins de ocorrência, sempre destacando a ação como criminosa.

Tomamos como exemplo duas matérias de fevereiro de 1996, que noticiaram a apropriação, pelos sem-terra, da carga de arroz de um caminhão na BR-163. O problema social do qual as famílias eram vítimas em nenhum momento foi pauta. A prioridade foi dizer que “[...] os saqueadores poderão ser acusados por assalto a mão armada, formação de quadrilha e seqüestro [...]” (CE, 14 fev. 1996) e que aquelas ações colocavam em risco o objetivo das famílias, pois para serem assentadas, não poderiam ter antecedentes criminais (CE, 23 fev. 1996).

A violência foi muito valorizada nos documentos do *Correio do Estado* ao descreveram ocupações e desocupações de propriedades rurais, mas sempre noticiada como proveniente dos sem-terra, nunca da polícia, da segurança armada ou qualquer outro ator envolvido. Um exemplo foi em junho de 1996, na fazenda Santa Emília, no município de Taquarussu. Quando os sem-terra entraram na propriedade, a ação foi relatada pela Polícia Civil como “uma das mais violentas do gênero”, pois o chefe da empresa que fazia a segurança do local foi fortemente agredido e chegou a ser hospitalizado em Presidente Prudente (SP). Já a reintegração de posse, liderada pela Polícia Militar, foi descrita como uma ação que ocorreu sem o menor problema (CE, 21 jun. 1996). Os sem-terra não foram entrevistados, apenas a polícia.

Outro exemplo que retiramos do *Correio do Estado* foi em 1998, quando foi noticiado o abate de bois na fazenda Savana II, no município de Japorã. O enfoque da matéria não foi a situação de pobreza e de fome dos sem-terra, mas sim a violência que o proprietário da área relatou à polícia:

[...] os sem-terra ameaçaram os trabalhadores e habitantes da propriedade rural, gritando que matariam todos, caso não “fechassem” o gado em um curral, para que fosse abatido. [...] as cenas foram de brutalidade e selvageria. Cada gesto do que parecia uma multidão furiosa e faminta foi filmado e fotografado, porém, um grupo de calculadamente mil homens, cercaram os policiais e obrigaram a entregar filmes e fitas das imagens, que foram destruídas na frente dos agentes (CE, 4 ago. 1998).

Em *O Progresso*, tomamos como exemplos dois conflitos entre fazendeiros e sem-terra, um em 1998 e outro em 1999. Ambos os textos foram escritos pela reportagem do jornal e publicados na página policial, fundamentados apenas no testemunho dos fazendeiros, sem nenhuma contraposição ao depoimento do MST, demonstrando uma prática contrária ao Código de Ética do Jornalista, que em seu artigo 14 diz: “O jornalista deve ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas” (CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS, 1985).

A primeira matéria se referiu ao abate de 27 bois na fazenda Indiana, no município de Japorã, para servir de alimento aos acampados. O jornal escreveu que “a classe pecuarista” estava reclamando que o Ministério Público não estava observando os saques do MST, mas sim fazendo “vista grossa” e que, de acordo com “informações extra-oficiais”, o proprietário havia solicitado a presença de policiais do Departamento de Operações de Fronteira (DOF)³², já que o Ministério Público local não se “prontificou” em solucionar o problema (DEPIERI, 1998). Como percebemos, os dados foram publicados por meio de um texto redigido a partir do juízo de valor emitido pelo repórter e da reprodução do discurso ruralista.

A outra matéria divulgou a denúncia de atentado à vida do administrador da fazenda Santo Antônio, José Carlos dos Santos, e do funcionário, Odair José Rodrigues, provocado pelos sem-terra. A segunda vítima foi hospitalizada devido a um tiro no nariz (*OP*, 9 set. 1999). Mais detalhes do acontecimento não foram divulgados, pois o jornal utilizou apenas os dados que constavam no boletim de ocorrência registrado pelos denunciante.

O MNP aproveitou o ocorrido para publicar um anúncio no *Correio do Estado*, no dia 27 de setembro de 1999, afirmando que o objetivo do MST era matar, roubar e transgredir a lei (figura 5). A questão legal do direito de propriedade privada foi o elemento no qual se baseou o anúncio: nele estava uma cobrança direta ao governo do Estado para a efetivação das reintegrações de posse não cumpridas e ao governo federal para punir os infratores.

32 O DOF é a polícia mais repressiva de Mato Grosso do Sul, composta por policiais militares e civis. Ela foi estruturada na Secretaria de Segurança Pública em 1987, com o nome de GOF (Grupo de Operações de Fronteira) para fazer policiamento na área fronteira com o Paraguai. Por dois anos sua estrutura administrativa ficou sediada em Campo Grande, mas em 1989 foi transferida para Dourados. Em 1999 passou a policiar também a fronteira com a Bolívia.

Matar!

Esta é a Lei do MST



Fotos tiradas dia 4 de Setembro/99, na Fazenda Santo Antônio, Município de Itaquiraí - MS, onde já foram abatidos pelos integrantes do MST, aproximadamente, 400 cabeças de gado.

Neste mesmo dia, um peão foi baleado por este grupo, tendo uma das balas entrado pelo seu nariz e saído pelo seu ouvido!

Peão Baleado: Odair José Rodrigues Coutinho - BO Nº 3.123/99
Naviraí/MS - 04/09/99



A Fazenda Santo Antônio foi vistoriada e dada como produtiva pelo INCRA. Mesmo assim, já acumula 3 Mandatos de Reintegração de Posse não cumpridos pelo Governo Estadual e 2 Pedidos de Intervenção Federal em andamento. Ela faz parte do Grupo Bertim, empresa que emprega 7.500 pessoas em nosso país.

- ✓ É esta a Lei que deve reger nosso país?
- ✓ É justo a Reforma Agrária de FHC beneficiar marginais?
- ✓ Mandato de Reintegração de Posse é Lei! Até quando continuará não sendo cumprido?
- ✓ Será que um dia quem produz neste país será respeitado e quem mata, rouba e transgride o direito a propriedade será devidamente punido, conforme a Lei?

Sr. Governador ...
Sr. FHC...
 ... um novo século se aproxima.
 Que até lá possamos ter respostas coerentes à dar aos nossos filhos.

MNP/MS - Ajude-nos a lutar pelo que é seu
Filie-se: (0 XX 67) 726-6438

MOVIMENTO NACIONAL DE PRODUTORES



LEI, ORDEM E PAZ NO CAMPO

Figura 5 – Anúncio patrocinado pelo MNP. Autor: Movimento Nacional dos Produtores

O anúncio evidencia a relação conturbada que se estabeleceu entre os ruralistas e o Zeca do PT no primeiro ano do mandato deste. Em 1999, como veremos adiante, os fazendeiros lançaram duras críticas à administração petista por não concordarem com os impostos rurais e com o aumento do número de ocupações de propriedades realizadas pelos sem-terra, pois atribuíam este fato à aproximação ideológica entre o PT e o MST, alegando que a postura do governador de não despejar os sem-terra das fazendas os incentivava a agir.

O anúncio ocupou um quarto de página do jornal e procurou ilustrar suas afirmações com fotos e com dados oficiais da polícia para não deixar dúvidas sobre o que alegava: usou duas fotografias de ossadas de bois que teriam sido abatidos pelos sem-terra e citou o número e a data do boletim de ocorrência registrado. Além do texto e das fotografias, observamos que as cores usadas na produção da peça publicitária – preto e vermelho – também foram escolhidas para colaborar com as representações negativas atribuídas ao Movimento, como uma forma de associá-lo à violência e à morte. E, para contrapor ao MST, a associação dos produtores imprimiu, no canto inferior direito do anúncio, a sua logomarca, que fora criada por meio da apropriação de vários elementos da bandeira brasileira para representar a ordem e o progresso.

Como observamos nas matérias dos dois jornais e no anúncio do MNP, as ações dos sem-terra foram tratadas como caso de polícia. Responder aos problemas sociais com repressão policial dos movimentos de reivindicação é histórico no Brasil, remontando os tempos da escravidão. Estudando a formação da nação brasileira, percebemos que o reconhecimento da cidadania não foi prioridade: em primeiro lugar sempre veio o direito econômico. Priorizar o direito econômico permitiu ao Brasil construir a formação de um Estado que suporta privilégios de classe, concretizados por meio da transferência do dinheiro público para o privado, ação que coloca em prática um mecanismo de perpetuação do atraso e das desigualdades.

Nas primeiras constituições brasileiras, os artigos referentes ao indivíduo e suas garantias ficavam em segundo plano, se relacionados à toda a organização do estado brasileiro. Já na Constituição Federal de 1988, que foi influenciada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, os direitos e garantias individuais e coletivos aparecem logo no início do texto, enquanto os artigos relativos à organização do Estado e à defesa do patrimônio surgem no final, caracterizando, assim, a supremacia da pessoa em relação à estrutura do Estado. Porém, a sociedade brasileira

ainda não conseguiu se libertar de práticas conservadoras.

Mesmo com uma constituição tão bem escrita, a democracia no Brasil ainda está limitada à vivência dos aspectos formais da democracia representativa, mas não incorporou o exercício pleno da cidadania, apesar da sociedade ter assistido ao nascimento e fortalecimento de um grande número de movimentos e organizações populares que a reivindicam. Ou seja, a prática de reprimir policialmente os “pobres” permanece e a imprensa noticia como um comportamento normal, inclusive reproduzindo-o ao recorrer à polícia para utilizar como fonte principal (às vezes como a única) para redigir suas matérias e legitimar aquele discurso.

Nas figuras impressas a seguir, identificamos essa realidade no cotidiano dos sem-terra: a presença da polícia na ação de despejo dos assentamentos ou para impedir a entrada das famílias na propriedade rural. A figura 6 corresponde a uma charge publicada no jornal *O Progresso*, em 23 de novembro de 1999 e a figura 7 é uma fotografia publicada no *Correio do Estado*, em 21 de setembro de 2000. Esta última mostra os soldados do exército fazendo policiamento na fazenda do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG), para evitar a entrada daqueles trabalhadores, que estavam no lado de fora da porteira:



Figura 6 – Charge de polícia e MST. Autor: Jorge Silva



Figura 7 – Foto de polícia e MST. Autor: Agência Estado

Como vimos na Figura 7, até o representante máximo da República brasileira – o presidente – respondia às ações dos movimentos sociais com a repressão armada. Além da iniciativa de enviar o exército para sua fazenda, Fernando Henrique ainda conduziu, por meio da imprensa, a discussão da questão social como “caso de polícia”, responsabilizando o MST por isso e não a sociedade ou o próprio governo:

De acordo com o presidente, o movimento “ultrapassou o limite da legalidade” e por isso suas ações serão reprimidas com ações policiais e judiciais. [...] Para o governo, estimulado pela Igreja e deixando à margem os partidos políticos, o MST transformou a questão social em uma questão de polícia³³ (MONTEIRO e BRAGA, 2000).

A notícia citada refere-se a uma reposta do presidente ao ato de ocupação de prédios públicos em diferentes cidades do país, pelo MST. Em seu depoimento, Fernando Henrique prometeu “usar a força da lei contra

³³ Nesta notícia, observamos a relação que se faz do Movimento com a Igreja Católica, por meio da CPT, e a influência que a ideologia desta assume como incentivadora do desrespeito às leis.

as invasões, prendendo e processando os invasores”, na expectativa que o Movimento recuasse. Auxiliares do presidente (a matéria não citou nomes) afirmaram que o problema do Movimento não era fundiário e sim político, pois os prédios invadidos eram ligados ao Ministério da Fazenda. Outro auxiliar do governo (também não identifica a pessoa) acrescentou que a reação enérgica de FHC era necessária, “[...] não somente com palavras, mas com atos, para evitar o fortalecimento do movimento”. O ministro da Justiça, José Gregori, determinou à Polícia Federal a abertura de inquéritos para apurar as responsabilidades pela invasão. Segundo o ministro, “o governo tem o compromisso de manter o estado democrático de direito e, por isso, isto não será tolerado, uma vez que o MST age de forma totalmente antidemocrática”. Ficou claro, nessa matéria, que a intenção do governo era impedir o fortalecimento do movimento dos sem-terra, utilizando-se de representações negativas do movimento em nome de uma democracia que na verdade é negada aos pobres.

A violência foi uma questão muito presente nas notícias que se referiram ao MST, porém esta foi comumente descrita como oriunda dos sem-terra e não dos outros atores envolvidos na questão agrária, como o governo ou os grandes proprietários rurais. Não podemos negar que a violência por parte dos sem-terra existe, sim, mas devemos entendê-la como uma resposta e resistência deles à violência cotidiana a que estão submetidos ao tentarem sobreviver em condições que negam os princípios mais elementares de direitos enquanto seres humanos: falta de alimento, de moradia e de trabalho. A exclusão em que vivem aquelas famílias gera significados no plano de suas representações que muitas vezes dificultam a construção de utopias de um futuro melhor e os leva a estratégias consideradas radicais e agressivas pelo *status quo* dominante.

No caso da charge publicada em 22 de julho de 1999 (figura 8), a seguir, a violência descrita é sofrida pelos sem-terra, mas está estampada de uma forma indireta, mascarada, de certo modo até divertida! Essa é a ilustração mais significativa e impactante de todas as encontradas em nossa pesquisa. Representa uma família de trabalhadores rurais pobres nas nuvens, que tem, de início, dois significados: ou o grupo foi vítima de violência por parte de seguranças armados e está morta, no céu, antes de conseguir a tão sonhada terra, que o filho pequeno desconhece, já que faz parte de uma geração que nasceu longe dela; ou a imagem pode representar a distância que a família está da terra (e daí está no seu oposto que é o céu).

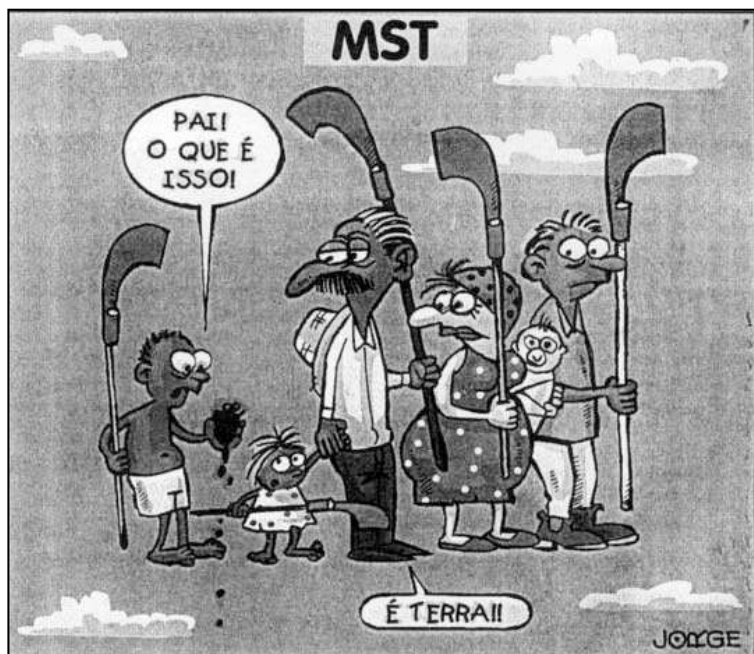


Figura 8 – Charge MST. Autor: Jorge Silva

Farias (2002, p. 89) entrevistou os assentados na Fazenda Sul Bonito com o objetivo de analisar as experiências e sentimentos por eles vividos quando estavam acampados. A autora explica que aquele período é marcado por rompimentos, pela falta de referência, compondo um estado de incertezas: “[...] a situação de estar acampado é a marca de um momento transitório não definitivo, mas violento, ambíguo, inusitado, que cria um contexto de perdas e de medo, como se cada família estivesse fora do mundo conhecido e reconhecido como seu lugar”.

Esse momento de desenraizamento ao qual estão submetidos os sem-terra é avaliado por Gohn (2000, p. 124-125) como um fator que corrobora para que as redes de sociabilidade e de solidariedade se enfraqueçam. “Com isso, o sentimento de pertencimento se esvai porque se vive em condições contínuas de risco. Vive-se do efêmero, da espera, do itinerante, de um nomadismo compulsório”.

Existe ainda a violência à qual os sem-terra são esporadicamente submetidos, que se concretiza nos atos de despejos realizados pela Polícia Militar. Essa é comumente descrita pela imprensa como o cumprimento da lei e como uma ação pacífica, dentro da ordem. Porém, sabemos que essas

representações não condizem com o que acontece na realidade. De acordo com os dados da CPT e do MST, 217 trabalhadores rurais foram mortos, no Brasil, durante conflitos de terra, entre 1995 e 2000. Na charge da figura 6, o “movimento” dos trabalhadores, como está no título, ficou resumido à corrida para sair da propriedade, sob as armas do poder constituído.

Quando a violência foi noticiada como proveniente dos seguranças armados contratados pelos ruralistas não foi representada pelos jornais como negativa, mas sim como uma “defesa”, uma forma de “garantir a propriedade”, assegurar que aquele grupo pudesse produzir em “paz”. Em março de 1997, o *Correio do Estado* publicou uma matéria redigida por agência de notícias, onde o único entrevistado foi o fazendeiro de Minas Gerais Luís Resende, que estava organizando a reativação da UDR naquele estado. Ao contrário do que os repórteres fazem quando noticiam as ações praticadas pelo MST, o jornalista responsável por esse texto não questionou a legalidade das ações executadas pelos grandes proprietários de terra.

Na matéria, Luís Resende defendia a contratação de segurança armada, em que a ordem era para que os seguranças tratassem as invasões usando o armamento à altura das mesmas: “Para nós, não importa que sejam armas com AR-15 ou canhão. Nós queremos é a proteção da propriedade para trabalharmos e produzirmos em paz [...] Eles terão a autorização: entrou atira. Eles estarão lá é para manter a ordem” (CE, 17 mar. 1997a). E o entrevistado ainda chamava o MST de MSTSL – Movimento dos Sem-Terra e dos Sem Lei: “Vamos tratar os invasores como marginais, como foras-da-lei e freqüentadores das páginas policiais”.

Ou seja, o problema social advindo da questão agrária deveria ser solucionado por meio da repressão armada. Como Luís Resende criticava a “omissão” do governo no cumprimento da lei de defesa de propriedade privada, ele acreditava que o emprego da força era a única maneira dos fazendeiros evitarem a “impunidade” dos invasores.

Aliás, a impunidade das lideranças do MST foi tema para ruralistas discursarem contra o Movimento, na imprensa. Tomamos como exemplo um anúncio da Famasul, publicado em 25 de novembro 1999, em *O Progresso*. O documento se referia ao acampamento que os sem-terra haviam formado, na semana anterior, em frente à fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), de propriedade de Fernando Henrique Cardoso. No texto, a entidade responsabilizava o presidente por aquele ato, pois quando o movimento “invadiu” a primeira propriedade rural o governo não impôs a lei, não determinou que a polícia “[...] contivesse a desordem e conduzisse

os baderneiros à cadeia” e agora nada adiantava dizer que o acampamento em frente à sua propriedade era “um insulto e uma provocação”:

A tolerância com os métodos do MST pode ter sido compreensível há cinco anos, quando ainda existiam ilusões sobre a natureza “social” do MST. De lá para cá, no entanto, os seguidores do Sr. João Pedro Stedile só fizeram radicalizar seus métodos [...] Enquanto o governo achar que uma invasão pode ser “pacífica”; que existe margem de negociação com o MST – o MST não negocia: determina e exige a rendição do governo nos termos que impõe; e como este teme que sua imagem internacional seja arranhada³⁴ se o “diálogo” for interrompido, Stedile e Cia. continuarão usufruindo de imunidade que lhes permite infringir a lei, afrontar as autoridades e acuar o presidente da República (OP, 25 nov. 1999)

Mas no documento encontramos uma referência ao aspecto que temos defendido nesta obra: a tentativa de impedir a organização da classe trabalhadora, tirando dela a legitimidade de sua luta e atribuindo a ela outros interesses. No anúncio, a Famasul alegava que o MST não era um grupo organizado de pessoas que queriam uma gleba de terra para trabalhar, sustentar a família e construir seu futuro, mas sim um movimento político que “[...] escolheu métodos violentos – invasões, seqüestros, saques – de atuação, incompatíveis com o regime democrático”. A “democracia” solicitada, mais uma vez, era aquela que já discutimos: destinada a uma minoria.

Apesar dos ruralistas cobrarem a intervenção policial para impedir as ações do MST, ela sempre esteve presente, como já salientamos. Mas os intimados pela justiça para responderem a crimes geralmente foram os trabalhadores rurais e não a polícia ou os proprietários rurais, inclusive por atos não cometidos. Foi o que aconteceu com José Rainha Júnior, um dos coordenadores nacionais do MST. Ele foi acusado de co-autoria no homicídio do fazendeiro José Machado Neto e do policial militar Sérgio Narciso, ocorrido de Teodoro Sampaio (SP), em 5 de junho de 1989, sendo que ficou provado, no segundo julgamento, em 1997, a ausência daquele trabalhador no local do conflito que culminou as mortes. A absolvição de José Rainha contrariou o que até então se tentava fazer: condenar politicamente a luta pela reforma agrária no Brasil.

A acusação de Rainha foi tema de diversas notícias na mídia nacional.

34 O texto se refere aos primeiros anos da administração de Fernando Henrique, quando sua imagem ficou prejudicada por causa dos massacres de Corumbiara e Eldorado de Carajás, eventos que repercutiram internacionalmente e demonstraram a violência com que o Brasil tratava a questão agrária. As pressões que o presidente passou a ter após aqueles conflitos foram fundamentais, inclusive, para que o seu governo reorientasse a política agrícola, como já abordamos.

Em *O Progresso* e no *Correio do Estado* apareceu em duas, uma em cada jornal. No periódico douradense, foi publicada uma matéria de agência de notícias, em 28 de julho de 1997, relatando que o coordenador do MST tentava evitar o segundo julgamento na comarca de Pedro Canário (ES), pois o líder considerava parciais os juízes de lá. Rainha recebeu grande apoio de movimentos sindicais, CPT e organizações de direitos humanos de diversos países. A matéria ainda dizia que sua esposa, Diolinda Alvez de Souza, tinha viajado naquele dia para a Europa para fortalecer o contato com aquelas organizações (OP, 28 jul. 1997).

Três semanas depois o *Correio do Estado* publicou um *release* elaborado pela assessoria do deputado estadual Hosne Esgaib (PMDB), onde o político se posicionava contra a decisão de Diolinda recorrer à justiça de outros países, pois essa atitude era a representação da política do MST de “[...] desacreditar o Judiciário brasileiro, salvaguarda da disciplina social no País” (CE, 20 ago. 1997). Porém, o cumprimento da disciplina social no Brasil geralmente é cobrado apenas dos pobres.

O deputado ainda utilizou o espaço a ele concedido no jornal para acusar o MST de estimular o confronto de classes no campo e plantar a violência entre os produtores rurais e famílias humildes de sem-terra. Classificou os líderes do movimento de “bandidos” porque “subvertiam” a lei, “insuflavam” invasões de terras e outras propriedades. Hosne ainda se dizia preocupado com a “revolução” que o MST mostrava querer fazer e terminou seu depoimento afirmando que “na região da fronteira de Mato Grosso do Sul é motivo de “muito medo”. A região à qual o deputado se referiu compreende o sul do estado e é a de maior conflito de terras. Já o medo citado por ele, na nossa avaliação, era o da classe ruralista perante a força política que o MST estava conquistando.

Apesar de toda essa conjuntura apresentada, também houve documentos em *O Progresso* que se referiram às ações do MST que se fizeram dentro da lei e da ordem, representando o Movimento como pacífico. Selecionamos dois representativos dessa característica, que se referiram à marcha para Brasília, em 1997, porém nenhum deles foi redigido pela equipe de reportagem do jornal.

O primeiro é uma matéria redigida por uma agência de notícias, que discorria sobre a organização do trânsito e da polícia do Distrito Federal para garantir a segurança dos participantes da marcha. Foi o único texto encontrado, dentre todos os documentos dos dois jornais analisados, que publicou uma opinião que considerava a foice e o machado como símbolos de trabalho dos

sem-terra e não como armas. Quem concedeu a entrevista foi o governador de Brasília, Cristovam Buarque (PT), que determinou à polícia a permissão da entrada daqueles instrumentos no ato público que o MST estava preparando para se realizar na Esplanada dos Ministérios (SILVA, 1997).

Aliás, essa matéria contrapõe um anúncio do MNP publicado no *Correio do Estado*, dois anos depois: nele os ruralistas acusavam o hábito dos sem-terra de ameaçarem a integridade física das pessoas, invadirem e depredarem propriedades privadas e públicas:

[...] os sem-terra ditam regras e impõem medo à sociedade ordeira e trabalhadora, que rejeita a violência como forma de pressão. Os instrumentos que deveriam simbolizar o trabalho – a foice e o machado são usados para intimidar e até agredir as pessoas [...] (CE, 6 ago. 1999).

O outro documento em *O Progresso* que aparentemente se mostrava positivo – mas que apresentou contradições, como logo veremos – foi um artigo, também proveniente de agência, em que o autor apoiava a marcha, pois aqueles trabalhadores rurais sem-terra

[...] mostraram que podem fazer manifestações dentro da lei e da ordem, como é característica de uma sociedade democrática evoluída. [...] o movimento dos Trabalhadores Sem-Terra demonstrou que é possível uma organização disciplinada e coesa para se exigir resultados dos nossos empregados que estão no governo em nosso nome e por nossa conta (GARCIA, 1997).

Mas o seu apoio somente existiu porque, como consta no texto, “[...] ninguém quebrou nada, ninguém agrediu, ninguém saiu ferido, nenhuma propriedade pública ou privada foi violada”. Ou seja, sendo o evento do MST, era esperado que houvesse tudo isso.

Nos jornais de referência nacional, a marcha deu popularidade ao Movimento. De acordo com Gohn (2000), no período da manifestação, a maior parte da imprensa deixou de tratar os sem-terra como um “bando de radicais”, mas esses ganharam o status de cidadão, de trabalhadores em luta pela reforma agrária, num exercício de democracia. Porém,

[...] a partir de maio de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo [...] Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram

divulgados como manchetes. Todos os destaques passaram a ser para os acampados dos “recém-invasores” (GOHN, 2000, p. 147).

Em *O Progresso*, os documentos que se referiram à marcha também ressaltaram aspectos positivos do MST, mas não representaram alterações significativas nas representações do Movimento, pois o evento foi pouco divulgado, aparecendo mais em artigos enviados por agências do que em notícia. Como a prioridade do jornal era noticiar fatos de repercussão local ou estadual, o ano de 1997 reforçou as ações ilegais dos sem-terra, devido à intensa cobertura das suas ações de pressão ao governo – como ocupações de propriedades rurais, que se intensificaram naquele período – e ao surgimento do MNP, que atacou fortemente o MST em Mato Grosso do Sul, por meio da imprensa.

No *Correio do Estado*, a marcha foi tema de um editorial que reconhecia a proporção internacional que a questão agrária brasileira havia conquistado, mas o jornal aproveitou para dizer que aquela popularidade não poderia servir de justificativa para a forma como os sem-terra vinham atuando (CE, 18 abr. 1997).

O último fato importante noticiado nos jornais que envolveu a justiça e o MST aconteceu em 2000: o movimento foi alvo de denúncias de cobranças “ilegais” de contribuições dos assentados. No segundo semestre daquele ano, o governo mobilizou a Polícia Federal para investigar as possíveis irregularidades no MST, no que dizia respeito à sua administração financeira. Tudo isso porque o Movimento cobrava, dos assentados, contribuições estipuladas sobre o percentual dos recursos federais liberados para infra-estrutura nos assentamentos, verba que a entidade destina para o seu trabalho organizativo, já comentado.

Aliás, esse é um dos exemplos de como a organização do MST não é compreendida de forma positiva pela sociedade. Contribuições para entidades de classe são comuns e aceitáveis legalmente. Nessa lógica, o sem-terra, agora de posse de sua propriedade e com outra condição financeira – devido principalmente à luta mediada pelo MST –, estaria agindo de forma correta ao contribuir com a entidade que o representa. Mas essa lógica não foi aplicada pelo governo e pela imprensa quando se tratou do MST e a prática foi denominada como cobrança de “pedágio”.

A notícia passou a circular nos jornais a partir de dados repassados pelo governo federal, que demonstrava suspeitas de que o dinheiro estaria subsidiando outra atividade do Movimento que a sociedade “desconhecia”. Na matéria de *O Progresso*, o ministro interino do Desenvolvimento

Agrário, José Abrão, aproveitou o momento para dar legitimidade à política agrária (O Novo Mundo Rural), afirmando que o governo intensificaria suas ações para mostrar ao pequeno agricultor que não havia necessidade dele depender do MST para conseguir dinheiro para safra. Isso seria feito a partir de um levantamento dos assentados para que o governo os passasse para a categoria de pequenos produtores, quando eles estariam submetidos aos mesmos benefícios dos pequenos e não gozariam dos benefícios de assentados. “Se isso acontecer, o movimento ficará enfraquecido” (CORDEIRO, 2000).

A afirmação do ministro reforça a nossa tese de que o objetivo era desmobilizar a organização popular por meio da construção de representações e políticas que deslegitimassem a sua luta e fragilizassem as suas organizações. No caso específico, percebemos uma proposta de impedir que o MST viabilizasse verba para suas atividades.

Como uma forma de enfatizar os argumentos construídos pelo governo, o *Correio do Estado* publicou uma matéria, dois meses depois, com depoimentos de assentados que se sentiam lesados com a cobrança daqueles valores, como foi o caso de Valdeci Pinto de Oliveira, do assentamento Guassu, em Naviraí. A matéria dizia que, “[...] segundo ele, mais de 70% dos assentados querem deixar o MST, mas não sabem o que fazer, porque se não tiverem assinaturas dos técnicos ligados à entidade não há como receber os créditos contratados” (CE, 4 dez. 2000). O jornal afirmou que algumas lideranças do Movimento em Mato Grosso do Sul não quiseram comentar o assunto e que o coordenador estadual Egídio Bruneto dizia desconhecer o termo “pedágio”, enquanto outros afirmaram que o “pedágio” não era obrigatório e a maioria dos assentados não pagava (CE, 4 dez. 2000).

Quanto à afirmação do assentado, obviamente que os conflitos no interior do MST existem e são de várias naturezas. O método de trabalho proposto pelo Movimento muitas vezes esbarra nas concepções já arraigadas nos sem-terra, advindas de práticas anteriores. Porém, tanto os assentados como algumas lideranças têm consciência dessas questões e procuram retrabalhá-las. Gohn (2000) e Farias (2002) abordaram esse assunto em seus estudos e nos mostram que os trabalhadores procuram ressignificar suas experiências anteriores e assimilar novas ações, almejando adquirir novas habilidades no mundo do trabalho porque as condições econômicas que vivenciam os obrigam a caminhar nessa direção. Mas certas tradições e costumes só se alteram ao longo de tempo.

Um exemplo de conflito entre sem-terra e MST diz respeito às ações de resistência, quando a maioria dos trabalhadores prefere se manifestar sem grandes embates com os fazendeiros. Percebemos essas diferenças ideológicas no interior do Movimento em uma matéria do *Correio do Estado*, publicada em 1997. O texto se referia a um grupo que resolveu deixar de seguir as normas do MST porque discordava das suas ações no acampamento da fazenda Santo Antônio. No texto, o acampado Antônio Gutemberg de Andrade criticava o abate de gado e a organização dos sem-terra para um possível confronto armado com a polícia designada para cumprir o despejo dos invasores (CE, 13 out. 1997).

O trabalho cooperativo é outro exemplo, este nos dado por Gohn (2000), em seu livro. A autora afirma que as propostas de trabalho cooperado do MST muitas vezes não são bem compreendidas ou aceitas pelos assentados:

Por exemplo, cada cooperado tem que repassar para a cooperativa 2% do que produz para custear os gastos de infra-estrutura da cooperativa. Disto resulta um outro ponto complicado nos dia-a-dia dos assentamentos, que é a dificuldade da participação das pessoas após tornarem-se com-terra (GOHN, 2000, p. 117).

A contrariedade do assentado Valdeci em repassar para o MST uma porcentagem da verba recebida nos parece ser da mesma natureza do exemplo de Gohn. Porém, tratar a questão na imprensa como corrupção por parte do MST é muito mais do que simplista: é tendencioso. E o *Correio do Estado* imprimiu a mesma postura nos editoriais: a direção deste jornal escreveu no dia 13 de outubro de 2000 que aqueles valores indicavam desvio irregular de recursos que deveriam se destinar à reforma agrária para financiar atividades políticas dos sem-terra, julgando que o problema não era de cunho ideológico, mas de moralidade e ética (CE, 13 out. 2000).

Um mês depois, o editorial procurou fortalecer as suas denúncias contra o Movimento, censurando as organizações denominadas no texto como “esquerdas de todas as envergaduras” e “setores retardatários da sociedade” por apoiarem as ações do MST (CE, 10 nov. 2000). Ou seja, os grupos que saíam em defesa dos sem-terra também eram representados de forma negativa.

As acusações de que o MST utiliza dinheiro público para financiar ações ilegais se mostram como uma estratégia de tentar tirar do MST a forma que ele possui de viabilizar verba para suas atividades. No início

de 2004, o Senado instalou a CPMI da Terra com o objetivo de analisar a condução da reforma agrária e os movimentos sociais representantes tanto dos trabalhadores como dos proprietários de terra, além de investigar as causas da violência e dos conflitos no campo para apontar soluções concretas para a questão agrária no Brasil.

Na prática, porém, a CPMI mostrou que estava interessada em investigar um “suposto” desvio de dinheiro público pelo MST, tentando criminalizar o Movimento perante a sociedade brasileira. A comissão quebrou o sigilo bancário de duas entidades autônomas que apóiam as ações de reforma agrária do governo e do MST e que têm o governo federal como principal fonte de recursos: a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (Concrab). Entre os convênios e parcerias nos acampamentos e assentamentos, as duas organizações desenvolvem projetos de saúde, de meio ambiente, de cultura, de formação e de cooperação agrícola.

Tem-se aí um importante elemento para analisar a construção das representações: o MST luta para fazer com que a lei seja cumprida, mas é representado como ilegal. Como isso procede? Lefebvre (1978) explica que as representações servem para dissimular os verdadeiros fins da relação do sujeito com o objeto, que é a dominação e a exploração. A representação se vale do reforço de alguns aspectos do objeto (no caso o ato dos sem-terra entrarem em uma propriedade que já tem dono) e do abandono de outros (no caso a referência à função social da terra ou mais ainda: o direito que aqueles trabalhadores têm de trabalhar e sustentar sua família) para construir, sem mentir, uma realidade que se torna recorrente e perpetua a dominação.

E quais seriam os verdadeiros fins do sujeito que assim se refere ao MST? Pensamos que é impedir a mobilização popular, impedir que a conquista da reforma agrária seja feita pelo povo organizado, utilizando, para isso, estratégias de deslegitimá-los perante a sociedade. O ato de impedir que o movimento construa sua própria história é o que Lefebvre (1978) chama de bloquear de tempo histórico, típico das representações.

O MST, ao transformar suas reivindicações em realidade, tornou-se ator de um processo nacional, ou seja, conquistou certo poder político. Esse poder preocupava os que sempre detiveram este poder, pois representava a sua transferência para o protagonista da luta e a possibilidade de prevalecer os ideais vinculados a ele, que já começava pela própria concepção de posse e uso da terra. Essa leitura ficou perceptível em alguns documentos dos dois

jornais que apresentaram críticas de diversos segmentos da sociedade ao presidente Fernando Henrique e ao governador Zeca do PT de permitirem que o MST “ditasse as leis no campo”, de cederem a cada pressão do Movimento, desapropriando terras ou direcionando recursos.

A charge a seguir (figura 9), publicada no jornal *O Progresso* em 27 de outubro de 1999, representa isso:

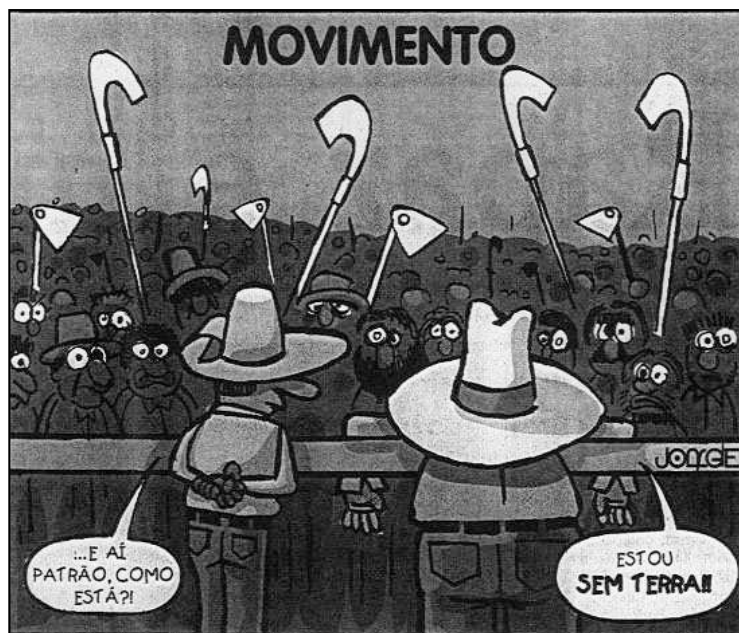


Figura 9 – Charge patrão sem terra. Autor: Jorge Silva

Muitos latifúndios que há anos enfrentavam processo de desapropriação foram desapropriados. E o jornal satirizou, com uma leve crítica, na charge da figura 9, que os fazendeiros é que estavam ficando sem-terra. Apesar dessa leitura, os números se mostraram insuficientes para minimizar o problema das famílias que se encontravam à espera de terras em acampamentos. Cada vez mais articulado, o MST conseguiu organizar os trabalhadores rurais e pressionar ainda mais o governo, por meio da implantação de novos acampamentos, o que ficou representado na ilustração de uma multidão de sem-terra de frente ao fazendeiro, que pode estar tanto na varanda de sua casa como a porteira de sua fazenda.

JUSTIÇA SOCIAL E CORRUPÇÃO

Quanto às representações baseadas nos valores morais, elas se apresentaram em poucos documentos nos dois periódicos – 30 em *O Progresso* e 9 no *Correio do Estado* – e reforçaram mais os aspectos positivos, em detrimento aos negativos – no primeiro jornal, 6 eram de antipatia, ou seja, 20%; no segundo, foram 5, ou seja, 55%.

Os valores morais são um dos mais complexos da humanidade, mas também os mais representativos da explicitação da essência humana, à qual Heller (1989) se referiu, pois eles surgem na vida social para orientar as ações humanas e regular a relação entre as pessoas. É por meio deles que a sociedade emite juízos sobre a conduta dos indivíduos, baseando-se nas definições de bom/mau, bem/mal, certo/errado. Porém, eles são válidos apenas em um contexto específico, no quadro de uma cultura determinada.

Pensemos então no MST: questionar a função social da propriedade diferencia a conduta do movimento se comparada aos demais indivíduos da mesma sociedade à qual pertence, sociedade esta que normalmente utiliza a terra para a reprodução do capitalismo. Considerando a concepção de sujeito dominante e dado que a constituição da sua identidade supõe a construção da figura do outro, o MST ocupa o lugar do “outro”, que Mariani traduz como o lugar do “Mal”:

É possível [...] compreender que há um consenso instaurado sócio-historicamente sobre o que é o Mal. Creio ser possível dizer, em termos discursivos, que se trata, - o Bem/campo do Mesmo e o Mal/campo do Outro – de dois sentidos estabilizados e em circulação, ambos capazes de promover a identificação *a priori*, em função do efeito de reconhecimento, das situações em que os homens de bem estão sendo respeitados ou aquelas em que eles podem vir a ser atingidos em seus direitos de posse (MARIANI, 1998, p. 84).

Aqui está um exemplo explícito da ambivalência das representações, que assim se apresentam para desambigüisar o mundo e fazer com que cada objeto seja nomeado, reconhecido e controlado por todo o grupo a ele pertencente. No caso do MST, o “Mal” foi representado nos documentos que o qualificaram como violentos e o “Bem” foi representado pela qualidade

de justos e pacíficos. De acordo com Lefebvre (1978), a interpretação do mundo por meio de representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos é uma característica forte das representações sociais para simular a vida e dissimular as relações concretas.

Nos jornais analisados, os valores morais aparecem, essencialmente, nos primeiros anos de nosso recorte temporal. Em *O Progresso*, esta predominância se deve, em boa parte, aos editoriais. Porém, eles também estavam presentes em notícias e artigos, que se concentraram no ano de 1995. As representações construídas sobre o MST foram “justo” e “pacífico”. Entendemos que a noção de justiça está relacionada às representações positivas que muitos grupos do sul do estado criaram a partir da experiência da CAND e que tiveram, em alguns documentos do jornal douradense, a explicitação de seu discurso.

O MST, apesar de apresentar uma luta antiga no Brasil, é um movimento novo. Em Mato Grosso do Sul, ele foi um dos primeiros a se organizar oficialmente. Moscovici (2003) lembra que o desconhecido é perturbador e só abandona essa condição ao se tornar conhecido. Nesse processo de “familiarização do novo”, as pessoas identificam-no com o já conhecido e para isso fazem uso das representações.

Por isso, acreditamos que as primeiras representações do MST foram positivas devido a uma relação que muitos fizeram da proposta do Movimento com a CAND, considerada o primeiro projeto de reforma agrária na região da Grande Dourados. Com o passar do tempo, quando diferentes ações do MST passaram a ser explicitadas e ele passou a mostrar que tinha o seu próprio projeto de reforma agrária, outros valores passaram a ser considerados nas representações em *O Progresso* e as características negativas prevaleceram.

Em 1995, as notícias do jornal douradense demonstraram certa comoção devido às condições de pobreza dos acampados em Itaquiraí. Percebe-se que o jornal procurou direcionar suas entrevistas para demonstrar que aquela situação se constituía em um problema social e que aquelas famílias lutavam por uma causa justa e por isso deveriam ser atendidas.

Duas notícias publicadas no dia 20 de março de 1995 representaram bem essa postura. Uma delas baseou-se em entrevistas com comerciantes e moradores urbanos de Itaquiraí, nas quais eles se manifestaram favoráveis à luta do movimento e consideravam-na justa, assim como a presença dos sem-terra não apresentava nenhum perigo para a cidade. A declaração da inexistência do perigo foi uma contraposição do que estava sendo divulgado

por outros veículos de comunicação, a exemplo do *Correio do Estado*.

As notícias divulgadas pelo *Correio do Estado* construíram uma imagem de que aqueles trabalhadores rurais eram uma ameaça à população urbana, que temia por ataques e saques. Porém, ninguém chegou a ser entrevistado. Esse mesmo fato foi tratado de forma diferente pelo *O Progresso*, que foi à cidade, entrevistou pessoas e registrou os seguintes depoimentos: “Eles merecem a terra”; “A cidade melhorou muito desde que fizeram o assentamento. Acho que esse povo deveria ser assentado aqui porque a cidade vai ganhar com isso” (OP, 20 mar. 1995a).

Mas o clima de medo construído pela imprensa era forte. Comprovamos isso também em *O Progresso*: sua equipe de reportagem foi até o acampamento na fazenda Sul Bonito e ficou “impressionada” com a boa receptividade no local, o que nos leva a crer que ela temia que fosse diferente. O repórter assim relatou: “O coordenador Emerson Giacomeli fez questão de mostrar todo o acampamento, desfazendo a impressão divulgada pela própria imprensa de que os sem-terra são violentos, conforme a opinião da classe dominante” (OP, 20 mar. 1995a). Ou seja, já existia uma imagem negativa construída anteriormente.

Ao se referir à “opinião da classe dominante”, o jornal incorporava, naquele momento, o discurso do MST em seu texto. Porém, como o discurso desfavorável ao movimento predominou por meio de segmentos influentes na sociedade e foi mais contundente a partir de 1997 devido à organização dos ruralistas, será este último que vai prevalecer em *O Progresso*.

Outra questão tratada pelos dois jornais foi a presença de crianças nos acampamentos. Sabemos que embora o MST também seja composto por solteiros, sua luta é construída principalmente pela mobilização de famílias – e nelas estão marido, esposa e filhos. Esse símbolo está claramente explicitado em sua bandeira, onde homem e mulher aparecem lado a lado, representando a unidade familiar (figura 9):



Figura 10 – Imagem dos elementos da bandeira do MST

No *Correio do Estado*, a participação das crianças foi destacada como uma ação irracional do MST, como ficou reforçado no editorial de julho de 1996: “[...] impor às crianças todo tipo de sofrimentos, com riscos, inclusive de atropelamentos nas rodovias, chuva, frio e fome, para justificar a causa, não pode ser considerado um movimento organizado e racional” (CE, 29 jul. 1996).

Em 1997, o assunto foi retomado pelo *Correio do Estado* quando o jornal cobriu as ações dos sem-terra no acampamento na fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí:

São crianças que estão perdendo a infância embaixo de barracos de lona... [...] O caso (...) não vem sendo acompanhado por nenhum órgão governamental, como o Juizado da Infância e Juventude. Existem cerca de 30 acampamentos de sem-terra em Mato Grosso do Sul com dezenas de crianças. O próprio MST faz destes menores uma bandeira, para comover autoridades, na luta pela posse da terra (CE, 17 mar. 1997b).

O lado positivo da matéria foi a denúncia do descaso governamental da questão social instalada no estado, visivelmente representada nos acampamentos. Mas o negativo foi a interpretação simplista sobre a presença das crianças no local. A característica peculiar do MST de envolver todas as pessoas da família na luta pela terra foi mais uma forma de organização criticada pelo jornal, que publicou uma foto de crianças trabalhando.

No meio rural é comum as crianças auxiliarem os pais no interior da casa, na roça ou cuidando de animais, bem como é comum no cotidiano das famílias trabalhadoras do meio urbano que os filhos auxiliem nas tarefas domésticas. Exemplos como esses não se caracterizam como exploração da mão-de-obra infantil. Porém, a publicação da foto ilustrando os filhos dos trabalhadores rurais ajudando com a louça não pretendeu mostrar isso. Foi uma forma sutil de forçar os leitores a questionarem a conduta das famílias sem-terra para com suas crianças e a formarem a mesma opinião do periódico de que aqueles menores estavam sendo “usados” pelo MST para pressionar o governo. Aliás, o texto não citava a prática do trabalho infantil no acampamento: o fato ficou registrado apenas na fotografia, que ocupou um espaço maior do que aquele na página, demonstrando a intenção do editor de destacar o conteúdo da ilustração (figura 11).



Figura 11 – Foto de crianças no acampamento na Fazenda Santo Antônio. Autor: Luis Alberto

Quanto ao *O Progresso*, este jornal nunca questionou o fato. Apenas citou, em 20 de março de 1995, a privação econômica das famílias acampadas

em Itaquiraí e a morte de sete menores causada pela falta de alimentos. Aliás, foi nessa matéria que identificamos a única imagem registrada pelo jornal apenas de crianças, retratando atividades comuns da infância tanto de ricos como de pobres, como brincar de carrinho (figura 12):

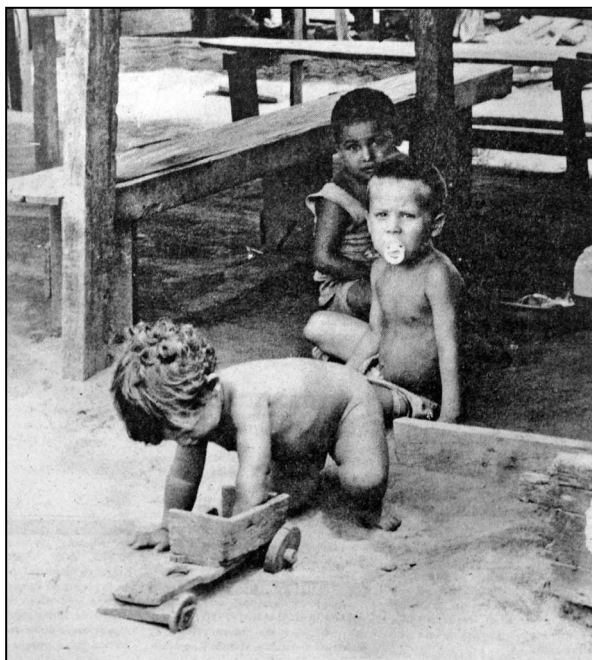


Figura 12 – Foto de crianças em acampamento em Itaquiraí. Autor: Ramão Carlos

As matérias de *O Progresso* publicadas no começo de 1995 foram bem recebidas por simpatizantes e apoiadores da luta do MST, como identificamos em uma carta e em um artigo, cada um de um leitor do jornal. A carta foi da professora Ceres Moraes, da área de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, câmpus de Dourados (atual Universidade Federal da Grande Dourados). Ela elogiou a isenção do jornal no relato da situação dos sem-terra acampados em Itaquiraí:

Pela primeira vez um órgão de imprensa tratou o problema das famílias acampadas com absoluta independência, reconhecendo que elas não apresentam ameaça alguma para as pessoas que moram na cidade e a importância do Movimento dos Sem-Terra e seu verdadeiro objetivo na luta pela reforma agrária (MORAES, 1995).

Já o artigo publicado foi do professor Cláudio Freire de Souza, da área de Educação da mesma universidade. Em sua opinião, as representações construídas sobre os trabalhadores sem-terra como um perigo à segurança do estado na verdade escondiam o medo que vários grupos tinham das forças populares e o que isso representava para o seu poder político. O artigo ainda identificava os sem-terra como os expropriados do campo que foram obrigados a vir para a cidade, local que não possuía a estrutura necessária para atendê-los, onde passaram a ser favelados, sem perspectivas, e tratados, por todos os governos, de “forma desrespeitosa como se fossem forasteiros vagabundos” (FREIRE, 1995).

Porém, a maioria dos documentos analisados em *O Progresso* não considerava legítimo o vínculo de trabalhadores urbanos no MST como fazia o leitor citado, nem mesmo a direção do jornal, apesar desta reconhecer que os sem-terra foram excluídos do campo por políticas agrícolas passadas. Eles foram representados como interesseiros que se aproveitavam de um problema social para benefício próprio, em busca de receber terra gratuita do governo.

Aliás, a “aptidão” para o trabalho no campo foi o mais importante critério do governo federal para incluir as famílias nos projetos de assentamento, demonstrando a visão economicista da reforma agrária proposta pelo Estado em contraposição ao uso social da terra, proposto pelo MST, para acabar com o problema da fome e do desemprego no país. A partir disso o Incra desenvolveu seus próprios métodos de avaliação dos acampados no que se refere à sua habilidade com o trato da terra.

Em Mato Grosso do Sul, esse trabalho iniciou-se pelos sem-terra da Fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, onde se formou o maior acampamento do país, em 1997. O resultado da pesquisa concluiu que a maioria deles – incluindo quase a totalidade de seus coordenadores – não possuía perfil agrícola e estava desclassificada para o programa nacional de reforma agrária (OP, 7 out. 1997). Apesar da alegação dos dirigentes do movimento de que todos os acampados eram trabalhadores e mesmo os que nunca trabalharam na terra poderiam aprender a fazê-lo, *O Progresso* considerou o fato em seus editoriais seguintes como “[...] infiltração de pessoas alheias e sem tendência para a labuta da terra” (OP, 8 out. 1997a), que “[...] enxergam nesse movimento uma oportunidade de ganhar dinheiro” (OP, 12 set. 2000).

A “infiltração” daquelas pessoas sem “perfil agrícola” foi apontada por editoriais de ambos os jornais como o fator responsável pelo abandono

ou venda dos lotes pelos sem-terra contemplados (OP 8 out. 1997a e CE 9 abr. 1998). O *Correio do Estado* foi mais agressivo, sugerindo ao Incra “[...] repassar o atestado de incompetência ao Movimento Sem-Terra, que tudo julga e nada faz para deter ‘o desvio de finalidade’ dentro do próprio meio” e aproveitou para dizer que a prática de venda servia para “[...]mostrar à sociedade que dentro do movimento, que prega a justiça social e condena o Governo por qualquer ato em direção à reforma agrária, também existe a corrupção”.

A venda e o abandono de alguns lotes ocorreram, de fato, mas não pela única causa apontada pelos jornais. A principal foi a escassez ou muitas vezes a inexistência de recursos governamentais destinados aos assentamentos. O próprio *Correio do Estado* publicara uma matéria (apesar de pouco visível pelo pequeno espaço que ocupou na página) com um depoimento do coordenador do MST, Egidio Bruneto, em que ele relatava a falta de estrutura nas propriedades, motivo que levava alguns trabalhadores a abandoná-las para viver em acampamentos à espera de terra melhor para serem assentados (CE, 9 abr. 1996).

Esse fato reforça o que se apontou neste estudo sobre o governo federal: este não conseguia atender às demandas daqueles trabalhadores no que se refere às informações técnicas e incentivos financeiros. Tanto que as oportunidades políticas que o Movimento conquistou com a assistência que prestava às famílias preocuparam o governo, que logo tentou impedir esse crescimento do MST ao mudar sua política agrária, em 1999.

E foi exatamente em 1999 que o tema voltou com força à pauta do *Correio do Estado*. O Incra divulgou uma pesquisa constatando alguns casos de famílias assentadas em Mato Grosso do Sul que venderam o lote após receberam crédito para construir casa e iniciar lavoura. Apesar daquelas pessoas só terem conseguido terra após passarem pelo critério de “vocação para administrar uma propriedade rural”, o jornal tentou evidenciar que isso acontecia porque as pessoas vinculadas ao Movimento eram de origem urbana: “são pedreiros, eletricitistas, encanadores, motoristas de ônibus e até taxistas, conforme levantamento feito pelo Incra” (OLIVEIRA, 1999a). A insinua  o do Incra era de que a existência (não comprovada) de “cursinhos sobre preparo do solo, plantio de cereais e produ  o de hortifrutigranjeiros” freqüentados pelos trabalhadores conseguiam alterar a sele  o efetuada pela entidade.

Para dar mais veridicidade àquelas insinua  es, o *Correio do Estado* procurou evidenciar, com fotos, que os acampamentos ficavam

abandonados durante a semana e lotados nos fins de semana, transformando-se em locais de lazer, com atividades como “[...] jogos de carta, rodadas de tereré e chimarrão e muita conversa amistosa entre os amigos. Crianças e adolescentes jogam bola, nadam nos rios e nos córregos, correm pelos campos, ignorando a aparente miséria dos acampamentos” (OLIVEIRA, 1999b).³⁵

35 Essas imagens serão apresentadas e melhores analisadas mais à frente.

O COMUNISMO AINDA ASSUSTA

Com relação aos valores políticos, apenas no jornal *Correio do Estado* a maioria dos documentos evidenciou os aspectos negativos: de 117 documentos, 63 eram de antipatia, ou seja, 54%; já no jornal *O Progresso*, dos 204 documentos que expressavam valores políticos, 123 reforçaram os aspectos positivos, ou seja, 60%. Os valores políticos presentes nos documentos estão relacionados às representações da ideologia do MST, percebidas pela imprensa tanto nas ações organizadas dos sem-terra como também nos discursos das lideranças, em que são expostas as diretrizes do Movimento.

Os números de *O Progresso* dão a impressão de que o MST foi visto, politicamente, de forma positiva, mas isso não ocorreu. O que sucedeu é que, ciente da força política que o MST estava conquistando por meio da mobilização de suas bases – o que ficou comprovado com o aumento do número de desapropriações – o jornal procurou pautar a forma de luta do MST, ou seja, mostrar a ele que certas ações eram válidas e deveriam ser assumidas pelo Movimento, pois assim ele seria representado de forma positiva pelo jornal e ganharia simpatia da população.

Essa “sugestão” de como agir foi transmitida pelos editoriais (como veremos adiante), que aconselharam ao MST a não “burlar as regras” ou “ferir os princípios da lei”, nem se comportar de maneira “sectária” como vinha fazendo até então, “incitando” a violência e a “baderna” por meio dos saques e invasões, mas reivindicar pela terra lançando mão de atos “pacíficos”. O jornal se referia a ações que não levavam os sem-terra para o embate com o governo ou fazendeiros, como caminhadas em vias públicas, vigílias em frente a órgãos públicos, reuniões com representantes do governo, todas noticiadas no periódico representando o Movimento como reivindicador aberto a diálogo e ordeiro. As manifestações que de fato traziam resultado para a luta pela terra o jornal representou de forma negativa.

Com o passar do tempo, como as ações do Movimento se tornaram mais contundentes e não atendiam às expectativas de *O Progresso*, este passou a enquadrar o MST como um movimento “político e de pressão social” desviado de sua finalidade, que deveria ser a reforma agrária. Essa

representação passou a ser recorrente a partir de 1997. No *Correio do Estado*, ao contrário, essa representação esteve presente desde 1995, no ano inicial de nossa análise.

O principal fator que deu força às representações políticas negativas do MST foi o seu vínculo com a esquerda, tanto em termos político-partidários – no caso sua aproximação com o PT – como em termos ideológicos. Esquerda e direita caracterizam distintas concepções sociais e econômicas de modelos políticos diferentes. O fato de a primeira ser vista com antipatia pela sociedade ocidental é assim explicada por Orlandi ao prefaciá-la obra de Mariani (1998): “Na instância do político, a ‘direita’ sofre um processo de naturalização pelo qual é normal ser de direita; a esquerda, ao contrário, é um exercício de alteração do normal, sendo posto como aquilo que pode fazer o mal” (MARIANI, 1998, p. 10). Novamente temos aqui a idéia do “outro”, que exemplifica a visão maniqueísta do mundo, que separa o bem do mal. Assim, o MST foi representado como comunista, manipulador de trabalhadores, revolucionário que incentivava a guerrilha para tomar o poder.

Diante daquele avanço político do MST, *O Progresso* começou a “aconselhar” o Movimento a se organizar por meio de outras formas de ações, argumentando que assim aqueles trabalhadores conquistariam a simpatia popular e então teriam mais êxito. Sobre isso, Gohn (2000) traz em sua obra o depoimento de Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do MST, que em 1999 explicou o significado das ocupações de propriedades rurais para o grupo:

Se alguém souber de outra forma de luta que dispense a ocupação de terra [...], que nos comunique, porque nós também não gostamos de fazer ocupação, é desgastante morar no barraco de lona, tomar banho no rio e não ter banheiro adequado. Mas até agora foi a única forma que encontramos de fazê-la (GOHN, 2000, p. 117).

Quando Gilmar Mauro afirmou que a ocupação de terra era a única forma de implantar a reforma agrária, ele procurou reforçar que o Movimento não encontrou outra possibilidade de luta que trouxesse resultados concretos para as suas reivindicações. Fica-nos a impressão, portanto, de que a proposta de *O Progresso* era uma tentativa de tirar dos trabalhadores as conquistas que vinham fortalecendo-os como uma organização popular.

Assim, os fatos políticos gerados pelo MST que corresponderam

pela maior parte das representações positivas no jornal foram aqueles que não envolveram ocupações de terra. Como numericamente aqueles eventos foram muitos, no levantamento de todos os documentos do periódico identificamos a maioria das representações políticas do MST demonstrando simpatia.

Para exemplificar essas representações positivas, vamos expor o conteúdo de três matérias de *O Progresso*: uma de 1995, escrita pela equipe de reportagem do jornal, uma de 1997 e outra de 1998, sendo estas últimas redigidas por agência de notícias. A primeira se referia ao Congresso Nacional do MST, que se realizaria em Brasília, nos dias 24 a 27 de julho de 1995, para o qual o Movimento em Mato Grosso do Sul pedia apoio financeiro de políticos e simpatizantes para o deslocamento até a capital federal. O texto se baseou apenas na entrevista realizada com o coordenador Emerson Giacomelli e assim enfatizou: “Os sem-terra querem que a reforma saia do papel e que o presidente Fernando Henrique cumpra as promessas de campanha” (*OP*, 12 jul. 1995).

O segundo exemplo noticiou uma ocupação do INCRA, em Campo Grande, pelos sem-terra, em 1997, em um momento em que o Movimento organizava ação semelhante nas sedes daquele órgão em várias capitais brasileiras para reivindicar o cumprimento de uma pauta nacional entregue ao presidente, onde constavam pedidos de aumento de créditos aos assentados (*OP*, 27 out. 1997).

O último exemplo trata de um protesto, em 1998, às margens da BR-163, a 30 km do centro de Itaquiraí, onde cerca três mil sem-terra passaram a manhã do dia 20 de março, rezando ajoelhados, colocando em prática uma forma pacífica de protestar contra a demora do governo em receber e atender às reivindicações do MST. A matéria afirmou que os acampados

[...] decidiram que todas as manhãs repetirão o ritual, até a solução do problema. Homens, mulheres e crianças ocuparam cerca de dois quilômetros das duas laterais da rodovia, decididos a não promover mais saques a caminhões ou fazer pedágios para garantirem alimento – eles têm denunciado que esta é a única forma de matar a fome (NAVES, 20 mar. 1998).

Do *Correio do Estado*, selecionamos duas notícias que também representaram o MST de forma positiva, ambas redigidas pela equipe de reportagem e descrevendo ações pacíficas para pressionar o governo federal no que diz respeito à agilização do processo de reforma agrária. A primeira foi sobre uma ocupação do prédio do Incra, em dezembro de 1995, quando

as lideranças se reuniram com o superintendente do órgão e expuseram suas reivindicações, assim relatadas: “Segundo um dos líderes, não estão sendo reivindicadas novas terras, mas apenas a desapropriação de áreas que já vêm sendo desapropriadas e se encontram invadidas por famílias de sem-terra, que temem despejos” (CE, 6 dez. 1995).

A outra matéria divulgou uma reunião entre a coordenação estadual do MST com representantes da Pastoral da Terra, OAB-MS e CUT, no dia 21 de julho de 1997, em que o grupo preparou uma série de manifestações que começariam nos próximos dias. Os principais eventos previstos seriam uma vigília no prédio do Incra, em Campo Grande, no dia 23 de julho; um ato público em Corumbá durante a possível visita do presidente Fernando Henrique, no dia 25 daquele mês; e a IV Romaria de Terra, a ser realizada em Ivinhema. O texto ainda publicou o depoimento do coordenador do movimento: “Segundo Bruneto, a movimentação é para fazer com que o Incra apresse a implantação de novos assentamentos, pois já não acredita existir tempo para cumprir a meta de assentar 2.200 famílias este ano...” (CE, 22 jul. 1997b).

Mas, na maioria das vezes, o *Correio do Estado* procurou desviar o assunto principal dos atos públicos do MST, que era a luta pela reforma agrária, para emitir julgamentos das ações de protesto, qualificando-as como tumultuadoras do trânsito ou das atividades normais dos órgãos públicos ocupados pelos sem-terra (CE, 12 jun. 1995). Era uma forma de influenciar o leitor a também atribuir mais importância para esses fatos em detrimento às reivindicações dos trabalhadores.

Outra representação negativa do MST no *Correio do Estado* foi a organização nos acampamentos. O documento abaixo demonstra que essa característica do MST foi percebida como um regime que privava o trabalhador rural de se expressar livremente:

O acampamento dos sem-terra tem um regime interno rígido, que as lideranças fazem cumprir à risca. [...] as famílias se dividem em grupos (...) Os barracos, feitos de lona, são separados e recebem uma numeração de acordo com os grupos. [...] Nos grupos de famílias são escolhidos líderes que ficam responsáveis por determinadas tarefas. Um é designado para cuidar da segurança, outra fica responsável pela saúde, um terceiro pela higiene e ainda há os encarregados da alimentação, da educação, dos barracos, do esporte, sem contar com uma pessoa responsável pela liturgia. [...] Como as lideranças impedem que os acampados falem, fica difícil conhecer os sem-terra... (CE, 14 mar. 1997).

O fragmento citado se refere a uma matéria produzida pela equipe do jornal sobre o cotidiano do acampamento na fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, uma semana depois da entrada dos sem-terra no local. A organização nos acampamentos é uma característica na qual o MST se destaca, pois controlar centenas de famílias expostas a todo tipo de situações que comentamos ser comum naquele período transitório e não permitir que elas abandonem o seu sonho de uma vida digna é uma tarefa difícil. O Movimento faz uma divisão de tarefas e atribui funções específicas a cada grupo, inclusive determina quem são os responsáveis para o contato com a mídia. Aliás, esse trabalho institucional com relação aos meios de comunicação é comum em organizações, que atribuem tal atividade às suas assessorias de imprensa, com as quais os repórteres estão acostumados e respeitam. Por que com o MST deveria ser diferente?

As afirmações do jornal campo-grandense, porém, contradizem algumas matérias de *O Progresso*, como a de 20 de março de 1995, quando a equipe de reportagem foi ao acampamento na fazenda Sul Bonito, entrevistou vários acampados, contou a história de vida de vários deles e noticiou os aspectos organizativos do grupo de forma positiva:

Apesar das condições sub-humanas de privação por um mínimo de conforto, eles conseguem manter um esquema de organização exemplar, onde todos participam. [...] Existem nove equipes, de higiene, saúde, alimentação, segurança, religião, trabalho, esporte educação e a coordenação geral. A cidade é dividida em núcleos, agrupando as famílias que vieram de um mesmo local, cada um com seu responsável (OP, 20 mar. 1995b).

Mas a representação recorrente das ações políticas do MST que prevaleceu nos dois jornais nos últimos anos a foi de guerrilheiro revolucionário que, por meio dos sem-terra, objetivava tomar o poder e era uma ameaça para a segurança nacional. A confusão começou em maio 1999, quando a revista de circulação nacional *Isto É*, da Editora Três, teve acesso a uma cartilha que foi usada em um curso de formação dos sem-terra, promovido pelo MST e pela Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), no município de Sidrolândia, naquele mês. O texto da cartilha expunha as conquistas do Movimento, os métodos pedagógicos implantados nos acampamentos e assentamentos e as suas práticas em busca da igualdade dos povos por meio da socialização dos bancos, dos meios de comunicação e do Estado.

A interpretação daquele texto pelos jornalistas da *Isto É* resultou em

uma matéria publicada no dia 12 de maio, em que a revista denunciava a existência de uma Liga Operária e Camponesa treinando homens armados em vários pontos do país para preparar atos violentos para desestabilizar o governo. Aquela matéria foi suficiente para que políticos conservadores e ruralistas sul-mato-grossenses introduzissem seus discursos nos jornais do estado para reforçar as acusações contra as ações do MST.

A primeira notícia identificada foi em *O Progresso*, que relatou uma reunião entre deputados estaduais do PTB e PFL (hoje Democratas) com representantes das entidades ruralistas MNP, Acrisol e Sindicato Rural de Campo Grande, em que todos demonstravam “temor” pelos “riscos imprevisíveis diante dos treinamentos de guerrilha a que os sem-terra estão submetidos” e pela “internacionalização do movimento, que parte para a violência e a conquista do poder, através dos sem-terra” (SANTOS, 1999a). O mais interessante foi a indignação do grupo devido à participação do governador Zeca do PT no evento dos sem-terra:

‘A presença do representante maior de Mato Grosso do Sul num encontro com líderes guerrilheiros é preocupante, pois seria o mesmo que o presidente Bill Clinton participasse de uma reunião da Klu Klux Klan para definir sobre o extermínio de negros e judeus nos Estados Unidos’, compara o presidente do Sindicato Rural da Capital, lembrando que o governo não deve se envolver nesse tipo de encontro (SANTOS, 1999a).

A presença do governador no curso do MST fez com que os opositores de Zeca do PT atribuísem a ele conivência com as ocupações de fazendas e o responsabilizasse por deixar os sem-terra criar um clima de instabilidade no estado, de acordo com a afirmação do deputado estadual do PTB, Paulo Corrêa, publicada na matéria (SANTOS, 1999a). Este deputado e seus correligionários aproveitaram a oportunidade do I Simpósio Estadual do PTB no final de maio de 1999, em Dourados, para expor suas opiniões no jornal da cidade, que foram publicadas sem nenhum tipo de contestação e sem nenhuma contraposição do MST. Um dos depoimentos foi do então deputado federal e ex-governador por São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho: “Temos e vamos denunciar esse treinamento de guerrilha na Câmara. Ninguém é contra quem quer terra para produzir, mas não podemos admitir os que querem passar por cima da lei através da guerra” (SANTOS, 1999a).

Em junho de 1999, quando José Rainha Junior, um dos coordenadores nacionais do MST, esteve em Dourados para conhecer o trabalho de

reflorestamento de uma associação douradense, a reportagem de *O Progresso* o entrevistou sobre o tão falado curso em Sidrolândia. O texto destinou um parágrafo para a resposta de José Rainha, dizendo apenas que ele desmentiu a notícia divulgada com exclusividade por *O Progresso* e alegou que a denúncia de Corrêa visava impedir a organização do MST (SANTOS, 1999b). O restante da matéria de quase meia página foi utilizada para afirmações do próprio repórter de que guerrilheiros haviam, sim, treinados militantes sem-terra de vários países e que os ensinamentos dos cursos resultaram, logo em seguida, na ocupação de várias fazendas no Brasil, pelo MST.

Este é um exemplo de uma notícia em que o repórter seleciona os dados a serem noticiados negando qualquer distanciamento ideológico do assunto, emitindo julgamentos e expondo os valores que permeiam as suas representações de verdade. Em nenhum momento o jornalista questionou o entrevistado sobre o conteúdo do texto da cartilha usada no curso ou discorreu sobre a afirmação de José Rainha de que a estratégia do governo era impedir o crescimento político do MST. O próprio título construía uma idéia de medo da população ante as ações do movimento: “MS teme ações de guerrilha do MST”.

O repórter optou por citar alguns trechos de uma reportagem publicada três dias antes no jornal de circulação nacional *O Estado de São Paulo*, que ainda explorava o assunto do curso em Sidrolândia, para desqualificar a resposta de José Rainha. A matéria do periódico paulista afirmava que os ministrantes do curso disseram que, para se chegar à reforma agrária e ao socialismo, eram necessárias todas as formas de lutas possíveis, tendo sempre em mente o poder. *O Progresso* fez referência ao texto do outro jornal e apenas citou que o líder do MST, ao ser interrogado em Dourados sobre afirmação, “preferiu” dizer que a denúncia era “bobagem” (SANTOS, 1999b).

Um dia após a entrevista de José Rainha, a direção de *O Progresso* também se manifestou no editorial, tentando imprimir uma “clara certeza” de que, mesmo as lideranças do MST negando a formação de guerrilhas, elas existiam, pois as ocupações inesperadas não aconteciam por acaso, eram coisas premeditadas, calculadas e organizadas (OP, 30 jun. 1999).

Já discutimos anteriormente sobre a força negativa que as concepções ideológicas do MST ganharam no imaginário social e são legitimadas na imprensa. Nos documentos acima enxergamos a associação das idéias do Movimento com a ameaça comunista, restabelecendo o anticomunismo ainda presente na sociedade.

Essas representações ainda guardam resquícios de uma ideologia política ocidental construída desde a fundação do Partido Comunista na Rússia, em 1917 (no Brasil em 1922), mas que começou a permear mais fortemente o imaginário social após a Segunda Guerra Mundial, por meio da Igreja Católica: o conservadorismo anticomunista. A defesa da propriedade foi a norteadora daquelas idéias, o que inclusive resultou no golpe de 1964 no Brasil, já comentado. Como comunistas foram representadas as ligas camponesas, no nordeste, na década de 1950; como comunistas foram representadas as reformas de base de João Goulart, no início da década de 1960³⁶. A possibilidade de perda da propriedade privada ainda continua construindo representações de comunistas, que na década de 1990 atende pelo nome de MST.

A seguir, na afirmação do ex-ministro da Justiça Armando Falcão, publicada no jornal *O Progresso*, temos mais uma constatação da força negativa do comunismo e a relação que muitos fazem dessa doutrina com o MST e sua entidade fundadora - a CPT, no que diz respeito às ocupações de terras improdutivas:

Ele (d. Paulo) [Evaristo Arns] é um agitador contumaz, que só se identifica como padre, pelo fato de usar batina. Ele é um Luiz Carlos Prestes de batina (...) o cardeal arcebispo de São Paulo sequer obedece ao Papa João Paulo II, que desrecomenda o envolvimento da Igreja em questões políticas. (...) o MST não passa de um braço de uma esquerda que vive sonhando com o retorno do comunismo (*OP*, 27 fev. 1997).

Mariani (1998), em sua pesquisa de doutorado, comprovou que a palavra “comunismo” nos jornais brasileiros de referência nacional, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido sempre negativo:

Hegemonicamente, a produção de sentidos para “comunista” gira em torno do “inimigo”, o outro indesejável. Se o lugar do inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação “comunista”, então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos (MARIANI, 1998, p. 107-108).

36 Arakaki (2007) estudou as representações do Golpe de 1964 na imprensa douradense e identificou que, naquela época, *O Progresso* tratava os conflitos pela posse da terra como ações subversivas, coisa de comunista.

Alguns símbolos valorizados pelo MST reforçam essa representação de comunista, a começar pela sua bandeira, onde o vermelho é predominante. Essa cor é relacionada diretamente com o comunismo, usada inclusive para nomeá-lo, como demonstra Mariani ao listar as denominações de comunismo que encontrou na imprensa nacional, demonstrando como essa cor carrega significados: adeptos do credo vermelho, perigo vermelho, audácia vermelha, credos sanguinários da Russa vermelha, jogo vermelho, vaga passional vermelha (1998, p.121).

O MST ainda apresenta outros elementos ideológicos de uma proposta socialista, como a busca de uma sociedade mais justa - alicerçada nas relações fraternas e solidárias e privilegiando ações coletivas - e o culto de líderes mortos que acreditavam no socialismo, como Che Guevara, Antônio Conselheiro, Lênin, Marx. Inclusive a história desses líderes é estudada nos cursos de formação e estão presentes nas camisetas dos sem-terra e nas agendas do MST. Na edição de 16 de novembro de 2000, o jornalista de *O Progresso* fotografou um sem-terra em ato público vestindo uma camiseta do Che Guevara (figura 13) e assim escreveu:

Um fato que chamou muita atenção da imprensa nacional, que esteve presente, foi a grande quantidade de pessoas que estavam vestidas com camisetas estampada com a foto histórica do revolucionário argentino Che Guevara, que ajudou tomar Cuba e morreu na Bolívia (SANTOS, 2000).

Portanto, reforçando alguns fatos a partir de valores fortes na sociedade de onde e para quem se fala, a representação do MST comunista foi construída.



Figura 13 – Foto de sem-terra com a camiseta do Che Guevara. Autor: Osmar Santos

Mariani (1998) lembra que para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos valores estabelecidos (o que não impediu que os partidos comunistas e socialistas fossem fundados em todos os continentes): no cinema, na imprensa, em obras ficcionais e em tratados sociológicos. A década de 1990, período que identificamos como o da “vitória” do capitalismo sobre o comunismo – que é representado pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pela queda do muro de Berlim –, sinalizou aquilo que há muito se murmurava: nos países comunistas, a censura imposta pelos governos autoritários camuflava mordomias e abusos por parte do poder.

Muitas produções midiáticas aproveitaram o momento para fazer denúncias, generalizar para a estrutura social questões particulares. “Para a propaganda anticomunista do mundo capitalista, nada melhor do que comprovar aquilo que antes era dito apenas no espaço ficcional” (MARIANI, 1998, p. 21)³⁷. E, assim, construiu-se uma posição política de

³⁷ Um exemplo da revelação do centralismo e dirigismo do Estado, assim como da falta de liberdades individuais e da falência do modelo sócio-econômico, revelou-se na imprensa por meios de reportagens que apresentaram, com imagens e depoimentos, a diferença entre o estágio de desenvolvimento das duas Alemanhas.

consenso sobre o comunismo.

Desde 1995, o nome do MST já vinha sendo associado à guerrilha em *O Progresso*, mas foi em 1999 que a representação ganhou força. No país, pairava um certo desconforto, em grupos de “direita”, a difusão de idéias de “esquerda” e o avanço territorial de partidos a ela relacionados, principalmente o PT que, além de ampliar o número de seus representantes nas esferas políticas, tinha levado seu candidato à presidência por três vezes ao segundo turno. Como o MST sempre esteve próximo aos ideais daquele partido, entendemos, então, porque as ações dos sem-terra ganhavam força, no imaginário social, de uma guerra para a tomada do poder, a exemplo dos países comunistas.

No âmbito estadual, O PT já tinha chegado ao poder, em 1999, por meio da eleição do governador, que sofreu forte oposição por ser acusado de “conivente com o MST” pelo fato de não cumprir as liminares de reintegração de posse expedidas pela justiça. A administração petista foi responsabilizada, por seus opositores, pelo fato de Mato Grosso do Sul ter apresentado um dos maiores números de novos acampamentos naquele ano, o que atraiu a atenção da imprensa nacional.

Em março de 1999, Mato Grosso do Sul já havia registrado 26 novos acampamentos de sem-terra. O editorial de *O Progresso* do dia 19 de março daquele ano dizia que esse fato “[...] devia ser levado mais a sério pelo Governo do Estado, mesmo sendo do PT, um partido que historicamente vem incentivando esse tipo de coisa” (OP, 19 mar. 1999). Dois meses depois, em notícia de 19 de maio de 1999, já citada, o jornal douradense relatou a presença do governador em Sidrolândia, no curso de formação de militantes que o periódico descreveu como treinamento de guerrilha. O acontecimento serviu para reforçar as acusações de “conivência” do governo com a ação dos sem-terra.

O fato do número de acampamentos ter aumentado no estado expressava a forte mobilização popular que o MST e outros movimentos rurais estavam conseguindo em suas bases. Quanto ao não cumprimento de liminares de reintegração de posse, isso ocorreu porque o governador procurou conduzir a situação sem precisar lançar mão de despejos por meio da polícia, mas de forma a atender as reivindicações dos sem-terra, afinal, aqueles trabalhadores representavam as forças sociais que o elegeram. Tal atitude não foi aceita pelos ruralistas, que defendiam a repressão policial dos “invasores”.

No *Correio do Estado*, também identificamos documentos que

construíram a imagem do MST como comunista. Um deles foi uma entrevista de uma página inteira com o presidente da Famasul, José Armando Amado, em que o assunto principal era a luta que os fazendeiros haviam travado com o governo do estado, devido à criação do fundo para recuperação de estradas estaduais (Fundersul) e às ocupações de terras. No seu depoimento, o representante da classe ruralista alegou que o MST era uma entidade ideológica e que os seus líderes ainda achavam que tomariam o poder por meio da revolução no campo, como aconteceu na Rússia em 1913. “Só que eles esqueceram que o mundo agora é outro. Eles não conhecem os conceitos rudimentares de democracia³⁸” (CE, 28 nov. 1999).

Mas o fato que repercutiu nos setores políticos conservadores foi o II Congresso dos Sem-Terrinha (crianças filhos de sem-terra), em outubro de 1999, em uma escola estadual de Campo Grande. A cartilha usada no evento para os cursos lá ministrados chegou às mãos dos deputados estaduais e foram recebidos da mesma forma que a cartilha usada no curso de militantes no ano anterior, em Sidrolândia: como uma ameaça de guerrilha.

O jornal publicou uma notícia no dia 27 de novembro, baseada apenas no discurso do deputado estadual Antônio Carlos Arroyo (PTB), proferido na tribuna da Assembléia Legislativa, e em alguns trechos da cartilha. Nenhum integrante do MST foi entrevistado. Na matéria, Arroyo convocava Pedro Kemp, secretário estadual de educação, para que ele fosse à Assembléia Legislativa explicar como a secretaria permitia que escolas do estado utilizassem um material didático que ensinava a revolução para os filhos de sem-terra.

Toda a confusão se instalou porque o *Correio do Estado* publicou que constavam, na cartilha, referências positivas a alguns líderes mortos, destacando-se o Che Guevara, um dos mais importantes comandantes da Revolução Cubana. O jornal relatou que na cartilha dizia que Che era o exemplo mais completo do que devia ser um revolucionário:

[...] sem se apegar à sua Pátria, dedicou sua vida de luta pela liberdade dos trabalhadores. Primeiro em Cuba, depois no Congo (África) e, finalmente na Bolívia, onde foi assassinado no dia 08 de outubro de 1967, a mando dos imperialistas norte-americanos” (CE, 27 dez. 1999).

O jornalista que redigiu o texto demonstrava indignação ao relatar

38 Observando outros depoimentos da classe ruralista na imprensa percebemos que ela cobrava dos sem-terra, insistentemente, o exercício da democracia. Porém, notamos que o modelo de democracia defendido pelos trabalhadores não era o mesmo dos fazendeiros. Estes últimos, na verdade, cobravam a manutenção de privilégios há anos concedidos a eles, pelo Estado.

elementos da cartilha que discutiam a proposta de educação do MST, a qual expunha o seu objetivo de construir uma escola onde as crianças não apenas estudassem, mas trabalhassem, se amassem e se preparassem para se organizar para assumir o luta do seu povo; uma escola onde o professor fosse companheiro dos alunos e os ajudasse a se tornarem sujeitos; uma escola onde todos se tornassem companheiros a tal ponto que cada um conseguisse abrir mão de pequenas alegrias individuais, sempre que isso fosse necessário para o avanço e o bem-estar coletivo.

Em outra matéria, dois dias depois, foi relatado que o deputado estadual José Roberto Teixeira (PFL, hoje Democratas) tinha enviado a cartilha ao Ministério da Justiça, ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, à procuradoria da Infância e Adolescência, aos senadores e aos deputados federais sul-mato-grossenses para uma “análise profunda”, pois o referido deputado considerava um absurdo a “[...] exaltação a Ernesto Che Guevara, um dos principais colaboradores do hoje ditador de Cuba, Fidel Castro [...]” (CE, 29 dez. 1999).

A referida notícia também foi redigida baseada apenas no depoimento do deputado, sem nenhum contraponto do MST ou das famílias de sem-terra. O tom sensacionalista construído pelo entrevistado foi impresso no texto, ao comentar que o deputado reconhecia as desigualdades sociais, “[...] mas não é pregando conquistas pela força e derramamento de sangue que ocorrerão mudanças [...]”, pois para o legislador a cartilha estava pregando guerrilha e mudança de regime às crianças de sete anos. Foi descrito, ainda, que o deputado sabia que no MST existiam “[...] muitos trabalhadores que têm Deus no coração e, com certeza, discordam do que estão ensinando nessas cartilhas para seus filhos³⁹” (CE, 29 dez. 1999).

Essa relação do projeto pedagógico do MST com a guerrilha foi descrita nos jornais a partir de uma interpretação feita pelos deputados, incorporada no discurso do jornal. Tanto que a ilustração publicada pelo *Correio do Estado* (figura 14) foi produzida pela redação do periódico a partir de um julgamento de que o ministro também interpretaria o texto da cartilha com indignação:

39 Neste documento está um exemplo claro da presença do anticomunismo católico.



Figura 14 – Ilustração do ministro com a cartilha dos sem-terrinhos. Autor: Eder

Mas devemos expor algumas características do projeto pedagógico do MST para entender porque foi construída aquela representação de “guerrilha”. Características essas que estão presentes em todos os seus cadernos de formação de base, como o utilizado em Sidrolândia.

De acordo com Gohn (2000), o projeto educativo do MST parte do pressuposto de que o caminho para a libertação é a conscientização, pois esta possibilita aos indivíduos fazer uma leitura do mundo, distinguir os interesses antagônicos e esclarecer as contradições sociais. Por isso, o Movimento não estabelece distinção entre educação e política, mas procura criar um processo pedagógico que se insere num universo político de luta contra as relações hegemônicas do capital que desqualificam todo e qualquer saber que não está de acordo com as imposições do sistema capitalista. A denúncia e a luta contra as estruturas dominantes são parte da construção dessa consciência.

Os cursos do MST visam fortalecer a organização popular. Eles se baseiam no paradigma da análise da realidade – quando o participante toma consciência de sua classe, de seu papel e de seu destino histórico (reconhece-se como “pobre”) – para posteriormente iniciarem a capacitação científica e técnica daquela classe, onde a categoria “povo” ganha centralidade como ator histórico.

A educação proposta não é um processo apenas de absorção das

informações transmitidas pelos intelectuais, mas é uma construção de conhecimento por meio de uma relação estabelecida entre as informações recebidas e a realidade vivida dos alunos.

No seu projeto pedagógico, o MST atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso à terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão. Em seus cursos de formação, o Movimento busca desenvolver a consciência dos alunos participantes, ou seja, busca formar atores políticos com uma determinada cultura política e com um olhar crítico sobre a realidade (MST, 2001).

Gohn (2000, p. 128) explica que o novo conhecimento adquirido se realiza por um processo de acúmulo de informações que se sobrepõem: história de vida de personagens famosos, teorias sobre o trabalho, histórias de lutas de outros povos, histórias de revoluções famosas⁴⁰, etc. “Por meio da transmissão de conteúdos, cada vez mais abrangentes, mas todos versando sobre os mesmos temas e problemas [...] realiza-se o processo de confronto com a realidade vivida e a tomada de consciência”. Essa consciência transforma aqueles acampados para lutar por uma meta: transformar o mundo pela ótica dos interesses da classe que eles representam – os pobres, os excluídos.

Mas a representação de “guerrilheiro” não foi apenas da classe política: também foi construída pela polícia. Em novembro de 2000, um ano depois da matéria sobre o Congresso dos Sem-Terrinha, o *Correio do Estado* publicou outra intitulada “Acampamento sob ordens de guerrilha”, em que se referia a textos de um caderno que um dos acampados da fazenda Santo Antônio usava para os cursos de formação e que foi apreendido pela polícia civil em uma ação de despejo. O referido caderno foi descrito, pelo repórter, como “uma espécie de cartilha, uma espécie de Diário da Guerrilha”. Nele constava um desenho de um campo de futebol que a polícia acreditava ser a “organização de guerrilha do acampamento dos invasores. De um lado os ricos, latifundiários, empresários e políticos; de outro, os sem-terra, sem-teto, desempregados, prostitutas, assentados. [...] O desenho foi feito dia 4 de setembro sob o título *Formação de Acampado M.S.T*” (CE, 20 nov. 2000).

O desenho do caderno ao qual a notícia se referiu está inserido a

40 Daí a explicação da inserção das biografias de líderes como Che Guevara e a construção do aluno como “sujeito” (termo usado pelo MST, mas que nós preferimos chamar de “ator”). Esses métodos educacionais também fazem parte da mística, pois identificamos neles uma proposta de motivar os alunos a fim de prepará-los para a luta e a resistência nos acampamentos.

seguir (figura 15). Nele temos uma representação da consciência de classe que o MST procura criar nos trabalhadores rurais, por meio dos cursos de formação de militantes e de sua base. A consciência de ser pobre/sem-terra/excluído é o marco referencial de toda a luta do MST na busca pela justiça social⁴¹.



Figura 15 – Desenho do caderno de acampado na fazenda Santo Antônio

Porém, segundo uma estratégia de desqualificar as ações do MST, o texto do caderno foi representado como uma ameaça do Movimento à ordem social.

Percebemos que o leitor também se apropriou daquele discurso com naturalidade. Um mês depois da matéria anteriormente citada, Luiz Manzione, advogado em Campo Grande, publicou um artigo intitulado “Invasões guerrilheiras”. Seu texto discorria sobre as dificuldades que os fazendeiros sul-mato-grossenses enfrentavam para sobreviver, como as pragas da lavoura, a febre aftosa, os impostos e os encargos sociais, considerados pelo autor do texto como “leões para serem mortos pelos ruralistas”. Mas o advogado afirmava que aquela classe se deparava, naquele momento, com um “[...] leão mais forte e mais perigoso do que todos: os guerrilheiros invasores de terras”:

41 Aliás, é a partir dessa consciência de “pobre” que o Movimento criou ícones emblemáticos para diferenciá-lo da categoria a qual pertence: o boné vermelho, as foices e enxadadas, a camiseta com o emblema do MST, tudo para lhe conferir uma identidade.

Estes “*guerrilheiros*”, formados em técnicas nicaraguenses e zapatistas, com cartilhas fornecidas pelos seus líderes que lhes dão orientação para sua ação criminosa, chegam a comandar o Incra, impondo àquela autarquia federal a instauração de processo administrativo de desapropriação em propriedades por eles nominadas (CE, 19 dez. 2000).

O artigo acusava o Incra de deixar de cumprir a lei para se “curvar” ante ao MST e emitir laudos “facciosos e tendenciosos”, considerando improdutivas propriedades que eram produtivas. Na verdade, o que os ruralistas não admitiam eram ter parte de suas fazendas desapropriadas após serem avaliadas como improdutivas, o que representava uma vitória da mobilização dos trabalhadores.

Reforçando aquelas representações negativas construídas sobre o MST, identificamos os discursos de um ator de peso na sociedade: o governo federal. Em 2000, ele ampliou suas críticas por meio da imprensa, intensificando sua estratégia de desqualificar as ações dos movimentos rurais perante a população, objetivando enfraquecê-los. Esta posição, como já destacamos, teve início em 1998, quando o presidente Fernando Henrique tentava reeleger-se e precisava melhorar sua imagem desgastada pelas pressões sociais que vinha sofrendo por parte dos grupos organizados, principalmente pelo MST (FARIAS, 2002).

Qualificá-los como baderneiros tornou-se discurso recorrente de FHC, que assim julgava as manifestações do movimento nos órgãos públicos (CE, 22 abr. 2000). O deputado federal Xico Graziano, do mesmo partido do presidente, deu continuidade à representação construída por Fernando Henrique ao comparar as ações do MST às das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), só porque os trabalhadores organizados no Brasil pressionavam o governo e mostravam-se insatisfeitos com as políticas públicas por ele adotadas.

A MANIPULAÇÃO DOS POBRES

Nos editoriais – que são espaços do jornal onde a direção expressa sua opinião – o MST foi referência 23 vezes em *O Progresso*, sendo que 14 deles expressam aspectos negativos, ou seja, 61%. Suas opiniões foram relativamente equilibradas entre os valores legais, morais e políticos, e apenas os morais apresentaram mais aspectos positivos. Consideramos que essas representações do MST estiveram intimamente relacionadas com a visão de reforma agrária da diretora, Adiles Torres.

Para Adiles, o principal benefício da reforma agrária era o desenvolvimento econômico que representaria para o Brasil, e sua opinião, sobre a reforma, expressou uma visão que poderia ser classificada de desenvolvimentista ou progressista, considerando o contexto histórico e social de Mato Grosso do Sul. No jornal *O Progresso* ela defendia a idéia de que assentar os sem-terra era a alternativa para uma “nova colonização” do estado, necessária para aumentar a escassa população de MS e elevar a participação deste na produção de alimentos para o país.

Em função disso, inicialmente *O Progresso* se mostrou favorável à organização do MST. Em 1995 o Movimento foi citado, pelo jornal, como legítimo representante dos sem-terra, um “exemplo de perseverança e cidadania” (*OP*, 13 set. 1995), fundamental para pressionar o governo e assim garantir a socialização das terras, que estava nas mãos de tão poucos.

O Progresso sugeria que o governo incentivasse o êxodo urbano por meio do assentamento dos sem-terra, pois esses eram, na verdade, excluídos do campo em função das políticas agrícolas passadas. Para o jornal, a volta e a fixação desse grupo no meio rural trar-lhes-iam renda e os transformariam em consumidores potenciais para uma indústria que então se interessaria em se instalar no estado, já que existiria demanda para seus produtos (*OP*, 22 e 23 jul. 1995)⁴².

O jornal acreditava que o desenvolvimento passava pela pequena propriedade, justificando seu ponto de vista ao citar experiências de outros

42 Adiles fez uma breve referência a uma antiga pesquisa que concluíra que Mato Grosso do Sul precisaria ter o dobro da sua população para que as indústrias se interessassem em se instalar no Estado. Ela acreditava que a inclusão social dos sem-terra era a solução mais rápida e eficiente para criar essa demanda industrial.

países, que o Brasil não seguiu por ter tratado, no passado, a reforma agrária como coisa de comunista:

Nunca é demais lembrar que um dos principais fatores que levaram os Estados Unidos a serem a grande potência mundial é a reforma agrária, procedida com sucesso no século passado. **Por um equívoco histórico, até pouco tempo, a reforma agrária neste País era tratada como “coisa de comunista”. Ainda bem que o processo histórico corrige os erros do passado.** A reforma agrária no Brasil urge como uma necessidade para apagar os focos de desavenças no campo e como um ingrediente imperativo para o crescimento econômico da nação (OP, 31 mai. 2000). (Grifo nosso)⁴³.

O Progresso até propôs ao Estado que encontrasse uma forma de destituir pacificamente os latifúndios e transformá-los em colônias de produção, referindo-se constantemente à “socialização da terra” instituída por Getúlio Vargas, na década de 1950, quando este criou a CAND:

Há 50 anos, Getúlio Vargas, mesmo com o rótulo de ditador e centralizador, fez Reforma Agrária na região de Dourados. Esta parte do Brasil não seria a mesma não fosse essa decisão histórica. Os assentamentos existentes no estado são, por sua vez, sinônimos de prosperidade (OP, 13 de set. 1995).

A cidade de Dourados cresceu a partir da Colônia Agrícola Nacional (Cand), um projeto de Reforma Agrária da década de 50. Os governos e principalmente quem se opõe à idéia de Reforma, precisa entender que a miséria e os desajustes sociais têm muito a ver com o êxodo rural, com a prática de uma agricultura competitiva e não de subsistência (OP, 23 ago. 1996)⁴⁴.

O exemplo da CAND como modelo positivo de socialização da terra ganhava ainda mais legitimidade a partir de dados estatísticos que o jornal recebia sobre a pequena propriedade. Baseado em uma pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), na qual revelava que os agricultores familiares brasileiros eram mais eficientes no uso da terra que os patronais, *O Progresso* reiterou seu apoio à reforma agrária:

43 O próprio *O Progresso* já havia tratado a reforma agrária como coisa de comunista, em artigos que publicou diante das reformas de base de João Goulart, na década de 1960. Este assunto foi tratado por Arakaki (2007). Como vimos na análise dos documentos do jornal de 1995 a 2000, essa representação ainda se mantém.

44 *O Progresso* ressaltava os pontos positivos da CAND também nas edições de 24 e 25 jun. 1995, 23 abr. 1996 e 2 abr. 1998. Para o jornal, implantar uma reforma agrária nos moldes da Colônia Agrícola seria uma forma do governo atual entrar “para a história ao lado de Getúlio Vargas” (OP, 24 e 25 jun. 1995).

Esta conclusão reforça a tese da reforma agrária não só para fortalecer agricultura familiar e amenizar a tensão social, mas para ser um meio permanente de desenvolvimento sustentável. [...] Segundo a FAO, socializar a terra pode ser interpretado como um imperativo econômico. Outros países do continente asiático, europeu e americano alavancaram seu desenvolvimento com reformas desta natureza. [...] O incentivo da agricultura familiar e a reforma agrária são coisas que devem ser feitas para o próprio bem do país (*OP*, 31 ago. e 1 set. 1996).

Diante desses dados que convergiam para o sucesso da reforma agrária, *O Progresso* a apoiava. Mas isso não significou que aceitava que essa conquista viesse do MST, o que constatamos a partir da identificação de uma série de representações ambivalentes da luta do movimento, nos documentos do referido periódico. A apropriação de alimentos foi um exemplo. O jornal se mostrou comovido com a privação econômica das famílias acampadas, alegou que a organização seria a melhor alternativa para aquele grupo pressionar o governo para ter seus direitos devolvidos, mas julgou a atitude de apropriar de um bem alheio ora como ilegal, ora como moralmente aceitável, diante da fome.

Em junho de 1995, *O Progresso* considerou que os sem-terra eram [...] seres humanos discriminados pelo sistema capitalista [...]” e que certamente teriam poucas chances de mudarem de vida de forma isolada, por isso agir em grupo para saquear era a arma que eles tinham (*OP*, 22 jun. 1995). De fato, a existência dos sem-terra tem sua origem na expropriação, que foi resultado do avanço do capitalismo no campo, como já foi estudado por vários autores, como Martins:

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (1993, p. 50-51).

Em 1995 *O Progresso* continuou tratando os sem-terra como excluídos socialmente e buscando justificativas positivas para os seus atos. No dia 13 de setembro daquele ano, identificamos um editorial que se referia a uma notícia do dia anterior, em que os acampados da fazenda Sul Bonito, em Itaquiraí, tomaram uma carga de alimentos de um caminhão pertencente a uma rede de

supermercados do estado. Tanto a matéria como o editorial mostravam que aqueles trabalhadores rurais e suas famílias viviam em situação de extrema miséria, não estavam conseguindo empregos nas fazendas nem recebiam auxílio do Estado e por isso se apropriaram daquele alimento para negociá-lo com o governo, em troca de cestas básicas. O jornal noticiou o fato como uma ação pacífica e ainda disse: “O termo saque talvez seja forte, pois, a ação foi pacífica [...] Saque é um ato praticado por vândalos e quando ficam marcas de violência”. (OP, 13 set, 1995). Aquela carga, semanas depois, foi entregue intacta e as cestas básicas foram garantidas, caracterizando a ação como uma forma de pressão ao governo.

Na sequência, inserimos uma charge do jornal *O Progresso* publicada em 12 de julho de 1999, que representa a luta do MST como legítima (figura 16):



Figura 16 – Charge do MST “agarrando” a terra. Autor: Jorge Silva

Nesta charge, temos o “comportamento” (este é o título) do sem-terra dividido em três momentos: 1) a propriedade privada ocupada pelo boi e a presença da ponta de uma foice atrás do arbusto, do outro lado da

cerca; 2) o boi se afasta e segurando a foice vai surgindo uma pessoa de chapéu, que já deduzimos ser um trabalhador rural sem-terra; 3) o homem se joga e agarra a terra.

Como havia, naquele período, várias notícias divulgando o abate de bois pelos acampados para alimentar o grupo, imaginamos que a charge se tratava disso, ao observar o primeiro quadro da sequência, mas não foi o que aconteceu. Assim, interpretamos a charge como positiva, pois mostrava que o trabalhador queria o que lhe era direito e nada mais: a terra.

Outra forma de pressão do MST ao governo foi o bloqueio da BR 163, na cidade de Itaquirai, cidade onde se formou, inclusive, o maior acampamento de sem-terra do Brasil, em 1997. Na charge publicada em *O Progresso* no dia 3 de fevereiro de 2000 e que recebeu o título de “nova presa” (figura 17), visualizamos a presença dos sem-terra na BR, que tinha agora como “presa” não a terra ou o gado, mas a rodovia:

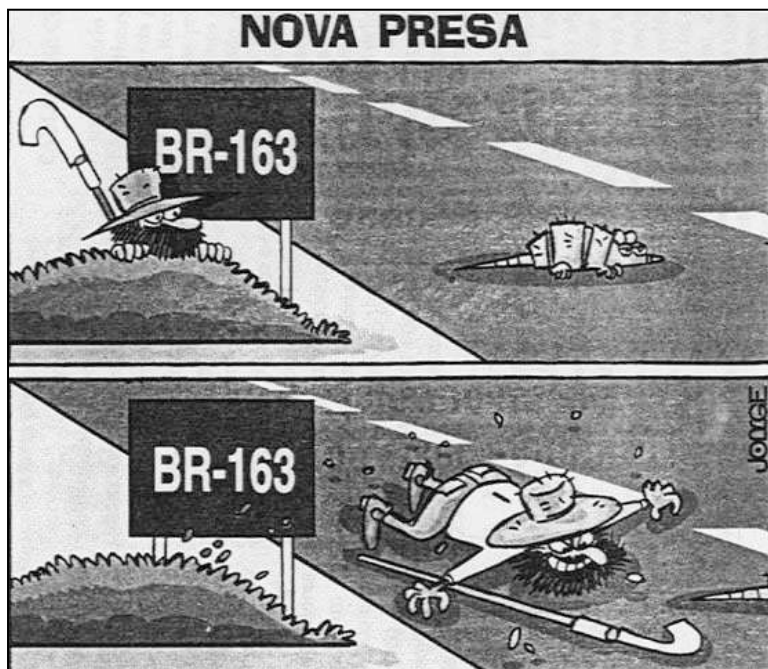


Figura 17 – Charge nova presa. Autor: Jorge Silva

Este comportamento era desaprovado pelo jornal, que naquele mesmo dia escreveu no editorial que a ação apenas causava prejuízo a pessoas inocentes e não atingia o objetivo final, a não ser aparecer na mídia e ainda

sugeria que se a polícia não podia, à força, liberar a rodovia, então que pelo menos relacionasse o nome dos manifestantes e abrisse um processo contra aquelas pessoas (OP, 3 fev. 2000).

O mais interessante nessa imagem foi a construção da fisionomia do trabalhador sem-terra, diferente de todas as já publicadas: é barbudo, remetendo ao estereótipo de comunista, provavelmente com a intenção de representar o líder do grupo. Como já comentamos, no ano de 2000 essa foi a principal representação do MST e esteve relacionada com a formação política de seus quadros, com o seu projeto pedagógico e com a organização que conseguia para iniciar ocupações de terra e dar fluxo à sua comunicação interna.

Com relação à apropriação de alimentos, em 1996 *O Progresso* já assumiu posições contrárias: argumentou que a alegação dos sem-terra era a fome, mas na medida em que o Movimento começava a transgredir a lei e a fugir das normas, a situação tendia a ficar complicada: “O MST tem um propósito legítimo que é a Reforma Agrária, mas nem por isso pode-se burlar as regras” (OP, 15 fev. 1996).

A partir de 1997, o jornal passou a reforçar a imagem negativa do MST devido à sua organização política, porém reforçando sua opinião favorável à reforma agrária. Em março daquele ano, afirmou que as autoridades deviam se sensibilizar com “[...] a realidade do brasileiro que pede por terra, independente dos direcionamentos políticos que são dados ao MST e do fato de existirem oportunistas em seu meio” (OP, 9 abr. 1997).

Essa sensibilidade do jornal pela privação econômica do trabalhador rural sem-terra aconteceu quando o Brasil e mais 13 países foram levados a discutir a desigualdade no campo, por meio da exposição das fotos do brasileiro Sebastião Salgado. As fotografias ilustravam as ocupações de terra no Brasil e o cotidiano dos acampamentos em beira de estradas e dos assentamentos. A imprensa brasileira noticiou o quanto Sebastião Salgado ficou impressionado com a organização do MST e com os resultados econômicos e sociais nas áreas de assentamento. O fotógrafo idealizou a exposição cedendo os direitos autorais para reprodução e exposição internacional.

O evento aconteceu poucas semanas depois que o MST havia recebido um prêmio do governo da Bélgica - Prêmio Internacional Rei Baulduino para o Desenvolvimento - em reconhecimento às suas ações para o desenvolvimento do Brasil (MST, 2005). Ou seja, para alguns grupos como os internacionais, que não disputam poder com o avanço do MST, o Movimento era visto como essencial para o fim das desigualdades sociais no país onde atuava.

A exposição teve como objetivo levar a discussão da questão agrária

para o meio urbano e conquistar o apoio deste grupo para a reforma agrária. Na oportunidade do evento, *O Progresso* aproveitou para reforçar suas críticas ao governo pela morosidade da implantação da reforma, pois aquela demora contribuía para que os conflitos no campo se intensificassem (*OP*, 15 e 16 mar. 1997).

Na visão do jornal, a ausência de uma política de reforma agrária do governo só reforçaria as estratégias do MST, que cada vez mais assumia ares de guerrilha e violava os princípios da lei para atingir seus propósitos por meio dos saques, das invasões e da apropriação de gado (*OP*, 4 ago. 1997), tornando-se perigoso (*OP*, 8 ago. 1997).

O MST passou a ser representado como perigoso justamente quando o Brasil registrou um grande número de assentamentos, ou seja, os movimentos sociais rurais começavam a somar conquistas. Percebemos, a partir dali, textos no jornal que procuravam deslegitimar as ações do MST por meio de suas representações fortes: como um movimento político-partidário de esquerda desviado de sua finalidade inicial que era a reforma agrária (*OP*, 27 fev. 1997) e como um grupo de baderneiros invasores de terras alheias, infratores do direito de propriedade da terra assegurado na constituição (*OP*, 2 abr. 1998). Em função do perigo que se tentou atribuir ao MST, o jornal constantemente cobrou a intervenção do Estado para reprimir as ações dos sem-terra.

Porém, nesse ínterim, identificamos alguns editoriais que, mesmo reconhecendo as ações negativas do MST, aconselharam o Movimento a mudar de postura para conquistar a simpatia popular, já que sua luta era legítima. Selecionamos dois fragmentos que consideramos necessário citar:

Os coordenadores do MST não podem pecar pelo desespero. A causa não está perdida mas se a baderna persistir e crimes como os saques a caminhões continuarem sendo cometidos, o movimento só somará pontos a seu desfavor, enquanto ele tem que conseguir exatamente o contrário, mais e mais apoio da sociedade (*OP*, 18 jul. 1997).

[...] um movimento que é justo na sua essência, legítimo, mas que vem se comportando de uma maneira irresponsável – ou melhor, é preciso reconhecer que nem todos os integrantes se comportam de maneira tão rebelde assim. A questão agrária está inserida dentro de um contexto social muito maior e **O Progresso** já afirmou por diversas vezes que os sem-terra precisam ganhar a simpatia popular em vez de se comportarem de maneira sectária, corporativista e revanchista (*OP*, 16 ago. 2000).

Os dois editoriais citados foram por nós interpretados como uma tentativa do jornal de pautar as ações do MST. Defendemos a tese de que a forma de luta do Movimento concretizada na ocupação de fazendas era a maior responsável pelas suas conquistas, pois como já demonstramos, as desapropriações somente ocorreram a partir da forte pressão dos movimentos sociais rurais.

Porém, para o jornal, essa conquista não significava a concretização da reforma agrária tanto defendida por ele: traduzia o avanço político do MST. Portanto, era preciso desmobilizá-lo, tirar dele a popularidade conquistada. Para isso, além da estratégia de procurar caracterizar ações de pressão do Movimento como infração da lei, *O Progresso* passou a estimular os atos nos quais os sem-terra não eram levados para o embate com o governo ou com os fazendeiros.

E, se os líderes dos sem-terra tivessem o “juízo” recomendado por *O Progresso* ainda em 1997, o jornal acreditava que a “revolução social” que o país tanto precisava para derrubar a barreira da miséria estaria prestes a ser iniciada (*OP*, 9 abr. 1997). Mas, como ficou claro, a revolução proposta pelo jornal não deveria ser conquistada pela mobilização popular. Ou seja, era uma tentativa de bloquear a história que o Movimento buscava construir para si.

Já no *Correio do Estado*, o MST foi assunto de 18 editoriais, todos fortalecendo os aspectos negativos: 10 se basearam em julgamentos legais (56%), 6 em políticos (33%) e 2 em morais (11%). Em nenhum momento este periódico atribuiu legitimidade ao Movimento: para o jornal, o MST não representava os sem-terra e por isso não estava interessado na reforma agrária, mas se valia de um problema social existente para “manipular” os trabalhadores rurais com suas idéias “revolucionárias”, que na verdade tinham a intenção de instituir a “anarquia no campo”:

A reforma agrária [...] continua a oferecer o caldo de cultura ideal para o cultivo de radicalismos à esquerda, aproveitados politicamente, quase sempre desinteressados em resultados práticos. A volta dos saques, o recrudescimento das tensões atendem, assim, de imediato, aos interesses dos que não desejam a reforma agrária, ganhando argumentos que desapareceriam em tempos de negociação franca, ou de avanços objetivos em busca de solução para a questão fundiária. Os que preferem transformar a luta política numa batalha campal, e do sangue e suor alheios extraírem fôlego para continuarem gritando palavras de ordem também não saem perdendo (*CE*, 23 ago. 1995).

O editorial citado – o primeiro publicado em nosso período de estudo - não esconde a preocupação do jornal com a organização política do Movimento. Esta opinião esteve acompanhada de uma série de reportagens mostrando que os trabalhadores rurais acampados estavam criando um clima de terrorismo em Itaquiraí e a população urbana estava se sentindo ameaçada, pois temia por ataques e saques ao comércio. Em nenhuma matéria, porém, algum morador foi entrevistado. Lendo-as temos a impressão de um clima de instabilidade implantado na cidade desde março de 1995, quando escolas, comerciantes e repartições públicas suspenderam suas atividades alegando que os sem-terra estavam ameaçando invadir as instituições de ensino e saquear supermercados (CE, 16, 17 mar. 1995). Já era agosto e nenhum dos ataques suspeitados pelo jornal tinha ocorrido.

No dia 17 de março de 1995, o jornal ainda noticiou um manifesto da classe política e comercial de Itaquiraí, endereçada ao governador, pedindo a retirada dos acampados, pois a comunidade de Itaquiraí sentia-se “[...] ameaçada em sua segurança e integridade familiar, bem como entristecidos com a imagem negativa que fatos como os saques e as invasões de propriedades trazem para o município e toda a região” (CE, 17 mar. 1995). Ou seja, não existia para o governo uma proposta de resolver o problema social existente, mas sim transferi-lo para outro local, para não “manchar” a imagem dos políticos locais.

Desqualificar o MST não significava que o *Correio do Estado* era contra a reforma agrária. O jornal sempre se manifestou favorável a ela, pois reconhecia que ela representava um ganho para a economia do país e colocá-la em prática significava incorporar ao processo produtivo milhares de famílias ou novas propriedades (CE, 23 ago. 1995). Porém, o que desde o início ficou claro foi que o periódico tentava impedir que a reforma fosse implantada por meio de uma conquista da organização popular, assim como *O Progresso*.

Para isso, o *Correio do Estado* procurou deslegitimar o Movimento perante a sociedade representando suas ações como político-partidárias e ilegais. Em julho de 1996, disse que o MST havia se transformado em palanque e por isso passava a apresentar objetivos obscuros (CE, 29 de jul. 1996). O texto se referia a uma manifestação que o MST estava prevendo para acontecer no Incra, em Campo Grande, em que as famílias acampadas no município de Bandeirantes ficariam em vigília em frente ao órgão até que ele destinasse novas áreas para assentamento no interior do estado. O jornal representou o protesto como político e não como uma luta por uma

causa justa, que era a reforma agrária.

O texto ainda comentou que o processo de reforma agrária vinha “trilhando o caminho legal”, pois o Estado vinha desempenhando um papel importante “[...] na luta por melhores condições de vida a uma população que aprendeu a conviver com a miséria em busca por um pedaço de terra”. Mas como o jornal afirmava que o objetivo do MST não era a reforma, aquela iniciativa pacífica do governo foi descrita pelo periódico como “[...] instigada por várias facções políticas, que transformaram o movimento em palanques para garantir espaços em prefeituras, câmaras e assembleias de todo o Brasil”. O problema para o *Correio do Estado*, portanto, não era a concretização da reforma agrária: era a organização do MST e a força política que isso representava.

Essa postura se tornou mais perceptível com o passar dos anos. Em 1996, o governo federal começou a agilizar os processos de desapropriação, já que a crise instalada no campo ganhou a mídia internacional depois dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA). O número de assentados foi grande, como percebemos na tabela 1⁴⁵. O *Correio do Estado* publicou, na metade daquele ano, um editorial demonstrando satisfação com o rompimento do “imobilismo” do governo, mas também mostrou preocupação de que as ações fossem colocadas em prática de acordo com as reivindicações dos movimentos sociais e não como uma alternativa econômica (CE, 7 jun. 1996).

O jornal não aceitava que o governo cedesse às pressões do MST desapropriando terras e investindo em infra-estrutura nos assentamentos, enquanto os grandes proprietários de terras não tinham acesso a nenhum tipo de financiamento para assistência técnica: “Se a intenção é fazer justiça, que ela seja ampla. A prioridade deve ser a mesma para todos, independentemente de cada uma delas” (CE, 9 jan. 1997).

Nesse mesmo editorial, o *Correio do Estado* expôs a justiça à qual reivindicava: era a mesma dos ruralistas, que discutiam na Câmara Federal a aprovação de um projeto de lei no qual previa que as terras ocupadas não poderiam ser vistoriadas para fins de desapropriação para reforma agrária até um ano após a desocupação. A aprovação do projeto era, para o jornal “uma luz no fim do túnel”, capaz de impedir o “avanço indiscreto do MST” e “eliminar algumas certezas absurdas concebidas pelos articuladores políticos do MST”, surgindo como “uma concessão de um ‘habeas-corpus’ aos proprietários e produtores rurais, que poderão dormir tranquilos diante

45 Conferir tabela na p. 80.

de um mecanismo eficiente contra os invasores, que ameaçam e rondam suas terras em busca de um futuro incerto” (CE, 9 jan. 1997)

Em março de 1997, o presidente Fernando Henrique começou a organizar seu governo para que os ministérios da Saúde, Educação, Planejamento e Transportes passassem a investir nos assentamentos (BRASIL, 1997). Essa postura foi interpretada pelo *Correio do Estado* como um incentivo para as ações do MST de “desrespeito à Lei”, como ficou evidenciado no editorial de 14 de março de 1997: “A cada demonstração de boa vontade do Governo Federal, os sem-terra retribuem desse jeito: com enxadas, pás, foices e lona, arreventam cercas e constroem acampamentos. Como se a atitude pudesse representar a instalação imediata da reforma agrária no país” (CE, 14 mar. 1997).

O jornal tentava mostrar que a forma de organização do MST somente se concretizava por meio da manipulação das famílias de sem-terra, que “[...] pegaram carona nos discursos absurdos e promessas mirabolantes das lideranças do movimento” (CE, 14 mar. 1997). As “promessas mirabolantes” aos quais o jornal se referiu evidenciam a representação que o jornal construiu sobre a mística desenvolvida entre lideranças e famílias, já comentada. As simbologias utilizadas para trazer o futuro para o presente, como os hinos, os cantos, as fotos e as expressões são geralmente interpretadas, pelos grupos externos ao Movimento, como enganação dos trabalhadores. O *Correio do Estado* o acusava de pregar o socialismo para levar os desempregados para os conflitos no campo. Aquela forma de organização era descrita pelo periódico como perigosa, mas pensamos que essa representação foi construída porque o MST levava as famílias a agirem, a serem autores de um processo.

Atribuir qualidades aos atores sociais significava fortalecer a mobilização popular e enfraquecer o poder de quem sempre o teve. Visualizamos esse pensamento do *Correio do Estado* no editorial que ele criticou a política agrária de Fernando Henrique Cardoso, pois julgava que o governo federal estava isolando a classe ruralista, estava deixando “[...] de garantir melhores condições para quem já produz, para apostar em ações políticas equivocadas, direcionadas para incentivar a anarquia, como revelam as invasões comandadas pelo MST” (CE, 17 abr. 1997).

A opinião foi emitida baseada na apropriação literal do discurso dos fazendeiros de Mato Grosso do Sul, que organizaram, no dia 16 de abril de 1997, uma manifestação para cobrar ações favoráveis à

[...] classe produtora que, nos últimos meses, tem assistido à ascensão do MST por conta de inúmeras concessões que tem recebido da cúpula federal. Em contrapartida, os ruralistas não receberam nada, além da nova taxaço do Imposto Territorial Rural (ITR), juros escorchantes dos financiamentos do Banco do Brasil, e nenhuma linha de crédito especial para suprimir a queda vertical dos preços dos seus produtos (CE, 17 abr. 1997).

A classe ruralista estava, naquele começo de 1997, se organizando. Em agosto realizou uma carreata em Campo Grande reunindo, de acordo com o *Correio do Estado*, cerca de quatro mil manifestantes para “cobrar do Estado o fim da anarquia generalizada que tomou conta do País, por meio do Movimento Sem-Terra” (CE, 5 ago. 1997). O jornal reforçou que ninguém desejava impedir a reforma agrária no Brasil, mas era inaceitável o método “imposto” pelo MST para conseguir a reforma. E, ainda, comparava a atuação do Movimento com a dos grandes fazendeiros, dizendo que enquanto o primeiro provocava problemas de toda ordem, o segundo estava plantando e produzindo riquezas para o país. O texto terminou exigindo uma resposta do governo, pois do contrário, um conflito maior seria inevitável. Soava como uma ameaça dos ruralistas, transmitida pelo editorial.

O *Correio do Estado* incorporou o discurso intimidador dos fazendeiros com a maior naturalidade, mas ao se referir às ações do MST indagava a si e aos leitores onde estaria o Estado de Direito. Este é uma prerrogativa da democracia que protege todos os cidadãos, sem distinção. Porém, exigir a defesa dos direitos de alguns grupos em detrimento de outros, como o jornal estava fazendo, não se caracteriza o exercício do Estado de Direito.

Então nos perguntamos: que prioridades o governo brasileiro, em toda a sua história, tinha dado, até então, para os pequenos produtores rurais? De acordo com o que se viu nos capítulos anteriores, o Brasil se constituiu como um Estado de classe, ou seja, recursos públicos muitas vezes foram usados para interesses privados, notadamente na política de incentivos fiscais do regime militar. Martins (1993, p. 46) lembra que embora os governos reconhecessem que a maior parte da alimentação do país era produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até então não tinham produzido uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para aqueles produtores.

E, no momento em que o governo começava a apontar investimentos para a pequena produção rural, os grandes ruralistas se sentiram ameaçados. Boa parte de Mato Grosso do Sul é formada por latifúndios; muitas pequenas propriedades foram absorvidas pelas grandes, principalmente

no período de regime militar (FABRINI, 1996; QUEIROZ; 1998). Uma ruptura na história já sedimentada dessa sociedade era vista por ela como uma alteração do normal e causava apreensão.

Em 1999, o *Correio do Estado* se valeu de novos fatos para mostrar à população que o MST não estava interessado na reforma agrária: iniciou uma crítica ao vínculo de trabalhadores urbanos desempregados ao Movimento, “[...] sem nenhuma vocação para a agricultura e a pecuária” (CE, 04 jan. 1999). Para o jornal, esse era o motivo pelo qual o número de sem-terra estava aumentando às margens das rodovias ao mesmo tempo em que muitos eram assentados. De fato, o Movimento também é formado por várias categorias de excluídos e parte delas é da área urbana, geralmente aqueles cuja família foi expropriada do campo em políticas agrícolas passadas. Mas a razão do número de acampamentos estar aumentando era a grande articulação que o MST estava realizando em suas bases.

Se o êxodo de vários trabalhadores do campo para a cidade, principalmente durante o regime militar, até hoje é aceito como um processo natural, por que o inverso demonstrava resistência da sociedade? A origem dos acampados não era o principal problema, como desejava mostrar a imprensa. O problema era a organização deles. Representá-los como “inaptos” para o trabalho rural escondia as verdadeiras intenções de alguns segmentos, como os ruralistas e o próprio governo.

Mas o *Correio do Estado* tentou provar que as suas alegações tinham fundamento e publicou, em 21 de novembro de 1999, uma matéria afirmando que os acampamentos não eram habitados por sem-terra, mas por trabalhadores urbanos que utilizavam o local para lazer nos finais de semana, pois nos demais dias estavam em suas casas, nas cidades. Nenhum acampado foi entrevistado, mas o jornal citou o exemplo de um acampamento da Fetagri, em Campo Grande, cujo líder morava na área urbana. Apesar de não se tratar do MST na matéria, foi ele o criticado no editorial daquele dia.

Sabemos que os movimentos sociais rurais modernos possuem parte de sua estrutura organizativa na cidade, portanto o exemplo citado não apresenta nenhuma anormalidade. Mas o jornal procurou não deixar margem de dúvidas sobre aquilo que ele estava apresentando: fotografou partes do acampamento vazio, como uma residência (barraca de lona) que possuía uma mesa, interpretada pelo periódico como o espaço para os jogos de baralho, e pessoas andando na rodovia, descritas na matéria como se dirigindo para um banho de rio (figuras 18 e 19).



Figura 18 – Foto de residência de acampado. Autor: Rodrigo Cubel

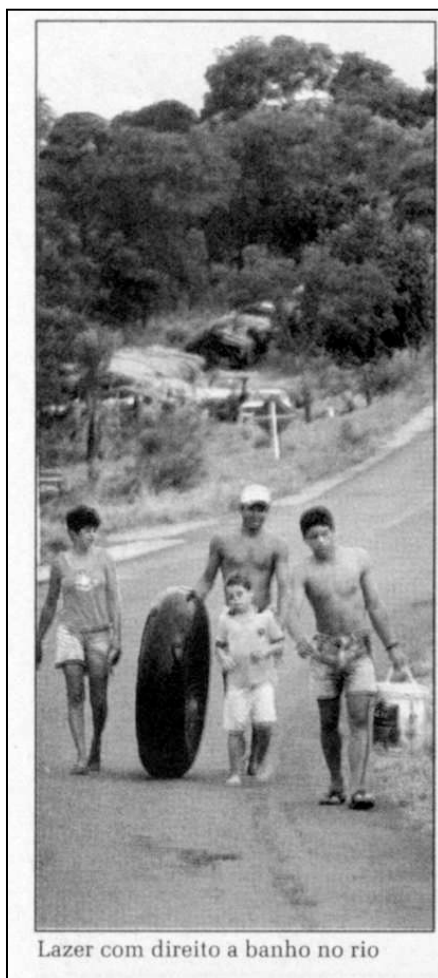


Figura 19 – Foto de acampados na rodovia. Autor: Rodrigo Cubel

Diante de todos aqueles fatos apresentados e comprovados pelas fotografias, o editorial procurou induzir os leitores a concluir o mesmo que o jornal:

Uma das conclusões possíveis a que os leitores podem chegar é que os acampamentos são apenas símbolos que refletem uma imagem nada agradável de conflito social, mas que no fundo são instrumentos de manipulação política a serviço de propósitos ideológicos dos grupos que lideram o movimento (CE, 21 nov. 1999).

Uma fotografia, como qualquer outro documento, não está ilesa da ideologia do seu autor e representa partes do real, pois sua técnica permite captar apenas alguns fragmentos do ambiente. Ou seja, tem o poder de reforçar as representações de seu produtor, que por meio dela amplifica alguns aspectos e deixa outros de lado. Kossoy (2001), ao estudar as fontes fotográficas nos estudos históricos, concluiu que as diferentes aplicações da fotografia não podem ser vistas apenas como fenômeno ilustrativo isolado do contexto sociopolítico e cultural. Portanto, entendemos que o uso daquelas fotos serviu para legitimar o discurso, que procurava representar o MST como desviado de sua finalidade ao usar os sem-terra para se articular politicamente.

Já em 2000, o principal assunto que rendeu editoriais negativos foi a investigação em vários Estados, pela Polícia Federal, de cobrança de “pedágio” aos trabalhadores rurais assentados pelo MST, ou seja, uma porcentagem sobre os valores recebidos em financiamentos para plantio. No julgamento do jornal, se o cidadão conseguiu um pedaço de terra por meio da atuação do MST, nada mais óbvio que contribuísse para o seu fortalecimento, mas o *Correio do Estado* foi pragmático ao dizer que “[...] o argumento até seria compreensível não partisse de premissa falsa” (CE, 13 set. 2000).

Observamos, nos seis anos de nosso recorte, que tanto *O Progresso* como o *Correio do Estado* registraram diversas ações do MST e situações que o envolveram, como a privação econômica, a violência, a capacidade de organização, a forma de financiamento, os grupos de excluídos que constituem os sem-terra, as ideologias, os projetos educacionais e políticos e a simbologia representada por meio da prática da mística, do uso foice e da enxada, da bandeira, etc.

Todos esses elementos captados pelos jornais são reais. Porém, a liberdade que a imprensa possui para selecionar o que pode ou não ser divulgado levou tanto *O Progresso* como o *Correio do Estado* a priorizarem pautas que abordavam conflitos, e estes sempre provenientes dos trabalhadores. Ou seja, os fatos foram construídos de acordo com os valores dos atores envolvidos na produção dos periódicos, das relações sociais e comerciais que as empresas jornalísticas estabeleceram com determinados grupos e dos projetos políticos que elas defendiam.

Comparando o conteúdo priorizado nas notícias ao conteúdo dos julgamentos emitidos nos editoriais dos dois jornais, percebemos como um esteve relacionado ao outro, demonstrando a influência das

diretrizes ideológicas do veículo de comunicação no trabalho jornalístico e comprovando que a independência editorial não existe.

Como Adiles simpatizava com a idéia da implantação de pequenas propriedades rurais porque tinha como referência o progresso que a CAND trouxe para a região em que vivia, seu jornal se posicionou, inicialmente, favorável ao MST. Porém, quando as ações dos sem-terra se tornaram contundentes e outras forças sociais começaram a se opor ao crescimento político do MST, por meio da imprensa, identificamos um certo recuo da empresária, aspecto que ficou visível nas pautas de suas notícias, que priorizaram abordar aspectos negativos da luta pela terra. Já o *Correio do Estado* manteve a posição de crítico conservador do começo ao fim e os diferentes tipos de documentos publicados no periódico se mostraram alinhados ideologicamente às forças ruralistas.

Ou seja, comprovamos a tese que sustentamos desde o início desta pesquisa: os jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*, apesar de se mostrarem favoráveis à reforma agrária, imprimiram em suas páginas os interesses sociais de desmobilizar a organização popular que reivindicava a distribuição de terras. Os periódicos construíram, ao longo do período, representações que deslegitimavam a luta dos movimentos sociais rurais e limitavam o seu crescimento político.

E ASSIM SE CONTRÓI UMA IMAGEM

A análise dos documentos dos jornais sul-mato-grossenses *O Progresso* e *Correio do Estado* nos permitiu visualizar a imagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que se tornou recorrente naqueles meios de comunicação: grupo de invasores violentos e perigosos, ameaçadores da ordem. Podemos afirmar que forças sociais conservadoras encontraram espaço naqueles periódicos para a produção e transmissão de suas ideologias, por meio da construção dessas representações negativas sobre o movimento.

Segundo Chauí (2001, p. 3-4), a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido; é um discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado. Um exemplo disto, no presente estudo, foi a circulação do discurso ideológico que procurou descaracterizar a luta pela terra empreendida pelo MST ao dizer que o Movimento é ilegal. Foram estudadas as legislações sobre o acesso à terra e percebidas que a interpretação destas, na verdade, foram feitas para beneficiar um pequeno grupo e excluir a maioria; este aspecto, porém, esteve ausente nessas falas.

Ao fazer circular esse discurso, os jornais priorizaram alguns fatos em detrimento de outros, levando ao público notícias carregadas de representações. Essas representações participam do cotidiano da população e acabam se tornando senso comum naquela sociedade, que assim constrói e conserva uma memória histórica dominante. Já o discurso do MST, quando não foi contestado, foi silenciado, resultando na ocultação da legitimidade de suas práticas.

Mesmo procurando se mostrar imparcial e democrática ao abrir espaço para as mais diversas vozes da sociedade, o certo é que a imprensa publiciza as falas da sociedade que materializam o discurso dominante, que se manifesta por muitos textos diferentes. Ou seja, “[...] o indivíduo não fala o que quer, mas o que as formações discursivas querem que ele fale” (FIORIN, 1998 p. 16). O que muda, segundo o autor, é que cada pessoa textualiza diferentemente os temas e as figuras repetidos na maior parte dos discursos produzidos de uma dada época.

Assim, os jornais funcionam construindo um modelo de compreensão da realidade que interessa aos grupos dominantes, apesar de, historicamente, se mostrarem como veículos neutros e imparciais. A leitura dos discursos neles expressos permite ao pesquisador acompanhar o movimento das idéias e as verdades sociais que circulam na época. O confronto das falas, que exprimem ideologias e práticas, o permite captar o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses próprios.

Lage considera o universo das notícias como o das aparências do mundo:

[...]o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por detrás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam (1987, p. 22-23).

Por isso devemos ficar atento às particularidades do fazer jornalístico. As técnicas para a produção das notícias servem para padronizar e facilitar o trabalho da redação, que deve ser ágil, mas também colaboram para fazer circular certos discursos, a partir da determinação do que é importante ser divulgado, como e de que forma, com uma linguagem que lhe confere o *status* de isento.

A imprensa imprime uma imagem de si mesma (e acredita nisso) de que exerce uma atividade que apenas mediatiza – ou fala sobre – um mundo objetivo, da forma mais literal possível. E é devido ao mito da informação objetiva que se construiu sobre ela que a sociedade passou a dar muito valor e credibilidade ao seu discurso. Essa representação ganha força por meio de estratégias da própria produção jornalística, como as práticas usadas para que a notícia se apresente como isenta e impessoal.

A valorização do discurso jornalístico fez com que ele se constituísse no que Bourdieu denomina de “discurso de autoridade”, que encerra em si mesmo o princípio de um poder que reside nas condições institucionais de sua produção e de sua recepção:

A especificidade do discurso de autoridade [...] reside no fato de que não basta que ele seja compreendido [...], é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento [...] somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro [...].

conhecido e reconhecido pela sua habilidade e também apto a produzir essa classe particular de discursos [...]; deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante receptores legítimos [...], devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas (BOURDIEU, 1998, p. 91).

Devido à autoridade que a imprensa conquistou como anunciadora da verdade, ela se tornou um dos instrumentos da sociedade moderna mais competitivos na construção de representações, pois ao mediá-las, a imprensa permite que elas sejam apropriadas, pelo receptor, como verdade social.

Não devemos perder de vista o fato de que o texto jornalístico é resultado de uma montagem, mesmo que inconsciente, dos grupos que o produziram e que o produto final resulta de relações de forças conflitantes e do empenho de seus produtores para impor ao futuro – voluntariamente ou não – determinada imagem da sociedade. Assim, como qualquer outro documento, o jornal registra alguns aspectos da história cotidiana e outros acabam sendo deixados de lado, permitindo aos seus leitores que construam uma imagem do mundo que na verdade é:

[...] pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso, mas por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados (CARR, 1982, p.16).

De fato, a imprensa é uma instituição complexa. Ao mesmo tempo em que exerce o direito público de informar, pertence a empresas privadas. Suas escolhas, portanto, são influenciadas pelos grupos aos quais está ligada e pelos projetos políticos que eles defendem. Comprovamos isso ao identificar a prática em *O Progresso* e no *Correio do Estado* de silenciar algumas vozes e publicizar outras. Essas escolhas não se restringiram apenas ao ato de publicar *releases* ou anúncios, mas às ações de selecionar o assunto a pautar ou as pessoas a entrevistar. Como exemplos, mostramos os hábitos de priorizar as declarações da polícia ou do governo em detrimento dos depoimentos dos sem-terra e de reproduzir o antigo comportamento de tratar a questão social como caso de polícia.

As referências que os dois periódicos sul-mato-grossenses fizeram ao MST se basearam nos valores que permeiam o conceito de propriedade privada na sociedade brasileira. Em nosso país, ela possuiu um valor estratégico e simbólico e, em Mato Grosso do Sul, estado que se formou e

tem sua economia baseada nas atividades agropecuárias e no agronegócio, o poder que a posse da terra concede a quem a possui é de grande expressão.

Portanto, a luta do MST por acesso à terra perturbava as relações capitalistas já estabelecidas. E, ao avançar politicamente devido a conquistas de assentamentos e de políticas públicas, o Movimento passou a preocupar certas forças sociais, que procuraram impedir a mobilização daqueles trabalhadores e descaracterizar ou mesmo silenciar os discursos destes. Uma das formas encontradas foi deslegitimar o MST perante a sociedade, por meio da imprensa, criando representações negativas sobre ele, que foram criando força de acordo com os valores que agregavam.

Impedir a manifestação popular é impedir muitas possibilidades de transformação da sociedade, pois são pelas lutas dos movimentos sociais que grande parte das mudanças e transformações sócio-econômicas e políticas se concretizam: elas anunciam o que está tomando forma antes das coisas se tornarem claras e, ao reivindicarem por direitos, conquistam leis, produzem conhecimento, constroem novos valores e modificam os já existentes, alterando a agenda social. Ou seja, interferem ativamente no processo histórico.

Criar obstáculos para que os sem-terra, por meio de suas organizações, escrevam sua própria história é o que Lefebvre (1978) chama de bloquear o tempo histórico, típico das representações sociais. Porém, ao identificarmos a origem dessas representações e os elementos que elas carregam de conhecimento e desconhecimento sobre o MST – o que esperamos ter alcançado nesta obra –, abrimos caminho para elaborar o que Chauí (2001) denomina de contradiscurso ou discurso crítico, que contradiz o discurso ideológico e produz uma outra memória histórica: neste caso, para dar legitimidade às práticas do Movimento. Podemos, então, contribuir para que equívocos sejam resolvidos e o poder de determinados grupos seja diminuído, permitindo que o tempo histórico possa se abrir para o exercício de outras práxis: aquelas que de fato promovam a construção da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENTREVISTAS

Adiles Torres do Amaral. Dourados, 17 de novembro de 2004.

Dante Teixeira de Godoy Filho. Campo Grande, 9 de dezembro de 2004.

Hordonês Echeverria. Campo Grande, 9 de dezembro de 2004.

Nery Kaspari. Campo Grande, 9 de dezembro de 2004.

Valfrido Silva. Dourados, 10 de agosto de 2005.

Vander da Silva Verão. Dourados, 7 de novembro de 2004.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. Tradução da 1. edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

_____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002. (Coleção Descobrindo o Brasil).

ACAMPAMENTO sob ordens de guerrilha. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 20 nov. 2000.

A CNA e os sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 23 ago. 1996.

A FARÇA do MST. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 9 abr. 1998.

A FOME que leva ao saque. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 22 jun. 1995.

- AL forma comissão para tratar da questão. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 29 ago. 1997.
- ALUNOS são imaginados como comandantes. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 27 dez. 1999.
- AO POVO de Dourados. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 26 e 27 jul. 1986.
- ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memória e representações de 1964*. Dourados (MS), Editora UEMS, 2007.
- A REVOLUÇÃO pela terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 9 abr. 1997.
- AS GUERRILHAS. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 30 jun. 1999.
- ASSENTAMENTO regularizado após 10 anos. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 9 abr. 1996.
- A TERRA comunitária. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 24 e 25 jun. 1995.
- AUDÁCIA no campo. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 16 ago. 2000.
- A VELHA questão agrária. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 31 jul. 1996.
- BELLONI, Maria Luiza. A formação na sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito. In: *Espaço Aberto – Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 22, p. 121-137, jan/fev/mar/abr 2003.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. 1997. 2º v. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.
- BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador, Memorial das Letras, 1999.
- BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 2. ed. São Paulo, Scortecci, 2001.
- BORGES, Maria Celma Lemos. *De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Parapanema – SP*. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, São Paulo.

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRASIL. *Constituição (1998)*. República Federativa do Brasil, Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação da Presidência República. *Reforma Agrária: Compromisso de Todos*. Brasília, 1997.
- _____. Ministério de Política Fundiária. *Novo Mundo Rural*. Disponível em: <<http://www.wwwnead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24>> Acesso em: 21 jul. 2004.
- CALCANHAR de Aquiles. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 8 out. 1997a.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. Inseparáveis. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 fev. 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CERCA de 200 sem-terra ocupam Incra do MS. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 27 out. 1997.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como representação*. Estudos Avançados, v. 5, p. 173-191, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- CHAUVEAU, Agnes; TÊTARD, Philipp. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- COBRANÇA de “pedágio” pelo MST é investigada. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 dez. 2000.
- CÓDIGO Napoleônico, a moderna Bíblia civil. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2004/11/26/001.htm>>. Acesso em 12 ago. 2005.
- COLEGIADO liberou escola para MST. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 27 dez. 1999.
- CONFLITO urbano. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 29 jul. 1996.

CONGRESSO dos sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 22 e 23 jul. 1995.

CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. *Código de Ética do Jornalista*. Rio de Janeiro, 1985.

CORDEIRO, Roberto. MST será investigado em mais 4 Estados. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 16 out. 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Edusp, São Paulo, 1992.

CRIANÇAS enfrentam miséria no acampamento. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 17 mar. 1997b.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da Ilusão: os pioneiros*. Dourados, ViaNova, 1995.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. *Curso Moderno de Direito Civil*. vol.1, 2. ed. São Paulo, Nelpa, 1996.

DE NOVO, os sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 12 set. 2000.

DUQUE DE FARIAS, Damião. O medo do comunismo. In: _____. *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo* (1945/1975). 2002. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH-USP. São Paulo. P. 53-66.

DEPIERI, Josandro. Fazenda é invadida e Capataz espancado. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 3 ago. 1998.

DEZ a zero para o MST. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 25 nov. 1999.

EDUCAÇÃO não assume apoio direto ao evento. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 27 dez. 1999.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5. ed. Ática, São Paulo, 2003.

ESCOLAS suspendem aulas em Itaquiraí. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 17 mar. 1995.

ESGAIB acusa líderes do MST de estimular confronto no campo. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 20 ago. 1997.

- EX-MINISTRO acuda arcebispo de ser “agitador contumaz”. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 27 fev. 1997.
- FABRINI, João Edmilson. *A posse da terra e o sem terra no Sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. Corumbá: AGB-Corumbá, 1996.
- FACETA desconhecida. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), Edição Especial, 21 nov. 1999.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10. ed. São Paulo, Edusp, 2002.
- FAZENDEIROS vão reprimir invasões de terra a bala. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 17 mar. 1997a.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1996.
- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FILHOS do MST rezam cartilha de Che. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 27 dez. 1999.
- FIM das invasões. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 9 jan. 1997.
- FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. In: _____. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FLOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- FREIRE, Cláudio. Questões da terra – questões do homem. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 19 abril. 1995.
- GARCIA, Alexandre. A lição dos sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 23 abr. 1997.
- GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. 9. ed. São Paulo, Saraiva, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o*

futuro das cidades e do campo. Petrópolis, Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

GOVERNADOR convive com crise interna. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 24 set. 2000

GOVERNADOR diz que Tetila foi infeliz. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 5 mai. 2000.

GOVERNO não cumpre os mandatos. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 19 mai. 1999.

GRITO de alerta. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 17 abr. 1997.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 31-344.

HALL, Stuart et. al. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1994.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HILCAR, Thereza. Wilson conta como tudo começou. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 fev. 2004.

IBGE. *Censo agropecuário MS*. Rio de Janeiro, IBGE, 1975 a 1995.

INVASÕES de terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 2 abr. 1998.

INVERSÃO de valores. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 27 fev. 1997.

Jornal da Rede ALCAR. (São Bernardo do Campo, SP). 11 de setembro de 2002. Disponível em <<http://www2.metodista.br/unesco>>. Acesso em 10 ago. 2005.

JUSTIÇA urgente. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 14 mar. 1997.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987. (Série Princípios).

_____. *Linguagem jornalística*. 4. ed. São Paulo, Ática, 1993. (Série Princípios).

LEFEBVRE, Henri. El concepto de representación. In: *La presencia e la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. p. 17-102.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.

_____. *A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. Revista Brasileira: Terra e Poder, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar/ago 1986.

LIDERANÇAS mantêm regime rígido em acampamento. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 14 mar. 1997

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

LOGOS. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. 3. e 4. v. Editora Verbo, Lisboa/São Paulo, 1989.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzana; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações o possível. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 87-97.

MANZIONE, Luiz. Invasões Guerrilheiras. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 19 dez. 2000.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro, Revan/Campinas, UNICAMP, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *A Militarização da Questão Agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. 3. ed. SP, Hucitec, 1991.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In STEDILE, J. P. (org.) *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. In: *Tempo Social* – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, nov. 2003.

MENEGAT, Alzira Salete. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

MINISTRO recebe cartilha sobre doutrinas do Che. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 29 dez. 1999.

MONTEIRO, Tânia; BRAGA, Isabel. Ações serão reprimidas, avisa governo. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 3 mai. 2000.

MORADORES reconhecem o direito dos acampados. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 20 mar. 1995a.

MORAES, Ceres. Carta do Leitor. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 20 mar. 1995.

MORENO, Gislaene. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MOROSIDADE agrária. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 8 ago. 1997.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Programa nacional de formação de militantes e da base do MST*. Porto Velho, Setor de Formação MST, 2001.

MOVIMENTO NACIONAL DOS PRODUTORES (MNP). Disponível em: <<http://www.udr.org.br>> Último acesso em: 25 mai. 2005

_____. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>> Último acesso em: 03 ago. 2005.

MST programa manifestações para pressionar Incra. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 22 jul. 1997b.

NA HORA certa. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 5 ago. 1997.

NASCE o Correio do Estado. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 fev. 2004.

NAVES, João. Três mil sem-terra passam a manhã ajoelhados na BR. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 20 mar. 1998

‘O CONFLITO rural começa nas cidades’. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 28 nov. 1999.

O ESTADO das invasões. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 19 mar. 1999.

OLIVEIRA, João Naves. Quase 60 mil esperam por terra em MS. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 21 nov. 1999a.

OLIVEIRA, João Naves. Lazer nos acampamentos em feriados e finais de semana. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 21 nov. 1999b.

OLIVEIRA 1, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis. O MASSACRE dos sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 23 abr. 1996.

O MST e os saques. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 15 fev. 1996.

ONDE o lema é a conquista pela terra. *O Progresso*, Dourados (MS), 20 mar. 1995b.

O PERIGO da resistência. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 15 e 16 mar. 1997.

O PROGRESSO entra no 45º ano fazendo inovações. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 21 abr. 1995.

O PROTESTO dos sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 13 set. 1995.

OS COM terra reagem. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 4 ago. 1997.

OS SEM-TERRA e os com-discurso. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 31 ago. e 1 set. 1996.

PÉBAYLE, Raymond; KOECHLIN, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. In: *Espaço e conjuntura*, Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia. São Paulo, 1981. Folheto.

PMs despejam invasores em Taquarussu. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 21 jun. 1996.

PONTES, José Couto Vieira. A Academia e os cinquenta anos de Correio do Estado. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 fev. 2004.

POPULAÇÃO tenta pressionar sem-terra. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 16 mar. 2004.

PRÁTICAS estranhas. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 13 out. 2000.

PREJUÍZOS são generalizados. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 23 ago. 1995.

PRESIDENTE chama líderes do MST de “baderneiros”. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 22 abr. 2000.

PROTESTOS INÚTEIS. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 3 fev. 2000.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970-1983*. Revista Geografia – UFMS. Campo Grande, v. 8, p. 33-40, jul/dez 1998.

RADICALIZAÇÃO divide o Movimento Sem-Terra. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 13 out. 1997.

RAINHA tenta evitar um novo julgamento. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 28 jul. 1997.

REAÇÕES contra o óbvio. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 10 nov. 2000.

ROCHA, Oscar. História de sonhos e conquistas. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 fev. 2004.

ROSSI, Waldemar. *A Teologia da Libertação e as transformações do mundo*. Revista Espaço Acadêmico, ano II, n. 17, outubro 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/017/17cwrossi.htm>>. Acesso em: 3 ago. 2005.

RUMO para a reforma. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 7 jun. 1996,

RURALISTAS exigem o cumprimento da lei. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 29 ago. 1997.

SANTOS, Osmar. Guerrilheiros treinam os sem-terra. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 31 mai. 1999a.

_____. MS teme ações de guerrilha. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 29 jun. 1999b.

_____. Sem-terra unem-se para novo avanço. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 16 nov. 2000

_____. Vlademiro lutou por Dourados. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 23 abr. 2003.

SEM-TERRA ainda permanecem na Capital. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 12 jun. 1995.

SEM-TERRA ameaçam saquear em Itaquiraí. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 15 mar. 1995.

SEM-TERRA começam a deixar Sul Bonito. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 23 fev. 1996.

SEM-TERRA de Itaquiraí não tem perfil agrícola. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 7 out. 1997.

SEM-TERRA é acusado de agredir policial. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 9 set. 1999.

SEM-TERRA invadem fazenda para roubar e abater gado. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 ago. 1998.

SEM-TERRA e saques. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 18 jul. 1997.

SEM-TERRA ocupam prédio do Incra na Capital. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 6 dez. 1995.

SEM-TERRA pedem apoio para viajar à Brasília. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 12 jul. 1995.

SEM-TERRA realizam novo saque em rodovia. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 14 fev. 1996.

SEM-TERRA: uma ameaça à integridade do Estado. *Jornal Correio do*

Estado, Campo Grande (MS), 6 ago. 1999.

SEM violência. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 18 abr. 1997.

SÓ o MST não vê. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 4 jan. 1999.

SILVA, Lígia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio- Efeitos da Lei de 1850*. Ed. Unicamp, Campinas, 1996.

SILVA, Ricardo Souza da. *Mato Grosso do Sul: labirintos da memória*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS. Dourados.

SILVA, Sônia. Governo admite as foices. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 14 abr. 1997.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnes; TÊTARD, Philipp (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, EDUSC, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed. Florianópolis, Insular, 2005. v 1.

SOUZA, Cláudio Freire de. *A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS, Campo Grande, MS.

STEDILE, João Pedro; FERNANDRES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEORIA e prática. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), 13 set. 2000.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA (UDR). Disponível em: <<http://www.udr.org.br>> Último acesso em: 4 jul. 2004.

VICTÓRIO, Ico. Jornal Adotou perfil crítico. *Jornal Correio do Estado*, Campo Grande (MS), Edição Especial, p. 22, 4 fev. 2004.

WILSON pede ajuda da União no caso Itaquiraí. *Jornal O Progresso*, Dourados (MS), 8 out. 1997b.

SIGLAS

Acrisul - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única de Trabalhadores

DOF - Departamento e Operações de Fronteira

Famasul - Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul

Fetagri - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul

FHC - Presidente Fernando Henrique Cardoso

Fundersul - Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR - Imposto Territorial Rural

MNP - Movimento Nacional dos Produtores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Procera - Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

UDR - União Democrática Ruralista

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

FIGURAS

Figura 1 – Charge de movimentos populares em Brasília em 1999.....	21
Figura 2 – Charge MST e FHC.....	83
Figura 3 – Charge invasões.....	94
Figura 4 – Charge o homem longe da terra	95
Figura 5 – Anúncio patrocinado pelo MNP	99
Figura 6 – Charge de polícia e MST	101
Figura 7 – Foto de polícia e MST	102
Figura 8 – Charge MST	104
Figura 9 – Charge patrão sem terra	113
Figura 10 – Imagem dos elementos da bandeira do MST	118
Figura 11 – Foto de crianças no acampamento na Fazenda Santo Antônio	119
Figura 12 – Foto de crianças em acampamento em Itaquiraí.....	120
Figura 13 – Foto de sem-terra com a camiseta do Che Guevara.....	134
Figura 14 – Ilustração do ministro com a cartilha dos sem-terrinhos	138
Figura 15 – Desenho do caderno de acampado na fazenda Santo Antônio.	140
Figura 16 – Charge do MST “agarrando” a terra.....	146
Figura 17 – Charge nova presa.....	147
Figura 18 – Foto de residência de acampado	156
Figura 19 – Foto de acampados na rodovia	157

TABELA

Tabela 1 – Acampamentos e assentamentos concretizados em MS de 1995 a 2000.....	80
---	----



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40